

Relatório da administração



ambev



Aos acionistas,

Um brinde ao nosso aniversário de 25 anos

Em 2024, celebramos com orgulho os 25 anos da nossa companhia – uma jornada marcada por pessoas apaixonadas e talentosas, uma forte cultura de donos e marcas inspiradoras amadas pelos consumidores. Ao longo desses anos, nosso compromisso inabalável com a excelência impulsionou nosso crescimento e se traduziu em conquistas sólidas. E enquanto celebramos os marcos alcançados ao longo do caminho, permanecemos dedicados a transformar desafios em aprendizados para o futuro, mantendo nosso foco na criação de valor sustentável.

Execução consistente da nossa estratégia impulsionando um crescimento sólido

A execução consistente da nossa estratégia de (i) liderar e expandir a categoria, (ii) digitalizar e monetizar nosso ecossistema, e (iii) otimizar nosso negócio resultou em mais um ano de sólido desempenho operacional, com expansão das margens.

- *Liderar e expandir a categoria*

A categoria de cerveja ganhou ou manteve participação na categoria de bebidas alcoólicas [*share of throat*] na maioria dos nossos dez principais mercados, enquanto investimos R\$ 8,6 bilhões em nossas marcas e em nossa capacidade de construção de marca para liderar e moldar o crescimento de longo prazo da categoria em todos os territórios em que operamos.

Continuamos focados em atender às necessidades dos consumidores, oferecendo um portfólio incomparável de marcas e líquidos inovadores e propostas de embalagens que atendem múltiplas ocasiões de consumo. Nossos volumes, excluindo a Argentina, cresceram 1,4%, impulsionados por desempenhos positivos no Brasil e na América Central e Caribe, e permanecemos líderes em oito dos nossos dez principais mercados. No entanto, um ambiente de consumo desafiador na Argentina fez com que os volumes consolidados caíssem 0,9%.

Nossas *megabrands* cresceram 2,7% em volumes e melhoraram sua saúde da marca na maioria dos nossos dez principais mercados. Também continuamos a aumentar a participação do *premium*, com as marcas de cerveja acima do *core* crescendo um dígito médio e representando mais de 28% dos nossos volumes totais, enquanto o portfólio de cervejas sem álcool aumentou próximo a 20% [*high teens*], impulsionado por nossa dedicação a inovações em “escolhas equilibradas”, como Corona Cero.

Em decorrência do nosso compromisso em manter nossas marcas relevantes e amadas pelos consumidores, oito de nossas marcas locais e globais foram classificadas entre as dez marcas de cerveja mais valiosas do mundo, de acordo com a Kantar BrandZ. Também continuamos a ser reconhecidos pela criatividade e eficácia do nosso trabalho em marketing, sendo premiados com seis leões no Festival de Criatividade de Cannes de 2024.

Como resultado da combinação de marcas mais fortes, premiumização e inovação contínuas e iniciativas de gestão de receita, nossa receita líquida por hectolitro cresceu 5,6%¹ – tendo crescido em sete dos nossos dez principais mercados –, resultando em um aumento da receita líquida de 4,6%.

¹ Considerando resultados orgânicos limitados na Argentina.



- *Digitalizar e monetizar nosso ecossistema*

Continuamos a evoluir em nossa transformação digital, expandindo a disponibilidade e o uso do BEES, nossa plataforma digital B2B, em nossas principais operações e melhorando a conveniência para nossos consumidores por meio do Zé Delivery, nossa plataforma DTC no Brasil.

Ao final de 2024, o BEES estava ativo em oito de nossos dez principais mercados, com 1,3 milhão de compradores ativos mensais e mais de 88% de nossa receita bruta transacionada por meio da plataforma. Na frente de DTC, o Zé Delivery atingiu 9 milhões de compradores, que se traduziram em mais de 66 milhões de pedidos (um aumento de 10% em comparação com 2023).

Nossas iniciativas digitais nos permitiram aprofundar nosso entendimento sobre as necessidades e preferências dos nossos clientes e consumidores, gerando *insights* para atendermos proativamente às suas demandas e traduzindo-se em melhorias em termos de nível de serviço (NPS). Como exemplo, em 2024 realizamos pesquisas com mais de 500 mil consumidores por meio do Zé Delivery, totalizando cerca de seis milhões de respostas, com maior granularidade e rapidez em comparação a outros meios de pesquisas.

- *Otimizar nosso negócio*

O custo dos produtos vendidos (CPV) e as despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) excluindo depreciação e amortização cresceram abaixo da inflação [+0,8% e +4,1%, respectivamente] devido a uma gestão disciplinada de custos e despesas, juntamente com uma menor pressão de câmbio e preços de commodities.

A combinação do crescimento da receita líquida com referido desempenho de custos e despesas suportou um crescimento de dois dígitos do EBITDA ajustado, com expansão das margens bruta e EBITDA ajustado pelo segundo ano consecutivo. O Lucro ajustado caiu 2,3%, uma vez que o aumento das despesas com imposto de renda no Brasil mais do que compensou o crescimento do EBITDA ajustado e os melhores resultados financeiros líquidos. No entanto, nosso foco em maximizar criação de valor de longo prazo impulsionou um crescimento de 37% do fluxo de caixa livre para o acionista, totalizando R\$ 17,9 bilhões.

Em 2024, nosso Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações de cerca de R\$ 2 bilhões² em outubro, bem como um *payout* de aproximadamente R\$ 10,5 bilhões em dezembro, totalizando cerca de R\$ 12,5 bilhões a serem retornados aos nossos acionistas. Além disso, o Conselho também aprovou em fevereiro de 2025 a distribuição de dividendos intermediários de cerca de R\$ 2 bilhões a serem pagos em abril.

Na frente de Sustentabilidade, evoluímos em nossas metas para 2025 para Ação Climática, Agricultura Sustentável, Água e Embalagens Circular. Para mais detalhes, consulte a seção de Sustentabilidade.

Perspectivas para o futuro

Evoluímos nos últimos 25 anos para nos tornarmos uma companhia mais inovadora e digital, com marcas mais fortes e uma maior conexão com nossos clientes e consumidores, estamos entusiasmados com o próximo capítulo da nossa jornada. Continuamos comprometidos em executar nossa estratégia, progredindo simultaneamente em todos os seus três pilares em cada um dos nossos mercados:

² Correspondente ao preço de fechamento de 155.159.038 ações ordinárias em 30 de outubro de 2024.



1. Estamos confiantes no potencial da categoria de cerveja em todos os territórios em que operamos, especialmente na América Latina, uma região apaixonada por cerveja, onde nossos produtos são ainda mais relevantes social e culturalmente. Portanto, continuaremos focados em aproveitar as oportunidades para aumentar o consumo per capita, expandindo participação e ocasiões.
2. Continuaremos avançando em relação a nossos recursos digitais, aproveitando a tecnologia e os *insights* de dados para continuar a transformar e preparar nosso negócio para o futuro, antecipando as necessidades de nossos clientes e consumidores.
3. Manteremos nossa rigorosa disciplina financeira e continuaremos a trabalhar para atingir a nossa ambição de aumentar a rentabilidade – tanto em termos de expansão de margens quanto de melhorias no retorno sobre o capital investido. Por meio da entrega de crescimento rentável sustentável e da manutenção de um balanço patrimonial forte, pretendemos criar valor para nossos acionistas, progredindo em nossas prioridades de alocação de recursos de investir tanto em crescimento orgânico quanto inorgânico, bem como de retornar capital aos acionistas.

Nossa gente e nossa cultura única continuam sendo nossos principais ativos, enquanto continuamos trabalhando para construir um futuro com mais razões para brindar.

Michel Doukeris
Presidente do Conselho de
Administração

Carlos Lisboa
Diretor Presidente Executivo



VISÃO GERAL DA COMPANHIA

Atualmente, com operações diretas em 15 países nas três Américas, somos líderes no mercado latino-americano. Nosso negócio consiste na produção e comercialização de cervejas, chopes, refrigerantes e outras bebidas, e é agrupado em quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis:

- Brasil, com a produção e comercialização de cervejas (“Cerveja Brasil”), refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas (“NAB Brasil”);
- América Central e Caribe (“CAC”), composta por nossas operações na República Dominicana, São Vicente e Granadinas, Antígua e Barbuda, Dominica, Cuba, Guatemala, Barbados e Panamá;
- América Latina Sul (“LAS”), composta por nossas operações de cervejas, refrigerantes e bebidas não alcoólicas e não carbonatadas na Argentina, Bolívia e Uruguai, além da produção e comercialização de cervejas no Chile e Paraguai; e
- Canadá, com a produção e comercialização de cervejas e um portfólio de marcas de bebidas mistas e cidras, incluindo exportações para os Estados Unidos da América.

As principais marcas próprias da Companhia são Brahma[®], Skol[®], Antarctica[®], Original[®], Quilmes[®], Andes Origen[®], Patricia[®], Pacea[®], Huari[®], Pilsen[®], Presidente[®], Balboa[®], Guaraná Antarctica[®] e Beats[®], entre outras. As principais marcas licenciadas da Anheuser-Busch Inbev S.A./N.V. (“AB-InBev”) são Budweiser[®], Corona[®], Spaten[®], Stella Artois[®], Beck’s[®], Modelo[®], Bud Light[®], Busch[®], Michelob Ultra[®] and Mike’s[®], entre outras. Além disso, a Companhia é uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. Produzimos, vendemos e distribuimos no Brasil e em outros países da América Latina produtos como Pepsi[®], H2OH![®], Lipton Ice Tea[®] e o isotônico Gatorade[®] sob licença da PepsiCo. Temos também acordos com a Red Bull[®] e outras empresas para distribuição de seu portfólio em alguns canais de vendas e regiões específicas no Brasil e outros mercados.

SUSTENTABILIDADE

Nossa jornada de sustentabilidade tem nos tornado uma Companhia mais inovadora e preparada para os desafios do futuro. Nossa estratégia é focada na criação de valor compartilhado de longo prazo, gerando impactos positivos e transformadores para a sociedade e o meio ambiente.

Nossa atuação vai além das nossas operações. Buscamos contribuir de maneira significativa para o ecossistema em que estamos inseridos de forma alinhada às prioridades essenciais do nosso negócio, que envolvem questões ambientais e socioeconômicas. Acreditamos que, por meio dessa colaboração, podemos promover o crescimento sustentável e o desenvolvimento duradouro das nossas comunidades, construindo um futuro com mais razões para brindar.

Nossos compromissos de sustentabilidade, estabelecidos em 2018 para serem alcançados até o final de 2025, nos movem nessa direção. Tais compromissos abrangem áreas essenciais ao nosso negócio e à sociedade: Água, Agricultura Sustentável, Ação Climática e Embalagem Circular.

Água

Objetivo: 100% das nossas comunidades em áreas de alto risco hídrico devem ter melhoria na qualidade e disponibilidade de água de forma mensurável.

Água é a nossa principal matéria-prima e trabalhamos em três frentes principais: (i) redução do consumo nas nossas operações; (ii) preservação e restauração de bacias hidrográficas; e (iii) acesso à água potável para quem não tem.



Nos últimos 20 anos, diminuimos em mais de 50% a utilização de água em nossa produção, alcançando uma média de 2,47 hectolitros de água para cada hectolitro de bebida produzida em 2024. Esse valor se deu devido a mudança na metodologia de medição do indicador seguindo os novos padrões internacionais e tivemos uma redução de 0,03 hectolitro de água para cada hectolitro de bebida produzida contra 2023. Na perspectiva dos últimos anos, seguimos com tendência positiva desses resultados que combinam investimento em tecnologia para redução do uso e reuso de água e tratamento de efluentes com alta performance, e são referência mundial na indústria de bebidas.

Além de trabalharmos para reduzir o consumo nas operações, atuamos para preservar bacias hidrográficas. Nosso programa Bacias e Florestas existe desde 2010 com o objetivo de recuperar e proteger importantes bacias hidrográficas nas localidades em que atuamos. Em parceria com o poder público e com ONGs, como *World Wildlife Fund* (WWF Brasil), *The Nature Conservancy* (TNC), e *Fundación Avina*, trabalhamos em onze bacias, sendo sete no Brasil, três na Bolívia e uma na Argentina. Esses projetos são feitos junto às comunidades localizadas no entorno das cervejarias e buscam fortalecer e estruturar a governança local, alavancar recursos para restauração e conservação de florestas, matas ciliares e solos em propriedades rurais nas zonas prioritárias para recarga dos mananciais, engajar e capacitar os atores locais, investir e apoiar o saneamento rural, entre outras ações que visam a endereçar as principais questões relativas a cada bacia. Outro importante foco que garante a sustentabilidade das ações desenvolvidas sob o guarda-chuva do programa é o fomento ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), instrumento econômico que tem o objetivo de oferecer incentivo aos proprietários rurais que se comprometam com práticas de conservação nas suas propriedades. Até 2024, o programa Bacias e Florestas concluiu a entrega de dez das onze bacias, com mais de 11 mil hectares de preservação de florestas e mais 1.980 hectares em restauração, somando mais de 2 milhões de árvores plantadas em áreas prioritárias para a recarga dos mananciais desde o início do programa.

Outro programa de destaque é a AMA, nossa água mineral que é, também, o primeiro negócio social de uma grande empresa no Brasil e que transforma a realidade de mais de um milhão de pessoas que não têm acesso à água potável. Todo o lucro obtido com a venda da AMA é destinado para projetos que levam água de qualidade a comunidades, localizadas em territórios habitados por povos originários, no semiárido e em periferias urbanas no Brasil. Nossa ambição com AMA era levar acesso à água potável para um milhão de brasileiros até 2025, o que foi atingido mais de um ano antes do prazo. Fechamos o ano de 2024 com 1,35 milhões de pessoas beneficiadas. Na Bolívia, um projeto similar foi iniciado com o lançamento da Água Somos. No Chile, o Projeto Água Segura contempla a instalação de sete equipamentos de saneamento de água em diversas localidades da região metropolitana de Santiago.

Agricultura Sustentável

Objetivo: 100% dos nossos agricultores diretos devem estar treinados, conectados e financeiramente empoderados.

Escolhemos e utilizamos os ingredientes com atenção e um rigoroso controle de qualidade. Temos nosso próprio programa de desenvolvimento de variedades de cevada cervejeira, o qual, por meio do melhoramento genético, entrega aos produtores variedades agronomicamente superiores. Com esse desenvolvimento, possibilitamos incremento significativo de rendimento no campo, além de materiais genéticos com maior resistência a doenças e resiliência frente a alterações climáticas.

Há anos o aplicativo Agroportal auxilia os agricultores a simplificar e acelerar os processos comerciais e agrônômicos, otimizando o tempo de toda cadeia de valor e melhorando a transparência em nossa relação com tais agricultores. Em 2024, 2.602 produtores estiveram conectados conosco por meio dessa plataforma.



Estamos comprometidos em ajudar a impulsionar a transformação sustentável na agricultura, melhorar os meios de subsistência dos pequenos agricultores e fortalecer os ecossistemas naturais. Em nossa cadeia agrícola de fornecimento, incentivamos cerca de 3.000 produtores de cevada, guaraná, milho, mandioca, arroz e outros.

Acreditamos na agricultura regenerativa, uma forma de manejo que visa a recuperar o equilíbrio do ecossistema por meio de uma abordagem holística para ajudar a melhorar a saúde do solo, aumentar a produtividade da terra, gerenciar melhor os recursos hídricos, construir resiliência climática, reduzir as emissões de gases de efeito estufa, promover a biodiversidade e apoiar a próxima geração de agricultores.

Em 2024, executamos quatro projetos de agricultura regenerativa – dois na Argentina, um no Uruguai e um no Brasil – impactando um total de aproximadamente 10 mil hectares. Além disso, construímos uma base de melhores práticas de cultura regenerativa, a qual será utilizada para construirmos a estratégia para os próximos anos.

Também desenvolvemos projetos de capacitação para que os agricultores apoiados por nós possam implementar um processo de produção sustentável, melhorar o rendimento dos grãos e ter melhor estrutura financeira. Esses projetos são desenvolvidos em três frentes: (i) cuidar da qualidade da matéria-prima (fornecimento de grãos feitos por pesquisadores da Ambev ou por empresas parceiras); (ii) manter um protocolo de boas práticas (documento que indica ao produtor a melhor forma de conduzir seu cultivo, otimizando a produtividade e minimizando o impacto ambiental); e (iii) organizar a gestão dos produtores (um time de especialistas da Ambev faz visitas técnicas periódicas para orientar os agricultores).

Ação Climática

Objetivo: 100% da eletricidade comprada advinda de fontes renováveis e 25% de redução da intensidade de emissões em toda a cadeia.

Desde 2017, já reduzimos 39,1% das nossas emissões absolutas dos escopos 1 e 2, e um total de mais de 21,3% em intensidade de emissões de carbono para todos os escopos (1, 2 e 3), a caminho da nossa ambição de atingir os 25% até 2025.

A jornada de economia de baixo carbono em nossas operações tem foco na substituição da nossa matriz energética por fontes renováveis, redução de consumo de energia elétrica e vapor, maior eficiência no uso dos recursos e inovação contínua nas operações. Nossas frentes de eficiência energética iniciaram com a medição setorizada para identificar as principais fontes de consumo e, assim, começamos a otimizar balanços energéticos e processos, além de introduzir novas tecnologias, cada vez mais eficientes.

Somente no escopo 1, já reduzimos em 29,2% a emissão direta de carbono em nossas cervejarias, sendo 33,1% apenas no Brasil. Para atingir esses resultados, implementamos as seguintes melhorias e tecnologias: (i) uso de biomassa nas caldeiras; (ii) uso de óleo vegetal para gerar calor; (iii) uso de microturbinas de biogás para cogeração de energia em nossas operações; (iv) uso de BTS (*Biogas Technology Services*) para recuperação de biogás para geração de calor e eletricidade; e (v) uso de plantas de extração de CO₂ para recuperar CO₂ de gás combustível das caldeiras.

Em relação às emissões indiretas, de escopo 2, hoje utilizamos 96,5% de energia elétrica renovável em nossas operações, sendo que esse número já é igual a 100% em países como Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai, Canadá, Panamá, Guatemala e República Dominicana. Esse resultado foi alcançado com diversas frentes, incluindo a contratação de iniciativas solares e eólicas para nossas cervejarias, a compra de energia renovável no mercado livre e a compensação com certificados de energia renovável.



Como parte de nossos esforços para reduzir nossas emissões de escopo 3 (i.e., emissões relacionadas à cadeia de valor) junto com nossos parceiros em logística verde, já compramos mais de 250 caminhões elétricos e 530 empilhadeiras elétricas. Também implementamos o transporte colaborativo com outras empresas, diversificando nossos modais logísticos, alavancamos a utilização de trens e navios no transporte primário e desenvolvemos rotas mais eficientes (consumindo menos combustível), tornando nossa cadeia de suprimentos mais resiliente, eficiente e sustentável. Além disso, passamos a oferecer soluções para levar energia limpa aos nossos clientes, por meio de parcerias com a startup Lemon, tendo mais de oito mil bares e restaurantes recebendo energia com reduções em suas emissões de gases de efeito estufa e em seus custos operacionais. A expectativa é criar valor para esses clientes, tornando-os também mais lucrativos.

Trabalhamos também em estreita colaboração com nossos fornecedores e parceiros para descarbonizar nossas cadeias de valor, abordando em conjunto as emissões de escopo 3. Desde 2019, atuamos próximos aos nossos maiores fornecedores em emissões por meio do programa global Eclipse, que fomenta a transparência no processo de coleta e divulgação de dados de emissões e metas de redução, além de apoiar e incentivar a adoção de iniciativas de baixo carbono e de energia renovável.

Todas essas ações têm gerado um impacto positivo em nossos indicadores de ação climática, nos ajudando no plano de transição climática e em nossa ambição de zerar as emissões líquidas de carbono de toda a nossa cadeia de valor até 2040 (*Net Zero*).

Embalagem Circular

Objetivo: 100% dos nossos produtos devem estar em embalagens retornáveis ou que sejam majoritariamente feitas de conteúdo reciclado.

Entendemos que nossa responsabilidade ambiental abrange toda a nossa cadeia e isso também se aplica ao destino que nossas embalagens têm após o consumo do produto em si. Estamos constantemente buscando maneiras inovadoras para aumentar a vida útil de nossas embalagens, aumentando a sua retornabilidade, e para incrementar a quantidade de conteúdo reciclado em sua composição, incentivando que sejam recuperadas e reutilizadas.

As garrafas de vidro retornáveis sempre foram importantes no nosso portfólio e estão presentes em milhares de bares e restaurantes por todo o país, mas queremos ampliar o seu consumo em outras ocasiões. Para facilitar a jornada de compra dos nossos consumidores, estamos buscando cada vez mais conveniência para que possam optar pela embalagem retornável. Além do modelo tradicional de troca de embalagens vazias por cheias, que acontece nos nossos diversos pontos de venda espalhados por todo o país, o recolhimento de vasilhames também é feito pela nossa plataforma Zé Delivery, que promove a circularidade reduzindo o lixo gerado e oferecendo uma opção mais econômica ao consumidor.

Cofundamos, em 2017, ao lado da Coca-Cola, o programa Reciclar pelo Brasil para unir os esforços e investimentos, que já eram feitos por cada uma das empresas, para otimizar e maximizar o valor gerado. Conduzido em parceria com a Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (Ancat), o programa hoje já soma 16 empresas associadas, desenvolve logística reversa e reciclagem com o objetivo de profissionalizar o trabalho das organizações envolvidas, elevar o volume de resíduos coletados e a renda média dos catadores.

Além disso, nossa fábrica de vidros no Rio de Janeiro é uma das maiores recicladoras de cacos de vidro da América Latina, utilizando mais de 40% de material reciclado em sua produção. Em 2025, passaremos a operar uma nova fábrica de vidros, dessa vez no Paraná.



Encerramos 2024 contabilizando em todas as nossas operações os seguintes resultados: 77,2% de conteúdo reciclado em nossas embalagens de alumínio, 44,1% nas embalagens de vidro e 42,9% nas embalagens PET.

Inclusão Produtiva

Nossa jornada de inclusão produtiva iniciou-se em 2017 e 2018, com os lançamentos, respectivamente, da água AMA – primeiro produto social da Ambev que visa democratizar o acesso à água, conforme abordado acima – e do programa VOA – projeto de transformação social baseado em voluntariado, com foco no compartilhamento de conhecimento e experiências em gestão com ONGs. Com esses dois programas, apoiamos as pessoas mais vulneráveis da sociedade para que elas possam sair de uma situação de sobrevivência e ter perspectiva de um futuro melhor.

Posteriormente, com nossas ações sociais e de apoio durante a pandemia, entendemos que um traço forte da nossa cultura é que, para a Ambev, só vale crescer se for para crescer junto com nosso ecossistema.

Em 2022, consolidamos o aprendizado com esses diversos projetos e ações e tiramos do papel o BORA, que integra a nossa jornada de impacto social ao lado de projeto como AMA. Com o BORA, buscamos gerar valor para o nosso ecossistema por meio da geração de renda advinda do trabalho. Temos o sonho de incluir, até 2032, cinco milhões de pessoas no mercado, dando acesso a uma rede de conexões, conhecimento e empoderamento financeiro.

Em 2024, lançamos o BORA HUB, nossa aposta para impulsionar a inclusão produtiva. Ao reunir empresas, organizações sociais e universidades, buscamos sinergias e eficiência para ampliar o impacto de iniciativas que geram emprego e renda para as pessoas mais vulneráveis.

No primeiro ano do BORA, impactamos mais de 51 mil pessoas, gerando mais de R\$ 17 milhões na economia a partir de conhecimento, renda e oportunidades. Em 2024, alcançamos a cifra de R\$ 500 milhões gerados na economia desde o início do programa.

RECURSOS HUMANOS

Chegamos ao final de 2024 com cerca de 43 mil funcionários: aproximadamente 26 mil no Brasil, 5 mil na região da CAC, 3 mil no Canadá e 9 mil nas unidades da LAS.

A cultura e o engajamento dos colaboradores são fundamentais para a estratégia da Companhia, destacando-se a iniciativa do "Festival Cultural", que envolveu 150 unidades e 400 ativações, reforçando a relevância da nossa cultura organizacional.

A Ambev tem se adaptado às mudanças do mercado, focando na atração de talentos por meio de programas de trainee e estágio, que receberam mais de 70 mil inscrições e 30 mil inscrições, respectivamente, com a contratação de 41 novos trainees e cerca de 500 estagiários. A Companhia também esteve muito presente no ecossistema universitário, tendo levado a sua liderança à cerca de 780 ativações em universidades, obtendo números marcantes de inscritos nos seus processos seletivos totais, com mais de 1,5 milhão de inscrições, que incluíram etapas online e presenciais.

Na área de aprendizagem e desenvolvimento, a Fundação Zerrenner mantém dois colégios gratuitos, atendendo cerca de 2.100 alunos. A Ambev investe na requalificação de seus colaboradores através da AmbevOn, sua universidade corporativa, que oferece uma ampla variedade de conteúdos focados em competências funcionais e de liderança, permitindo que os colaboradores tenham autonomia para escolher seus caminhos de aprendizado. A empresa também prioriza o desenvolvimento de competências do futuro, com ênfase no consumidor e na capacidade de tomada de decisão baseada em dados, através de maior desenvolvimento de competências digitais dos times.



A saúde dos colaboradores é também uma prioridade, com a Fundação Zerrenner oferecendo assistência médica e odontológica para mais de 66 mil beneficiários. A empresa mantém programas de prevenção, como campanhas de vacinação e acompanhamento de gestantes, além de serviços de telemedicina, que resultaram em 15 mil atendimentos médicos e 16 mil em psicologia e nutrição.

Após as enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul em maio de 2024, a Ambev criou um comitê de crise para apoiar os funcionários impactados, oferecendo atendimentos médicos e sociais, com mais de 600 vacinas aplicadas, além de doações de 4.000 cestas de alimentos e auxílio financeiro a 102 funcionários que tiveram seus domicílios severamente afetados.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS³

Receita líquida (ROL): nossa receita líquida consolidada aumentou 4,6% em 2024, em decorrência de crescimentos no Brasil [+4,8%], na LAS [+6,0%] e na CAC [+7,0%], com uma queda de 1,2% no Canadá. No Brasil, o volume cresceu 1,5%, combinado com aumento da receita líquida por hectolitro ("ROL/hl") de 3,3%, assim como na CAC, onde o volume aumentou 1,9%, combinado com um crescimento da ROL/hl de 4,9%. Na LAS, o crescimento da ROL/hl de 17,8% compensou parcialmente a redução do volume de 10,0%. No Canadá, o aumento da ROL/hl de 2,0% foi compensado pela queda de volume de 3,1%.

Custo dos produtos vendidos (CPV): nosso CPV e CPV excluindo depreciação e amortização aumentaram 1,1% e 0,8%, respectivamente. Em uma base por hectolitro, o CPV cresceu 2,0%, enquanto o CPV excluindo depreciação e amortização subiu 1,7%.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A): nosso SG&A e o SG&A excluindo depreciação e amortização aumentaram 4,1%.

EBITDA, margem bruta e margem EBITDA: nosso EBITDA ajustado foi de R\$ 29.028,9 milhões, um crescimento de 11,4%, com aumento na margem bruta de 170 pontos-base ("pb") e da margem EBITDA de 200 pb.

Lucro líquido, lucro líquido ajustado e LPA: nosso lucro líquido caiu 0,8% para R\$ 14.847,0 milhões, enquanto ajustado para itens não usuais, o lucro líquido caiu 2,3% para R\$ 14.874,5 milhões. O lucro por ação ("LPA") e o LPA ajustado foram R\$ 0,92.

Fluxo de caixa: nosso fluxo de caixa das atividades operacionais atingiu R\$ 26.099,0 milhões no ano (um aumento de 5,6%), enquanto nosso fluxo de caixa das atividades de investimento totalizou -R\$ 5.463,5 (uma redução de 5,2%), com investimentos em CAPEX

³ As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais nominais e preparadas de acordo com os Critérios do Padrão Contábil Internacional ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As informações aqui contidas devem ser lidas em conjunto com os relatórios financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, arquivados na CVM e apresentados à *Securities and Exchange Commission* (SEC).

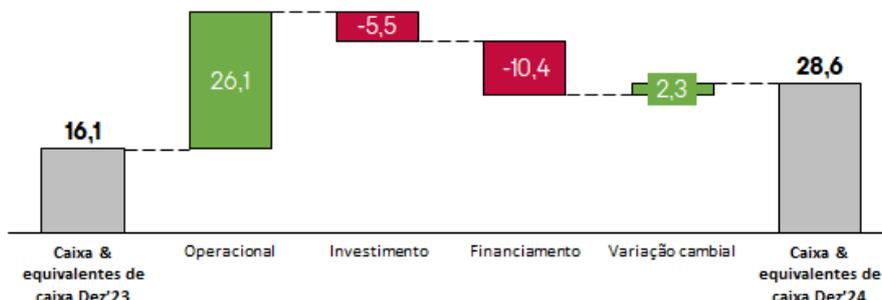
Segregamos neste relatório o impacto do resultado orgânico das mudanças de escopo e diferenças de câmbio. As mudanças de escopo representam o impacto de aquisições e vendas de ativos, o início ou término de atividades ou a transferência de atividades entre segmentos, mudanças de estimativas contábeis ano contra ano e outras premissas que os administradores não consideram parte do desempenho de negócio. Para o ano de 2024, a definição de crescimento orgânico da receita líquida foi alterada para limitar o crescimento de preços na Argentina a um máximo de 2% ao mês (26,8% ano a ano). Foram feitos ajustes correspondentes no cálculo das variações orgânicas de todos os itens relacionados da demonstração de resultados, por meio de mudanças de escopo.

Exceto quando especificado em contrário, variações percentuais no documento são orgânicas e ajustadas por natureza. Sempre que utilizado neste documento, o termo "ajustado" se refere às medidas de desempenho EBITDA e Lucro Operacional antes de itens não usuais e participação nos resultados de joint ventures e às medidas de desempenho Lucro Líquido e LPA antes de ajustes de itens não usuais. Itens não usuais são receitas ou despesas que não ocorrem no curso normal das atividades da Companhia. Estas são apresentadas separadas dada a importância delas para o entendimento do desempenho da Companhia devido à sua natureza ou magnitude. Medidas ajustadas são medidas adicionais utilizadas pela Administração, e não devem substituir as medidas calculadas em conformidade com as IFRS como indicadores do desempenho da Companhia. Comparações, exceto quando especificado o contrário, referem-se ao resultado do ano de 2023. Os somatórios podem não conferir devido a arredondamentos.



somando R\$ 4.749,1 milhões em 2024. Por fim, nosso fluxo de caixa das atividades de financiamento alcançou -R\$ 10.352,0 (redução de 35,8%).

Bilhões de Reais



Payout e disciplina financeira: Durante o exercício de 2024, retornamos para nossos acionistas R\$ 10.505,8 milhões em juros sobre o capital próprio e dividendos. Em 31 de dezembro de 2024, nossa posição líquida de caixa era R\$ 26.384,9 milhões.

Destques financeiros - consolidado

R\$ milhões	12M23	12M24	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	183.659,0	181.920,5	-0,9%	-0,9%
Receita líquida	79.736,9	89.452,7	12,2%	4,6%
Lucro bruto	40.445,3	45.837,6	13,3%	8,0%
% Margem bruta	50,7%	51,2%	50 pb	170 pb
EBITDA ajustado	25.455,4	29.028,9	14,0%	11,4%
% Margem EBITDA ajustado	31,9%	32,5%	60 pb	200 pb
Lucro líquido	14.960,5	14.847,0	-0,8%	-
Lucro líquido ajustado	15.227,2	14.874,5	-2,3%	-
LPA (R\$/ação)	0,92	0,92	-0,4%	-
LPA ajustado	0,94	0,92	-2,0%	-

Obs.: O cálculo do LPA é baseado nas ações em circulação [total de ações existentes excluindo as ações em tesouraria].

Ambev

R\$ milhões	12M23	Escopo	Conversão de Moeda	IAS 29 Impacto de 9M	Crescimento Orgânico	12M24	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	183.659,0	-	-	-	(1.738,5)	181.920,5	-0,9%	-0,9%
Receita líquida	79.736,9	14.950,2	1.122,6	(10.023,6)	3.666,6	89.452,7	12,2%	4,6%
Receita líquida/hl (R\$)	434,2	81,4	6,2	(54,3)	24,3	491,7	13,3%	5,6%
CPV	(39.291,6)	(9.292,0)	(474,0)	5.866,5	(424,0)	(43.615,1)	11,0%	1,1%
CPV/hl (R\$)	(213,9)	(50,6)	(2,6)	31,8	(4,4)	(239,7)	12,1%	2,0%
CPV excl. deprec. & amort.	(35.735,7)	(8.484,5)	(435,0)	5.250,3	(272,3)	(39.677,3)	11,0%	0,8%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	(194,6)	(46,2)	(2,4)	28,4	(3,4)	(218,1)	12,1%	1,7%
Lucro bruto	40.445,3	5.658,2	648,6	(4.157,1)	3.242,6	45.837,6	13,3%	8,0%
% Margem bruta	50,7%	-	-	-	-	51,2%	50 pb	170 pb
SG&A excl. deprec. & amort.	(20.580,4)	(4.489,1)	(305,8)	2.956,3	(833,6)	(23.252,6)	13,0%	4,1%
SG&A deprec. & amort.	(2.856,3)	(436,6)	(29,4)	308,1	(125,6)	(3.139,8)	9,9%	4,4%
SG&A total	(23.436,7)	(4.925,7)	(335,2)	3.264,5	(959,2)	(26.392,4)	12,6%	4,1%
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.028,9	142,9	0,9	17,2	267,4	2.457,3	21,1%	14,8%
Outras receitas/(despesas) operacionais excl. impair.	2.034,7	142,9	0,9	17,2	310,5	2.506,1	23,2%	17,1%
Lucro operacional ajustado	19.037,5	875,3	314,3	(875,5)	2.550,8	21.902,5	15,0%	13,6%
% Margem de Lucro operacional ajustado	23,9%	-	-	-	-	24,5%	60 pb	200 pb
Itens não usuais antes do EBITDA	(206,4)	(33,0)	(2,0)	9,7	130,9	(100,8)	-51,2%	-63,4%
Resultado financeiro	(3.609,8)	-	-	-	-	(2.318,2)	-35,8%	-
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(185,4)	-	-	-	-	3,9	-102,1%	-
Imposto de renda	(75,5)	-	-	-	-	(4.640,4)	ns	-
Lucro líquido	14.960,5	-	-	-	-	14.847,0	-0,8%	-
Atribuído à Ambev	14.501,9	-	-	-	-	14.437,2	-0,4%	-
Atribuído a não controladores	458,5	-	-	-	-	409,7	-10,6%	-
Lucro líquido ajustado	15.227,2	-	-	-	-	14.874,5	-2,3%	-
Atribuído à Ambev	14.767,0	-	-	-	-	14.464,6	-2,0%	-
EBITDA ajustado	25.455,4	2.119,5	382,6	(1.799,8)	2.871,2	29.028,9	14,0%	11,4%
% Margem EBITDA ajustado	31,9%	-	-	-	-	32,5%	60 pb	200 pb

Brasil

<i>R\$ milhões</i>	12M23	Escopo	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M24	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	126.419,7	-	-	1.900,6	128.320,2	1,5%	1,5%
Receita líquida	46.361,8	-	-	2.243,6	48.605,3	4,8%	4,8%
Receita líquida/hl (R\$)	366,7	-	-	12,1	378,8	3,3%	3,3%
CPV	(23.516,0)	-	-	(293,2)	(23.809,3)	1,2%	1,2%
CPV/hl (R\$)	(186,0)	-	-	0,5	(185,5)	-0,3%	-0,3%
CPV excl. deprec. & amort.	(21.433,2)	-	-	(300,9)	(21.734,1)	1,4%	1,4%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	(169,5)	-	-	0,2	(169,4)	-0,1%	-0,1%
Lucro bruto	22.845,7	-	-	1.950,3	24.796,0	8,5%	8,5%
<i>% Margem bruta</i>	<i>49,3%</i>	-	-	-	<i>51,0%</i>	<i>170 pb</i>	<i>170 pb</i>
SG&A excl. deprec. & amort.	(12.432,2)	-	-	(623,8)	(13.056,0)	5,0%	5,0%
SG&A deprec. & amort.	(2.036,6)	-	-	(67,8)	(2.104,4)	3,3%	3,3%
SG&A total	(14.468,8)	-	-	(691,6)	(15.160,4)	4,8%	4,8%
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.892,5	199,6	-	323,7	2.415,8	27,7%	19,3%
Outras receitas/(despesas) operacionais excl. impair	1.898,2	199,6	-	366,8	2.464,6	29,8%	21,8%
Lucro operacional ajustado	10.269,4	199,6	-	1.582,5	12.051,5	17,4%	15,7%
<i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i>	<i>22,2%</i>	-	-	-	<i>24,8%</i>	<i>260 pb</i>	<i>220 pb</i>
EBITDA ajustado	14.394,6	199,6	-	1.685,6	16.279,8	13,1%	11,9%
<i>% Margem EBITDA ajustado</i>	<i>31,0%</i>	-	-	-	<i>33,5%</i>	<i>250 pb</i>	<i>200 pb</i>

Cerveja Brasil

<i>R\$ milhões</i>	12M23	Escopo	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M24	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	93.111,6	-	-	523,0	93.634,6	0,6%	0,6%
Receita líquida	38.985,9	-	-	1.234,2	40.220,2	3,2%	3,2%
Receita líquida/hl (R\$)	418,7	-	-	10,8	429,5	2,6%	2,6%
CPV	(19.377,7)	-	-	95,4	(19.282,3)	-0,5%	-0,5%
CPV/hl (R\$)	(208,1)	-	-	2,2	(205,9)	-1,0%	-1,0%
CPV excl. deprec. & amort.	(17.518,3)	-	-	164,7	(17.353,6)	-0,9%	-0,9%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	(188,1)	-	-	2,8	(185,3)	-1,5%	-1,5%
Lucro bruto	19.608,3	-	-	1.329,6	20.937,8	6,8%	6,8%
<i>% Margem bruta</i>	<i>50,3%</i>	-	-	-	<i>52,1%</i>	<i>180 pb</i>	<i>180 pb</i>
SG&A excl. deprec. & amort.	(10.459,0)	-	-	(540,5)	(10.999,5)	5,2%	5,2%
SG&A deprec. & amort.	(1.788,2)	-	-	(61,8)	(1.850,0)	3,5%	3,5%
SG&A total	(12.247,3)	-	-	(602,3)	(12.849,6)	4,9%	4,9%
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.474,1	101,9	-	302,3	1.878,3	27,4%	23,5%
Outras receitas/(despesas) operacionais excl. impair	1.479,9	101,9	-	345,4	1.927,1	30,2%	26,7%
Lucro operacional ajustado	8.835,1	101,9	-	1.029,6	9.966,6	12,8%	11,9%
<i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i>	<i>22,7%</i>	-	-	-	<i>24,8%</i>	<i>210 pb</i>	<i>190 pb</i>
EBITDA ajustado	12.488,5	101,9	-	1.203,8	13.794,2	10,5%	9,8%
<i>% Margem EBITDA ajustado</i>	<i>32,0%</i>	-	-	-	<i>34,3%</i>	<i>230 pb</i>	<i>200 pb</i>

NAB Brasil

<i>R\$ milhões</i>	12M23	Escopo	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M24	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	33.308,1	-	-	1.377,5	34.685,6	4,1%	4,1%
Receita líquida	7.375,8	-	-	1.009,3	8.385,2	13,7%	13,7%
Receita líquida/hl (R\$)	221,4	-	-	20,3	241,7	9,2%	9,2%
CPV	(4.138,4)	-	-	(388,6)	(4.526,9)	9,4%	9,4%
CPV/hl (R\$)	(124,2)	-	-	(6,3)	(130,5)	5,0%	5,0%
CPV excl. deprec. & amort.	(3.914,9)	-	-	(465,7)	(4.380,6)	11,9%	11,9%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	(117,5)	-	-	(8,8)	(126,3)	7,5%	7,5%
Lucro bruto	3.237,4	-	-	620,8	3.858,2	19,2%	19,2%
<i>% Margem bruta</i>	<i>43,9%</i>	-	-	-	<i>46,0%</i>	<i>210 pb</i>	<i>210 pb</i>
SG&A excl. deprec. & amort.	(1.973,1)	-	-	(83,3)	(2.056,5)	4,2%	4,2%
SG&A deprec. & amort.	(248,4)	-	-	(6,0)	(254,4)	2,4%	2,4%
SG&A total	(2.221,5)	-	-	(89,3)	(2.310,8)	4,0%	4,0%
Outras receitas/(despesas) operacionais	418,3	97,7	-	21,4	537,5	28,5%	5,6%
Lucro operacional ajustado	1.434,2	97,7	-	552,9	2.084,9	45,4%	39,4%
<i>% Margem de Lucro operacional ajustado</i>	<i>19,4%</i>	-	-	-	<i>24,9%</i>	<i>550 pb</i>	<i>430 pb</i>
EBITDA ajustado	1.906,1	97,7	-	481,8	2.485,6	30,4%	25,7%
<i>% Margem EBITDA ajustado</i>	<i>25,8%</i>	-	-	-	<i>29,6%</i>	<i>380 pb</i>	<i>270 pb</i>

CAC

R\$ milhões	12M23	Escopo	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M24	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	12.174,6	-	-	234,0	12.408,6	1,9%	1,9%
Receita líquida	10.044,8	-	280,2	698,7	11.023,7	9,7%	7,0%
Receita líquida/hl (R\$)	825,1	-	22,6	40,8	888,4	7,7%	4,9%
CPV	(5.035,1)	-	(146,6)	105,5	(5.076,2)	0,8%	-2,1%
CPV/hl (R\$)	(413,6)	-	(11,8)	16,3	(409,1)	-1,1%	-3,9%
CPV excl. deprec. & amort.	(4.498,9)	-	(135,0)	158,7	(4.475,2)	-0,5%	-3,5%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	(369,5)	-	(10,9)	19,8	(360,7)	-2,4%	-5,3%
Lucro bruto	5.009,7	-	133,6	804,2	5.947,5	18,7%	16,1%
% Margem bruta	49,9%	-	-	-	54,0%	410 pb	420 pb
SG&A excl. deprec. & amort.	(1.688,5)	-	(63,6)	(176,8)	(1.928,9)	14,2%	10,5%
SG&A deprec. & amort.	(242,7)	-	(10,0)	(28,4)	(281,0)	15,8%	11,7%
SG&A total	(1.931,2)	-	(73,5)	(205,1)	(2.209,9)	14,4%	10,6%
Outras receitas/(despesas) operacionais	26,3	-	(0,1)	(39,8)	(13,5)	-151,4%	-151,0%
Lucro operacional ajustado	3.104,8	-	60,0	559,3	3.724,1	19,9%	18,0%
% Margem de Lucro operacional ajustado	30,9%	-	-	-	33,8%	290 pb	320 pb
EBITDA ajustado	3.883,7	-	81,5	641,0	4.606,1	18,6%	16,5%
% Margem EBITDA ajustado	38,7%	-	-	-	41,8%	310 pb	340 pb

LAS

R\$ milhões	12M23	Escopo	Conversão de Moeda	IAS 29 Impacto de 9M	Crescimento Orgânico	12M24	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	36.039,6	-	-	-	(3.592,0)	32.447,6	-10,0%	-10,0%
Receita líquida	13.797,2	14.950,2	271,5	(10.023,6)	834,5	19.829,7	43,7%	6,0%
Receita líquida/hl (R\$)	382,8	414,8	8,4	(263,0)	68,1	611,1	59,6%	17,8%
CPV	(6.657,3)	(9.292,0)	(83,6)	5.866,5	(294,1)	(10.460,4)	57,1%	4,4%
CPV/hl (R\$)	(184,7)	(257,8)	(2,6)	152,3	(29,5)	(322,4)	74,5%	16,0%
CPV excl. deprec. & amort.	(6.006,8)	(8.484,5)	(73,2)	5.250,3	(182,7)	(9.496,8)	58,1%	3,0%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	(166,7)	(235,4)	(2,3)	135,7	(24,1)	(292,7)	75,6%	14,4%
Lucro bruto	7.139,9	5.658,2	187,9	(4.157,1)	540,4	9.369,3	31,2%	7,6%
% Margem bruta	51,7%	-	-	-	-	47,2%	-450 pb	80 pb
SG&A excl. deprec. & amort.	(3.147,9)	(4.489,1)	(51,9)	2.956,3	(203,4)	(4.936,0)	56,8%	6,5%
SG&A deprec. & amort.	(315,8)	(436,6)	(3,8)	308,1	(31,9)	(479,9)	52,0%	10,1%
SG&A total	(3.463,8)	(4.925,7)	(55,7)	3.264,5	(235,3)	(5.416,0)	56,4%	6,8%
Outras receitas/(despesas) operacionais	95,0	(56,8)	0,5	17,2	(10,0)	45,8	-51,7%	-10,6%
Lucro operacional ajustado	3.771,1	675,7	132,7	(875,5)	295,1	3.999,2	6,0%	7,8%
% Margem de Lucro operacional ajustado	27,3%	-	-	-	-	20,2%	-710 pb	50 pb
EBITDA ajustado	4.737,4	1.919,9	146,9	(1.799,8)	438,4	5.442,7	14,9%	9,3%
% Margem EBITDA ajustado	34,3%	-	-	-	-	27,4%	-690 pb	110 pb

Canadá

R\$ milhões	12M23	Escopo	Conversão de Moeda	Crescimento Orgânico	12M24	% Reportado	% Orgânico
Volume ('000 hl)	9.025,2	-	-	(281,0)	8.744,1	-3,1%	-3,1%
Receita líquida	9.533,2	-	570,9	(110,2)	9.993,9	4,8%	-1,2%
Receita líquida/hl (R\$)	1.056,3	-	65,3	21,3	1.142,9	8,2%	2,0%
CPV	(4.083,1)	-	(243,9)	57,8	(4.269,2)	4,6%	-1,4%
CPV/hl (R\$)	(452,4)	-	(27,9)	(7,9)	(488,2)	7,9%	1,8%
CPV excl. deprec. & amort.	(3.796,9)	-	(226,9)	52,5	(3.971,2)	4,6%	-1,4%
CPV/hl excl. deprec. & amort. (R\$)	(420,7)	-	(25,9)	(7,5)	(454,2)	8,0%	1,8%
Lucro bruto	5.450,0	-	327,0	(52,3)	5.724,7	5,0%	-1,0%
% Margem bruta	57,2%	-	-	-	57,3%	10 pb	10 pb
SG&A excl. deprec. & amort.	(3.311,8)	-	(190,3)	170,4	(3.331,7)	0,6%	-5,1%
SG&A deprec. & amort.	(261,2)	-	(15,7)	2,4	(274,5)	5,1%	-0,9%
SG&A total	(3.573,0)	-	(206,0)	172,8	(3.606,2)	0,9%	-4,8%
Outras receitas/(despesas) operacionais	15,1	-	0,5	(6,5)	9,2	-39,5%	-42,9%
Lucro operacional ajustado	1.892,2	-	121,5	113,9	2.127,7	12,4%	6,0%
% Margem de Lucro operacional ajustado	19,8%	-	-	-	21,3%	150 pb	150 pb
EBITDA ajustado	2.439,7	-	154,3	106,3	2.700,2	10,7%	4,4%
% Margem EBITDA ajustado	25,6%	-	-	-	27,0%	140 pb	140 pb



ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita líquida (ROL): nossa receita líquida consolidada cresceu 4,6% em 2024, atingindo R\$ 89.452,7 milhões, impulsionada pelo crescimento da ROL/hl de 5,6% devido principalmente às nossas iniciativas de gestão de receita aliadas à premiumização do nosso mix de marcas, a despeito de uma queda no volume de 0,9%.

Brasil

A receita líquida gerada por nossas operações de cerveja e bebidas não alcoólicas no Brasil cresceu 4,8% em 2024, atingindo R\$ 48.605,3 milhões.

Cerveja Brasil

Nossas operações de cerveja no Brasil incluem a produção e a comercialização de cerveja e do portfólio de *Beyond Beer*, o qual abrange outras categorias de bebidas alcoólicas que não cerveja.

A receita líquida proveniente da operação de cerveja no Brasil em 2024 cresceu 3,2%, acumulando R\$ 40.220,2 milhões, em razão do aumento da ROL/hl de 2,6%, combinada com um aumento de volume de 0,6%.

NAB Brasil

As operações de NAB no Brasil abrangem a produção e a comercialização de refrigerantes e outras bebidas não alcoólicas e não carbonatadas.

A receita líquida gerada pela operação de NAB no Brasil em 2024 subiu 13,7%, atingindo R\$ 8.385,2 milhões, devido ao aumento da ROL/hl de 9,2% combinada com um crescimento de volume de 4,1%.

CAC

A receita líquida das nossas operações na CAC cresceu 7,0% em 2024, acumulando R\$ 11.023,7 milhões, em função do crescimento da ROL/hl de 4,9% combinada com um aumento de volume de 1,9%.

LAS

A receita líquida das nossas operações na LAS aumentou 6,0% em 2024, somando R\$ 19.829,7 milhões, em razão do aumento da ROL/hl de 17,8%, a despeito da redução do volume de 10,0%.

Canadá

A receita líquida das nossas operações no Canadá apresentou uma queda de 1,2% em 2024, atingindo R\$ 9.993,9 milhões, tendo em vista o declínio do volume de 3,1%, parcialmente compensado por um aumento da ROL/hl de 2,0%.

Custo dos produtos vendidos (CPV): o custo dos produtos vendidos consolidado teve um crescimento de 1,1% em 2024, totalizando R\$ 43.615,1 milhões, com o custo dos produtos vendidos por hectolitro ["CPV/hl"] aumentando 2,0%. Os principais fatores que contribuíram para tal crescimento foram as pressões inflacionárias na Argentina, parcialmente compensadas por melhores preços de commodities e câmbio em razão da execução da nossa política de hedge.

Brasil

O custo dos produtos vendidos das nossas operações no Brasil em 2024 totalizou R\$ 23.809,3 milhões, representando um aumento de 1,2%.

Cerveja Brasil

O custo dos produtos vendidos da operação de cerveja no Brasil em 2024 caiu 0,5%, chegando a R\$ 19.282,3 milhões, com o CPV/hl apresentando uma redução de 1,0%.

NAB Brasil

O custo dos produtos vendidos da operação de NAB no Brasil em 2024 aumentou 9,4%, somando R\$ 4.526,9 milhões, com o CPV/hl crescendo 5,0%.



CAC

O custo dos produtos vendidos das nossas operações na CAC declinou 2,1% em 2024, acumulando R\$ 5.076,2 milhões, com o CPV/hl caindo 3,9%.

LAS

O custo dos produtos vendidos das nossas operações na LAS apresentou um crescimento de 4,4% em 2024, totalizando R\$ 10.460,4 milhões, com o CPV/hl aumentando 16,0%.

Canadá

O custo dos produtos vendidos das nossas operações no Canadá caiu 1,4% em 2024, totalizando R\$ 4.269,2 milhões, com um CPV/hl crescendo 1,8%.

Despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A): as despesas com vendas, gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$ 26.392,4 milhões em 2024, crescendo 4,1%, impulsionadas principalmente pelas pressões inflacionárias na Argentina combinadas com maiores investimentos em nossas marcas no Brasil.

Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações no Brasil aumentaram 4,8% em 2024, somando R\$ 15.160,4 milhões.

Cerveja Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas da operação de cerveja no Brasil cresceram 4,9% em 2024, atingindo R\$ 12.849,6 milhões.

NAB Brasil

As despesas com vendas, gerais e administrativas da operação de NAB no Brasil subiram 4,0% em 2024, acumulando R\$ 2.310,8 milhões.

CAC

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações na CAC cresceram 10,6% em 2024, totalizando R\$ 2.209,9 milhões.

LAS

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações na LAS aumentaram 6,8% em 2024, acumulando R\$ 5.416,0 milhões.

Canadá

As despesas com vendas, gerais e administrativas das nossas operações no Canadá apresentaram uma queda de 4,8% em 2024, totalizando R\$ 3.606,2 milhões.

Outras receitas/(despesas) operacionais líquidas: o saldo líquido de outras receitas e despesas operacionais representou uma receita de R\$ 2.457,3 milhões, comparada à receita de R\$ 2.028,9 milhões registrada em 2023.

Outras receitas/(despesas) operacionais		
<i>R\$ milhões</i>	12M23	12M24
Subvenção governamental e ganhos financeiros por taxa subsidiada	1.573,2	1.764,8
Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos	218,0	209,7
[Adições]/reversões de provisões	(77,7)	(69,3)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	86,4	121,3
Outras receitas/(despesas) operacionais	229,1	430,9
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.028,9	2.457,3



Itens não usuais: os itens não usuais corresponderam a despesas de reestruturação ligadas principalmente a projetos de centralização e reestruturação no Brasil, LAS, CAC e Canadá.

Itens não usuais	12M23	12M24
<i>R\$ milhões</i>		
Reestruturação	(109,4)	(99,3)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	(2,3)	(1,5)
Honorários	(94,7)	-
Itens não usuais	(206,4)	(100,8)

Resultado financeiro: o resultado financeiro no ano foi uma despesa de R\$ 2.318,2 milhões, comparada a uma despesa de R\$ 3.609,8 milhões em 2023. A redução da nossa despesa financeira em 2024 é explicada principalmente por menores gastos com custo de carregamento de *hedge* relacionados à nossa exposição cambial na Argentina (dada a decisão de deixar realizar o *hedge* da nossa exposição cambial no país) e por ganhos com instrumentos não derivativos na consolidação do balanço patrimonial entre empresas em razão das variações cambiais do Real.

Resultado financeiro líquido	12M23	12M24
<i>R\$ milhões</i>		
Receitas de juros	2.085,6	2.423,7
Despesas com juros	(2.432,2)	(2.065,8)
Ganhos/(perdas) com derivativos	(1.675,1)	(1.032,3)
Ganhos/(perdas) com instrumentos não-derivativos	(1.154,0)	38,9
Impostos sobre transações financeiras	(178,3)	(274,4)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	(431,9)	(956,7)
Hiperinflação Argentina	176,1	(451,7)
Resultado financeiro líquido	(3.609,8)	(2.318,2)

A dívida total da Companhia diminuiu de R\$ 3.501,1 milhões em dezembro de 2023 para R\$ 3.452,7 milhões em dezembro de 2024.

Detalhamento da dívida	31 de Dezembro de 2023			31 de Dezembro de 2024		
	<i>R\$ milhões</i>	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante
Moeda Local	1.043,4	1.571,8	2.615,2	932,3	1.567,1	2.499,4
Moeda Estrangeira	254,7	631,2	885,9	344,1	609,3	953,3
Dívida Consolidada	1.298,1	2.203,0	3.501,1	1.276,4	2.176,3	3.452,7
Caixa e Equivalentes de Caixa (líquido da conta garantida)			16.059,0			28.595,7
Aplicações Financeiras Correntes			277,2			1.242,0
Dívida/(caixa) líquida			(12.835,1)			(26.384,9)

O risco de crédito da Ambev como emissor de dívida em moeda nacional e estrangeira detém classificação de grau de investimento segundo a Standard & Poor's e a Moody's Ratings.

Imposto de renda e contribuição social: a alíquota efetiva em 2024 foi de 23,8%, contra a alíquota do ano anterior de 0,5%, em razão da menor dedutibilidade relacionada a subvenções governamentais e aos juros sobre capital próprio no Brasil, nos termos da lei vigente.

Participações de empregados e administradores: em 2024, a participação nos lucros de empregados e administradores provisionada foi de R\$ 1.420,1 milhões. Esse valor faz parte da política de remuneração variável da Companhia, segundo a qual a maioria dos empregados e administradores tem uma parte significativa de sua remuneração sujeita ao cumprimento de metas de desempenho.



Participação dos não controladores: o resultado atribuído a participações de não controladores em nossas subsidiárias em 2024 acumulou R\$ 409,7 milhões, contra um resultado de R\$ 458,5 milhões em 2023.

Lucro líquido: o lucro líquido no ano foi de R\$ 14.847,0 milhões, uma redução de 0,8% comparado ao ano de 2023, enquanto, em uma base ajustada para itens não usuais, o lucro líquido ajustado foi de R\$ 14.874,5 milhões em 2024, uma redução de 2,3% comparado ao ano anterior. Tal resultado se deve ao fato de que o crescimento do EBITDA ajustado e a melhora do resultado financeiro foram mais do que compensados pela maior despesa de imposto de renda no Brasil, dada a menor dedutibilidade relacionada a subvenções governamentais e aos juros sobre capital próprio.

Dividendos e ações: nosso estatuto social prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 40% do nosso lucro líquido anual ajustado, incluindo as quantias pagas a título de juros sobre o capital próprio. Em 2024, foram distribuídos R\$ 10.505,8 milhões de juros sobre o capital próprio e dividendos.

Na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, foram negociados aproximadamente R\$ 91,8 bilhões em ações ordinárias da Companhia durante o ano de 2024. Neste período, o Índice Bovespa teve uma desvalorização de 10,36%, enquanto nossas ações terminaram o ano cotadas a R\$ 11,74, representando uma desvalorização de 9,84%⁴ no ano.

Reconciliação entre lucro líquido e EBITDA: o EBITDA ajustado e o lucro operacional ajustado são medidas utilizadas pela Administração da Companhia para medir seu desempenho. O EBITDA ajustado é calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os seguintes efeitos: (i) participação de não controladores; (ii) despesa com imposto de renda; (iii) participação nos resultados de coligadas e subsidiárias; (iv) resultado financeiro líquido; (v) itens não usuais; e (vi) despesas com depreciações e amortizações.

O EBITDA é calculado excluindo-se do EBITDA ajustado os seguintes efeitos: (i) itens não usuais; e (ii) participação nos resultados de coligadas.

O EBITDA ajustado e o lucro operacional ajustado não são medidas contábeis utilizadas nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em IFRS ou nos Estados Unidos da América (US GAAP), e não devem ser considerados como uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na condição de indicador de liquidez. Nossas definições de EBITDA ajustado e Lucro operacional ajustado podem não ser comparáveis ao EBITDA ajustado e ao Lucro operacional ajustado conforme definido por outras empresas.

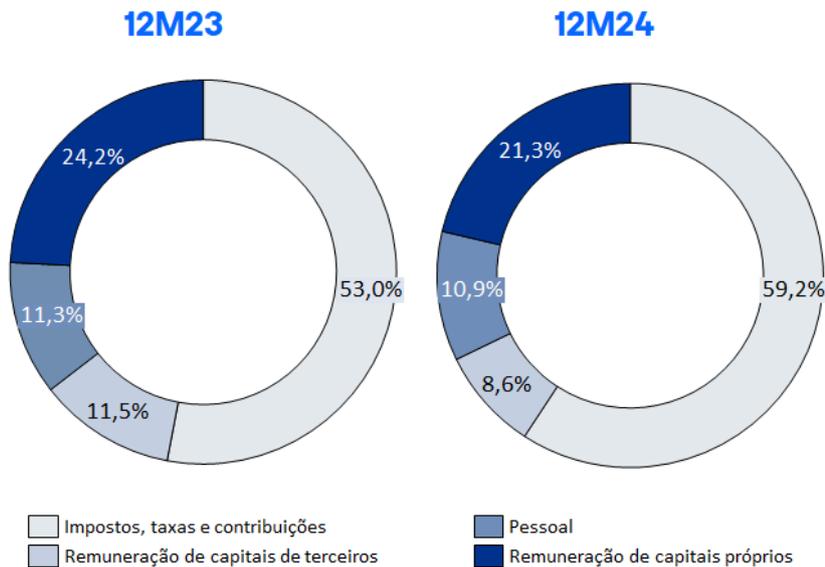
Reconciliação - Lucro líquido ao EBITDA

R\$ milhões

	12M23	12M24
Lucro líquido - Ambev	14.501,9	14.437,2
Participação dos não controladores	458,5	409,7
Despesa com imposto de renda e contribuição social	75,5	4.640,4
Lucro antes de impostos	15.035,9	19.487,3
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	185,4	(3,9)
Resultado financeiro líquido	3.609,8	2.318,2
Itens não usuais	206,4	100,8
Lucro operacional ajustado	19.037,5	21.902,5
Depreciação & amortização - total	6.417,9	7.126,5
EBITDA ajustado	25.455,4	29.028,9
Itens não usuais	(206,4)	(100,8)
Participação nos resultados de empreendimentos controlados em conjunto	(185,4)	3,9
EBITDA	25.063,6	28.932,0

⁴ Dados por ação ajustados para refletir distribuições de dividendos, juros sobre o capital próprio, desdobramento ou grupamento no período.

Distribuição do valor adicionado: quanto à distribuição do nosso valor adicionado em 2024, R\$ 7.615,3 referiram-se a pessoal; R\$ 41.206,6 referiram-se a impostos, taxas e contribuições; R\$ 5.981,7 referiram-se a remuneração de capitais de terceiros e R\$ 14.847,0 referiram-se a remuneração de capitais próprios.



Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM 80/22, o Presidente Executivo e o Diretor Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política de atuação junto aos nossos auditores independentes na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor. Estes princípios estabelecem que:

- auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- auditor não deve exercer funções gerenciais; e,
- auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Adotamos política e procedimentos de pré-aprovação segundo os quais todos os serviços de auditoria e outros serviços prestados por auditores independentes contratados pela Ambev e por suas subsidiárias devem ser aprovados pelo nosso Conselho Fiscal, o qual também cumpre as funções de comitê de auditoria para os propósitos da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, em conformidade com a Regra 10A-3(c)(3).

O Conselho Fiscal adota uma lista de serviços e limites de valor para a contratação de cada tipo de serviço ("Lista Básica"), por sua vez aprovada pelo Conselho de Administração. Qualquer serviço constante dessa Lista Básica é considerado "pré-aprovado" dentro dos limites individuais de valor, e que no agregado anual não ultrapassem 20% dos honorários anuais de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia e suas Controladas em determinado exercício social. Trimestralmente, o Conselho Fiscal recebe do Diretor Vice-Presidente Financeiro um relatório resumido sobre o progresso dos serviços prestados pré-aprovados e os honorários correspondentes devidamente autorizados. Quaisquer serviços não contemplados nessa Lista Básica requerem uma opinião anterior favorável do Conselho Fiscal e a aprovação do Conselho de Administração.



Nossa política contém também uma lista de serviços que não podem ser prestados por nossos auditores externos. Essa política é revista periodicamente pelo Conselho de Administração, inclusive por recomendação do Conselho Fiscal.

SERVIÇOS PRESTADOS PELO AUDITOR INDEPENDENTE

Tais informações incluem serviços prestados, além dos serviços de auditoria externa, para a Companhia ou suas controladas durante o ano de 2024.

Foram prestados serviços, com prazo de execução inferior a um ano, relacionados a procedimentos de revisão pré-acordados executados no Brasil e em subsidiária no Canadá.

Contratamos um total de R\$ 570 mil referentes a tal serviço, o que equivale a aproximadamente 5% dos honorários de auditoria externa relativos às Demonstrações Financeiras de 2024 da companhia e suas controladas.

Entendemos que o processo de aprovação existente e a proporção dos serviços adicionais não comprometem a independência do auditor.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2024



ambev



BALANÇOS PATRIMONIAIS

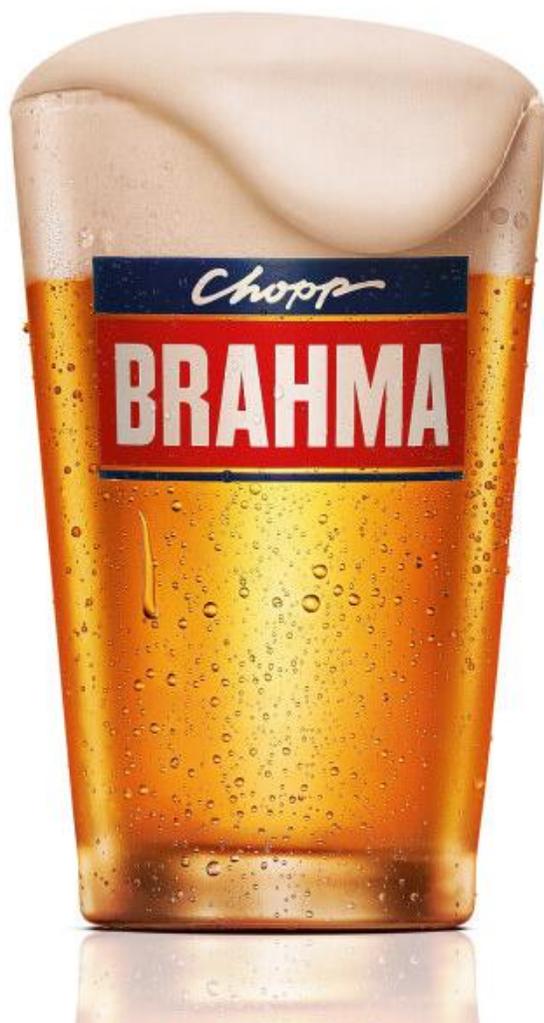
DEMONSTRAÇÕES DOS
RESULTADOS

DEMONSTRAÇÕES DOS
RESULTADOS ABRANGENTES

DEMONSTRAÇÃO DAS
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS
DE CAIXA

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR
ADICIONADO



NOTAS EXPLICATIVAS:

- 1 INFORMAÇÕES GERAIS
- 2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
- 3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS
- 4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
- 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS
- 6 CONTAS A RECEBER
- 7 ESTOQUES
- 8 TRIBUTOS A RECUPERAR
- 9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
- 10 INVESTIMENTOS
- 11 IMOBILIZADO
- 12 INTANGÍVEL
- 13 ÁGIO
- 14 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO-FINANCEIROS (*IMPAIRMENT*)
- 15 CONTAS A PAGAR
- 16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
- 17 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES
- 18 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS
- 19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO
- 20 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO
- 21 RECEITA LÍQUIDA
- 22 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS
- 23 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA
- 24 ITENS NÃO USUAIS
- 25 RESULTADO FINANCEIRO
- 26 RESULTADO POR AÇÃO
- 27 FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS
- 28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES
- 29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS
- 30 GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTROS
- 31 PARTES RELACIONADAS
- 32 EVENTOS SUBSEQUENTES



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	11.363.448	3.746.874	28.595.666	16.059.003
Aplicações financeiras	5.2	76.549	10.924	1.242.001	277.164
Contas a receber	6	3.649.681	3.393.340	6.269.863	5.741.457
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	1.218.561	378.049
Estoques	7	5.619.066	4.898.387	11.689.767	9.619.022
Tributos a recuperar	8	2.363.924	2.394.989	3.582.275	3.435.688
Outros ativos		865.829	601.203	1.557.651	1.052.667
Ativo circulante		23.938.497	15.045.717	54.155.784	36.563.050
Aplicações financeiras	5.2	70.499	147.829	184.454	242.168
Contas a receber	6	93.322	93.322	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	26	1.673
Tributos a recuperar	8	8.516.037	9.467.689	10.503.977	11.325.096
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	6.030.331	5.280.528	8.691.670	7.969.592
Outros ativos		1.136.034	987.042	1.462.588	1.520.701
Benefícios a funcionários	18	1.287	1.753	70.483	57.261
Realizável a longo prazo		15.847.510	15.978.163	20.913.198	21.116.491
Investimentos	10	105.071.657	81.232.654	395.393	289.063
Imobilizado	11	14.180.509	14.195.402	30.170.194	26.630.156
Intangível	12	2.592.052	2.776.384	12.530.712	10.041.733
Ágio	13	281.858	281.858	44.342.668	38.003.640
Ativo não circulante		137.973.586	114.464.461	108.352.165	96.081.083
Total do ativo		161.912.083	129.510.178	162.507.949	132.644.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



BALANÇOS PATRIMONIAIS (CONTINUAÇÃO)

Em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Contas a pagar	15	18.516.323	14.371.351	25.223.522	23.195.101
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	204.721	751.362
Empréstimos e financiamentos	16	695.986	784.939	1.276.391	1.298.091
Salários e encargos		1.375.102	1.218.831	2.779.753	2.128.547
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		7.407.814	735.748	8.487.242	1.526.151
Imposto de renda e contribuição social a recolher		74.426	50.950	1.941.540	1.340.492
Impostos, taxas e contribuições a recolher		3.401.056	4.572.452	5.648.399	6.236.626
Outros passivos, incluindo opção de venda concedida sobre participação em controlada		1.609.089	3.290.723	3.386.235	4.110.138
Provisões	17	367.462	345.838	440.911	418.389
Passivo circulante		33.447.258	25.370.832	49.388.714	41.004.897
Contas a pagar	15	25.713.418	21.547.166	327.706	307.300
Instrumentos financeiros derivativos	29	-	-	6.720	11.643
Empréstimos e financiamentos	16	1.128.080	1.130.509	2.176.337	2.202.975
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.1	-	-	5.007.711	3.318.448
Imposto de renda e contribuição social a recolher		258.175	302.082	1.372.387	1.487.125
Impostos, taxas e contribuições a recolher		579.686	508.813	597.449	513.315
Outros passivos, incluindo opção de venda concedida sobre participação em controlada		1.298.933	876.525	1.142.775	1.083.221
Provisões	17	531.484	478.235	670.904	559.614
Benefícios a funcionários	18	312.910	326.726	2.236.732	2.011.793
Passivo não circulante		29.822.686	25.170.056	13.538.721	11.495.434
Total do passivo		63.269.944	50.540.888	62.927.435	52.500.331
Patrimônio líquido	19				
Capital social		58.226.036	58.177.929	58.226.036	58.177.929
Reservas		108.973.429	98.669.404	108.973.429	98.669.404
Ajustes de avaliação patrimonial		(68.557.326)	(77.878.043)	(68.557.326)	(77.878.043)
Patrimônio líquido de controladores		98.642.139	78.969.290	98.642.139	78.969.290
Participação de não controladores		-	-	938.375	1.174.512
Total do patrimônio líquido		98.642.139	78.969.290	99.580.514	80.143.802
Total do passivo e patrimônio líquido		161.912.083	129.510.178	162.507.949	132.644.133

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora	
		2024	2023
Receita líquida	21	44.613.024	41.668.361
Custo dos produtos vendidos		[26.327.011]	[24.717.266]
Lucro bruto		18.286.013	16.951.095
Despesas logísticas		[4.508.256]	[4.449.338]
Despesas comerciais		[4.194.061]	[3.786.302]
Despesas administrativas		[3.564.713]	[3.331.353]
Outras receitas/[(despesas) operacionais	22	2.843.466	1.776.603
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	10	9.562.027	7.610.068
Itens não usuais	24	[11.440]	[119.460]
Lucro operacional		18.413.036	14.651.313
Receitas financeiras	25	1.029.761	1.056.900
Despesas financeiras	25	[4.141.744]	[3.974.280]
Outros resultados financeiros, líquidos	25	[72.125]	[23.562]
Resultado financeiro, líquido ⁽¹⁾		[3.184.108]	[2.940.942]
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		15.228.928	11.710.371
Imposto de renda e contribuição social	9.2	[791.690]	2.791.573
Lucro líquido do exercício		14.437.238	14.501.944
Lucro por ação ordinária [básico] – R\$	26	0,9176	0,9211
Lucro por ação ordinária [diluído] – R\$	26	0,9129	0,9156

(1) Conforme detalhado na nota 25 - *Resultado financeiro*, a partir do primeiro trimestre de 2024 a Companhia passou a alterar a segregação entre linhas do resultado financeiro, inclusive para fins comparativos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (CONTINUAÇÃO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado	
		2024	2023
Receita líquida	21	89.452.669	79.736.856
Custo dos produtos vendidos		(43.615.080)	(39.291.571)
Lucro bruto		45.837.589	40.445.285
Despesas logísticas		(11.557.161)	(10.750.586)
Despesas comerciais		(8.634.163)	(7.412.463)
Despesas administrativas		(6.201.074)	(5.273.670)
Outras receitas/(despesas) operacionais	22	2.457.262	2.028.888
Itens não usuais	24	(100.795)	(206.356)
Lucro operacional		21.801.658	18.831.098
Receitas financeiras	25	2.605.338	2.494.161
Despesas financeiras	25	(4.510.782)	(5.126.031)
Outros resultados financeiros, líquidos	25	(412.805)	(977.882)
Resultado financeiro, líquido ⁽ⁱ⁾		(2.318.249)	(3.609.752)
Participação nos resultados de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto		3.918	(185.406)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		19.487.327	15.035.940
Imposto de renda e contribuição social	9.2	(4.640.375)	(75.481)
Lucro líquido do exercício		14.846.952	14.960.459
Atribuído à:			
Participação dos controladores		14.437.238	14.501.944
Participação dos não controladores		409.714	458.515
Lucro por ação ordinária (básico) – R\$	26	0,9176	0,9211
Lucro por ação ordinária (diluído) – R\$	26	0,9129	0,9156

(i) Conforme detalhado na nota 25 - *Resultado financeiro*, a partir do primeiro trimestre de 2024 a Companhia passou a alterar a segregação entre linhas do resultado financeiro, inclusive para fins comparativos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício	14.437.238	14.501.944	14.846.952	14.960.459
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado:				
Ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior				
<i>Hedge</i> de investimento - opção de venda concedida sobre participação em controlada	(142.117)	302.596	(142.117)	302.596
Ganhos e (perdas) na conversão de demais operações no exterior	8.336.780	(9.514.961)	8.505.868	(9.636.924)
Total dos ganhos e (perdas) na conversão de operações no exterior	8.194.663	(9.212.365)	8.363.751	(9.334.328)
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa – ganhos e (perdas)				
Reconhecido no patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>)	1.315.529	(360.552)	1.315.578	(364.631)
Excluído do patrimônio líquido (Reserva de <i>hedge</i>) e incluído no resultado	(763.894)	149.856	(764.385)	152.636
Total <i>hedge</i> de fluxo de caixa	551.635	(210.696)	551.193	(211.995)
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Reconhecimento de ganhos/(perdas) atuariais	76.888	(13.250)	76.989	(12.595)
Outros resultados abrangentes	8.823.186	(9.436.311)	8.991.933	(9.558.918)
Resultado abrangente do exercício	23.260.424	5.065.633	23.838.885	5.401.541
Atribuído à:				
Participação dos controladores	23.260.424	5.065.633	23.260.424	5.065.633
Participação de não controladores	-	-	578.461	335.908

As demonstrações dos resultados abrangentes estão apresentadas líquidas dos tributos sobre a renda. Os efeitos tributários encontram-se divulgados na nota 9 - *Imposto de renda e contribuição social*.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 01 de janeiro de 2023	58.130.517	55.339.694	36.906.900	-	(68.421.478)	81.955.633	1.372.194	83.327.827
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.501.944	-	14.501.944	458.515	14.960.459
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(9.212.365)	(9.212.365)	(121.963)	(9.334.328)
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(210.696)	(210.696)	(1.299)	(211.995)
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	(13.250)	(13.250)	655	(12.595)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	14.501.944	(9.436.311)	5.065.633	335.908	5.401.541
Aumento de capital (nota 19)	47.412	(32.869)	-	-	-	14.543	-	14.543
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	3.269.378	-	3.269.378	8.504	3.277.882
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	-	6.666	6.666	-	6.666
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(2.630)	(2.630)	-	(2.630)
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(12.467)	(12.467)	-	(12.467)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(543.938)	(543.938)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(11.500.205)	-	(11.500.205)	-	(11.500.205)
Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	-	172.739	-	-	-	172.739	1.844	174.583
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente (nota 19)	-	-	-	11.823	(11.823)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	2.552.743	(2.552.743)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	3.730.197	(3.730.197)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	58.177.929	55.479.564	43.189.840	-	(77.878.043)	78.969.290	1.174.512	80.143.802

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTINUAÇÃO)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos controladores						Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
Saldo em 01 de janeiro de 2024	58.177.929	55.479.564	43.189.840	-	(77.878.043)	78.969.290	1.174.512	80.143.802
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.437.238	-	14.437.238	409.714	14.846.952
<i>Resultado Abrangente:</i>								
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	8.194.663	8.194.663	169.088	8.363.751
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	551.635	551.635	(442)	551.193
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	-	-	76.888	76.888	101	76.989
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	14.437.238	8.823.186	23.260.424	578.461	23.838.885
Aumento de capital (nota 19)	48.107	-	-	-	-	48.107	-	48.107
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	6.481.320	-	6.481.320	12.612	6.493.932
Ganhos/(perdas) de participação	-	1.958	-	-	526.630	528.588	(520.584)	8.004
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	(17.276)	(17.276)	-	(17.276)
Dividendos declarados	-	-	-	(6.653.203)	-	(6.653.203)	(307.991)	(6.961.194)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.852.185)	-	(3.852.185)	-	(3.852.185)
Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	-	(145.112)	-	-	-	(145.112)	1.365	(143.747)
Dividendos prescritos/(complemento)	-	-	-	22.186	-	22.186	-	22.186
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente (nota 19)	-	-	-	11.823	(11.823)	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	108.125	(108.125)	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	10.339.054	(10.339.054)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	58.226.036	55.336.410	53.637.019	-	(68.557.326)	98.642.139	938.375	99.580.514

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Lucro líquido do exercício		14.437.238	14.501.944	14.846.952	14.960.459
Ajustes por:					
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>		3.869.429	3.742.689	7.126.444	6.417.912
<i>Impairment</i> nas contas a receber, nos estoques e nas demais contas a receber		152.239	168.297	379.114	358.399
Aumento/(redução) nas provisões e benefícios a funcionários		208.455	183.425	348.049	233.806
Resultado financeiro líquido	25	3.184.108	2.940.942	2.318.249	3.609.752
Perda/(ganho) na venda de imobilizado e intangíveis	22	(113.498)	(62.265)	(121.294)	(86.357)
Despesa com pagamentos baseados em ações	28.3	287.942	264.767	400.911	331.618
Imposto de renda e contribuição social	9	791.690	(2.791.573)	4.640.375	75.481
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto		(9.562.027)	(7.610.068)	(3.918)	185.406
Operações de <i>hedge</i>	29.2	-	-	(967.160)	(37.954)
Outros itens que não afetam o caixa incluídos no lucro		-	(9.030)	-	(9.030)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro		13.255.576	11.329.128	28.967.722	26.039.492
(Aumento)/redução no contas a receber e demais contas a receber		(666.632)	(962.315)	220.441	(1.373.883)
(Aumento)/redução nos estoques		(629.825)	623.958	(1.702.554)	1.300.766
Aumento/(redução) no contas a pagar e demais contas a pagar		444.635	(1.222.151)	1.317.184	(223.101)
Geração de caixa das atividades operacionais		12.403.754	9.768.620	28.802.793	25.743.274
Juros pagos		(2.215.066)	(1.951.874)	(742.058)	(666.119)
Juros recebidos		481.555	438.465	1.629.594	1.248.283
Dividendos recebidos		3.076.971	4.176.831	26.574	12.949
Imposto de renda e contribuição social (pagos)/creditados		(162.466)	987.052	(3.617.868)	(1.626.958)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		13.584.748	13.419.094	26.099.035	24.711.429
Proventos da venda de imobilizado e intangíveis		122.844	117.658	170.596	154.140
Aquisição de imobilizado e intangíveis		(2.781.027)	(3.247.978)	(4.749.101)	(6.004.099)
Venda/(aquisição) de subsidiárias, líquido de caixa adquirido		-	-	10.266	(46.529)
Aporte de capital em coligadas e controladas		(125.422)	-	-	(6.313)
(Aplicação financeira)/proventos líquidos de títulos de dívida		9.578	(11.653)	(888.646)	136.417
Proventos/(aquisição) de outros ativos, líquidos		-	13.900	(6.603)	400
Fluxo de caixa das atividades de investimento		(2.774.027)	(3.128.073)	(5.463.488)	(5.765.984)
Aumento de capital		17.486	14.543	17.486	14.543
Aumento/(redução) de capital em não controladores		-	-	(1.338)	-
Proventos/(recompra) de ações		(464.747)	(126.661)	(467.624)	(118.989)
Aquisição de participação de não controladores		(1.716.952)	-	(1.716.965)	-
Proventos de empréstimos e mútuos		4.103.655	1.474.776	489.124	49.780
Liquidação de empréstimos e mútuos		(172.813)	(545.161)	(604.731)	(227.425)
Caixa líquido de custos financeiros, exceto juros		(530.994)	(283.877)	(2.680.881)	(2.731.069)
Pagamento de passivos de arrendamento	16.1	(713.149)	(591.904)	(1.330.676)	(1.180.098)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(3.811.129)	(11.409.714)	(4.056.383)	(11.921.949)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		(3.288.643)	(11.467.998)	(10.351.988)	(16.115.207)
Aumento/(redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		7.522.078	(1.176.977)	10.283.559	2.830.238
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		3.746.874	4.923.851	16.059.003	14.852.092
Efeito de variação cambial em caixa e equivalente de caixa		94.496	-	2.253.104	(1.623.327)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		11.363.448	3.746.874	28.595.666	16.059.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
1 Receitas	78.879.995	72.211.896	133.873.409	119.782.305
Receita de contrato com clientes	77.598.735	71.717.821	133.164.849	119.286.720
Outras receitas/(despesas) líquidas	1.350.928	545.606	841.280	590.903
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(69.668)	(51.531)	(132.720)	(95.318)
2 Insumos adquiridos de terceiros	(36.887.166)	(34.947.725)	(60.182.112)	(54.419.818)
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(29.934.309)	(28.070.478)	(44.273.003)	(40.601.784)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.735.840)	(6.605.829)	(15.528.242)	(13.414.301)
Perda de valores ativos	(217.017)	(271.418)	(380.867)	(403.733)
3 Valor adicionado bruto (1+2)	41.992.829	37.264.171	73.691.297	65.362.487
4 Retenções	(3.652.412)	(3.471.271)	(6.745.577)	(6.014.179)
Depreciação e amortização	(3.652.412)	(3.471.271)	(6.745.577)	(6.014.179)
5 Valor adicionado líquido produzido (3+4)	38.340.417	33.792.900	66.945.720	59.348.308
6 Valor adicionado recebido em transferência	10.681.774	8.798.562	2.704.844	2.447.974
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	9.562.027	7.610.068	3.918	(185.406)
Receitas financeiras ⁽ⁱ⁾	1.029.761	1.056.900	2.605.338	2.494.161
Outros ⁽ⁱⁱ⁾	89.986	131.594	95.588	139.219
7 Valor adicionado total a distribuir (5+6)	49.022.191	42.591.462	69.650.564	61.796.282
8 Distribuição do valor adicionado	49.022.191	42.591.462	69.650.564	61.796.282
Pessoal	3.357.651	3.049.846	7.615.343	6.981.753
Remuneração direta	2.729.301	2.470.769	6.853.766	6.207.804
Benefícios	276.342	264.283	331.064	339.862
Fundo de garantia por tempo de serviço	165.998	164.928	198.013	196.692
Outros	186.010	149.866	232.500	237.395
Impostos, taxas e contribuições	26.813.111	20.977.916	41.206.613	32.754.315
Federais	6.994.993	3.043.987	16.946.345	10.998.613
Estaduais	19.784.724	17.903.155	24.214.615	21.712.144
Municipais	33.394	30.774	45.653	43.558
Remuneração de capitais de terceiros	4.414.191	4.061.756	5.981.656	7.099.755
Despesas financeiras, exceto imposto sobre transações financeiras ⁽ⁱ⁾	4.084.352	3.918.524	4.236.392	4.947.740
Outros resultados financeiros, líquidos ⁽ⁱ⁾	71.981	23.562	412.805	977.882
Royalties, aluguéis e outros	257.858	119.670	1.332.459	1.174.133
Remuneração de capitais próprios	14.437.238	14.501.944	14.846.952	14.960.459
Juros sobre o capital próprio	3.852.185	11.500.205	3.852.185	11.500.205
Dividendos	6.653.203	-	6.653.203	-
Lucros retidos	3.931.850	3.001.739	3.931.850	3.001.739
Participação de não controladores	-	-	409.714	458.515

(i) Conforme detalhado na nota 25 - *Resultado financeiro*, a partir do primeiro trimestre de 2024 a Companhia passou a alterar a segregação entre linhas do resultado financeiro, inclusive para fins comparativos.

(ii) A partir do quarto trimestre de 2024, os saldos de despesas de *royalties*, que anteriormente eram apresentados líquidos das receitas na linha de "Outros" em valor adicionado a distribuir, passaram a ser apresentados na linha "Royalties, aluguéis e outros", para melhor apresentação, inclusive para fins comparativos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.



1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 Objeto social

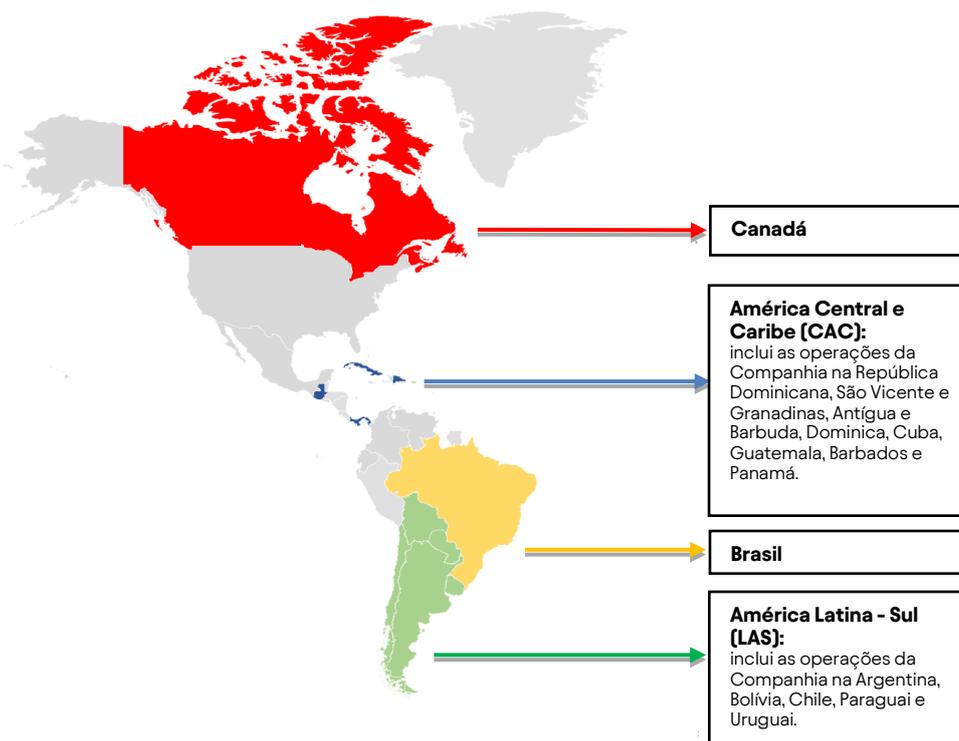
A Ambev S.A. [referida como "Companhia", "Ambev" ou "Controladora"], em conjunto com suas controladas ["Grupo" ou "Consolidado"], com sede em São Paulo - SP, tem por objeto social, diretamente ou por meio da participação em outras sociedades, produzir e comercializar cervejas, chopes, refrigerantes, outras bebidas, malte e alimentos em geral, além da publicidade de seus produtos e de terceiros, o comércio de materiais de promoção e propaganda e a exploração, direta ou indireta, de bares, restaurantes, lanchonetes e similares, entre outros.

As principais marcas próprias do Grupo são Brahma[®], Skol[®], Antarctica[®], Original[®], Quilmes[®], Andes Origen[®], Patricia[®], Paceaña[®], Huari[®], Pilsen[®], Presidente[®], Balboa[®], Guaraná Antarctica[®] e Beats[®], entre outras. As principais marcas licenciadas pela Anheuser-Busch Inbev N.V. ["AB InBev"] para o Grupo são Budweiser[®], Corona[®], Spaten[®], Stella Artois[®], Beck's[®], Modelo[®], Bud Light[®], Busch[®] e Michelob Ultra[®], entre outras. Além disso, a Companhia é uma das maiores engarrafadoras independentes da PepsiCo no mundo. O Grupo produz, vende e distribui no Brasil e em outros países da América Latina produtos como Pepsi[®], H2OH![®], Lipton Ice Tea[®] e o isotônico Gatorade[®] sob licença da PepsiCo. O Grupo também possui acordos com a Red Bull[®] e outras empresas para distribuição de seu portfólio em alguns canais de vendas e regiões específicas no Brasil e outros mercados.

A Companhia tem suas ações e ADRs [American Depositary Receipts] negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ["B3"], sob o código "ABEV3", e na Bolsa de Valores de Nova Iorque [New York Stock Exchange - NYSE], sob o código "ABEV", respectivamente. Os acionistas controladores diretos da Companhia são a Interbrew International B.V. ["ITW International"] e a Ambrew S.à.r.l. ["Ambrew"], ambas subsidiárias da AB InBev.

1.2 Principais países de operação

A Companhia opera seus negócios através de quatro zonas geográficas identificadas como segmentos reportáveis, conforme abaixo representado:





1.3 Principais eventos ocorridos em 2024

1.3.1 Exercício de opção de venda no âmbito do Acordo de Acionistas da Tenedora (Exercício PUT CND)

A Companhia e a E. León Jimenes, S.A. ("ELJ"), na qualidade de acionistas da Tenedora CND, S.A. ("Tenedora") - *holding* com sede na República Dominicana, titular de quase a totalidade da Cervecería Nacional Dominicana, S.A. - celebraram, em 2 de julho de 2020, o segundo aditivo ao Acordo de Acionistas da Tenedora ("Acordo de Acionistas"), visando estender sua parceria no país, postergando, para tanto, o prazo para exercício das opções de compra e venda previstas no referido Acordo de Acionistas. Em dezembro de 2023, a ELJ era detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda estava dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a 12,11% das ações da Tenedora, e (ii) Tranche B, correspondente aos 2,89% restantes.

Em 31 de janeiro de 2024 a ELJ exerceu a opção de venda da totalidade da Tranche A à Companhia, em conformidade com o previsto no Acordo de Acionistas. A consumação do exercício da opção de venda Tranche A pela ELJ se deu por meio de: (i) desembolso de caixa da Companhia de aproximadamente R\$1.704.434; e (ii) abatimento de dívida da ELJ detida pelo Grupo no valor de R\$335.673. Com a conclusão da transação, o Grupo passou a deter participação de aproximadamente 97,11% na Tenedora, sendo os aproximadamente 2,89% restantes detidos pela ELJ e objeto de opção de venda pela ELJ das ações Tranche B, exercível a partir de 2026 [ou antes dessa data na hipótese de alteração de controle da Tenedora ou venda de todos ou substancialmente todos os seus ativos]. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche B, exercível a partir de 2029. As premissas utilizadas para valorização dessas opções estão descritas na nota 29 - *Instrumentos Financeiros* (item 29.3.1).

1.3.2 Programas de recompra de ações

1.3.2.1 Maio de 2024

Em reunião realizada em 15 e 16 de maio de 2024, o Conselho de Administração aprovou um programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia até o limite de 24.000.000 de ações ordinárias, com o principal objetivo de fazer frente à entrega de ações no âmbito dos planos de pagamento baseado em ações da Companhia, podendo ainda ser mantidas em tesouraria, canceladas e/ou alienadas posteriormente. Na data da referida aprovação, a Companhia detinha 4.410.858.485 ações em circulação. Entre os dias 21 e 24 de maio de 2024, a Companhia realizou a recompra da totalidade das ações previstas no programa, o qual estava previsto para encerrar até 16 de novembro de 2025. A aquisição foi realizada a débito da conta de reservas de capital registrada no balanço patrimonial levantado em 31 de março de 2024. A operação foi executada por meio da corretora UBS Brasil Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A..

1.3.2.2 Outubro de 2024

Em reunião realizada em 30 de outubro de 2024, o Conselho de Administração aprovou, um novo programa de recompra de ações de emissão da própria Companhia até o limite de 155.159.038 ações ordinárias, cujo principal objetivo é o cancelamento das referidas ações, sendo que as eventuais ações remanescentes poderão ser mantidas em tesouraria, alienadas e/ou entregues no âmbito dos planos de remuneração baseados em ações da Companhia. O Programa se encerrará até 30 de abril de 2026, conforme detalhado no Comunicado feito ao mercado na referida data.

No início deste programa, a Companhia detinha 4.388.851.573 ações em circulação. Até 31 de dezembro de 2024 a Companhia já havia efetuado a aquisição de 8.240.400 ações ordinárias. A aquisição foi realizada a débito da conta de reservas de capital registrada no balanço



patrimonial levantado em 30 de setembro de 2024. A operação está em andamento por meio da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

2 BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024 foram preparadas utilizando-se a base contábil de continuidade operacional e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS[®]") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB[®]") atualmente denominadas pela Fundação IFRS[®] como "normas contábeis IFRS[®]" (IFRS[®] *Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS[®] *Interpretations Committee* (IFRIC[®] *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC[®] *Interpretations*), em vigor em 31 de dezembro de 2024, e evidenciam todas as informações relevantes, e somente elas, que estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração no desempenho de suas funções.

O critério de mensuração utilizado na elaboração das demonstrações contábeis considera o custo histórico, o valor líquido de realização, o valor justo ou o valor recuperável.

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e julgamentos relevantes estão divulgados na nota explicativa 4 - *Uso de estimativas e julgamentos*.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2025.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia é o Real brasileiro, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. Para fins de apresentação, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais ("R\$"), exceto quando mencionado de outra forma, arredondados para o milhar mais próximo indicado.

As transações em moeda estrangeira são registradas pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira e evidenciados pelo valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data de apuração do valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Os ativos e passivos de controladas localizadas no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial, enquanto os saldos das demonstrações do resultado e fluxos de caixa são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício e os saldos das mutações do patrimônio líquido pelas taxas de câmbio históricas das respectivas transações. Os ajustes de conversão, compreendidos pela diferença entre as taxas de câmbio média e histórica, são registrados diretamente no resultado abrangente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido



em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no resultado abrangente.

Mesmo quando contabilizados na entidade adquirente, o ágio e os ajustes de valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do balanço patrimonial.

2.1.1 Taxas de câmbio

As principais taxas de câmbio utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são:

Moeda	Denominação	País	Taxa final		Taxa média	
			2024	2023	2024	2023
ARS	Peso	Argentina	0,0060	0,0060	0,0057	0,0170
BBD	Dólar de Barbados	Barbados	3,0525	2,3866	2,6440	2,4690
BOB	Boliviano	Bolívia	0,8897	0,6956	0,7706	0,7196
CAD	Dólar canadense	Canadá	4,3037	3,6536	3,9293	3,7048
CLP	Peso chileno	Chile	0,0062	0,0055	0,0057	0,0059
GTQ	Quetzal	Guatemala	0,8051	0,6189	0,6917	0,6398
USD	Dólar americano	Panamá e Cuba	6,1923	4,8413	5,3635	5,0085
PYG	Guarani	Paraguai	0,0008	0,0007	0,0007	0,0007
DOP	Peso dominicano	República Dominicana	0,1010	0,0831	0,0902	0,0892
UYU	Peso uruguaio	Uruguai	0,1405	0,1241	0,1327	0,1291

2.2 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas normas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, sendo assim apresentada de forma suplementar para fins de IFRS®. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - *Demonstração do Valor Adicionado*.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis adotadas pela Companhia são consistentes em todos os exercícios apresentados. Nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024 não ocorreram mudanças significativas nestas práticas, e tampouco nos métodos de cálculos utilizados em relação àqueles apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Para melhor compreensão, as principais práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia e aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis foram incluídas nas respectivas notas explicativas, exceto pelas práticas abaixo descritas, as quais podem permear mais de um assunto das demonstrações contábeis e, portanto, foram sumarizadas nesta nota explicativa.



3.1 Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente

As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor em 2024 não são aplicáveis ou não tiveram impacto material nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme listado abaixo:

Normativo	Destques	Avaliação da Administração
IAS 7/CPC 03 - <i>Demonstração dos fluxos de caixa e IFRS 7/CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação</i>	As alterações estabelecem novos requisitos de divulgação das operações de financiamento com fornecedores, o chamado "risco sacado".	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IAS 1/CPC 26 (R1) - <i>Apresentação das demonstrações contábeis / IFRS Practice Statements 2</i>	Novos requisitos para a classificação como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Também, conforme as emendas, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento seja obrigatório antes do final do período de reporte devem afetar a classificação do passivo entre circulante ou não circulante.	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.
IFRS16/CPC 06 (R2) - <i>Arrendamentos</i>	As alterações estabelecem requisitos de reconhecimento e mensuração em operações de <i>Sale and leaseback</i> .	Sem impactos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A seguir, estão listadas as principais alterações em normas contábeis que, na avaliação da Administração, poderão eventualmente gerar impacto em divulgações de períodos subsequentes da Companhia:

Pronunciamento	Emissão	Destques	Vigência
IAS 21/CPC 02 (R2) - <i>Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis</i>	Agosto de 2023	As modificações implementadas preveem a aplicação de abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser convertida por outra moeda, além de novas orientações quanto à mensuração e divulgação em contextos nos quais a moeda não seja considerada conversível. A Companhia está avaliando eventuais impactos decorrentes destas emendas, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2025.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025
IFRS 18 - <i>Presentation and Disclosure in Financial Statements</i>	Abril de 2024	A norma busca endereçar demandas de investidores por informações mais relevantes e comparáveis divulgadas nas demonstrações contábeis das entidades. A IFRS 18 introduz alterações nas demonstrações de resultado com três novas categorias de receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - dois subtotais obrigatórios, e alterações no agrupamento de saldos. Além disso, traz a obrigatoriedade de divulgações em nota explicativa sobre medidas de desempenho definidas pela Administração, alterações na demonstração dos fluxos de caixa e novos requisitos de apresentação de despesas por natureza ou função. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027
OCPC 10 - <i>Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)</i>	Dezembro de 2024	A orientação tem como objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados pelas entidades na originação ou negociação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. Além disso, trata de eventuais passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas. A Companhia está atualmente em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção desta orientação.	Exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025



Além destas, a Companhia não prevê que existam outras normas ou alterações de normas IFRS® ou interpretações IFRIC® que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto material sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. A Companhia também não adotou antecipadamente nenhuma norma.

3.2 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis das controladas, negócios em conjunto e coligadas utilizadas nas demonstrações contábeis consolidadas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação da Ambev, aplicando práticas contábeis equivalentes.

Todas as transações, saldos e ganhos ou perdas não realizadas em transações entre empresas consolidadas foram integralmente eliminadas.

3.2.1 Controladas

Presume-se a existência de controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto (o que nem sempre equivale à participação econômica), a menos que possa ser demonstrado que essa participação não constitui controle. Fatores qualitativos, como potenciais direitos a voto, a exposição a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade, ou a capacidade de influenciar esses retornos por meio de seu poder sobre a entidade também são considerados na avaliação de controle.

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, exceto quando aplicada a prática contábil do custo precedente em transações de combinação de negócios sob controle comum. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle da entidade deixa de ser da Companhia.

3.2.2 Coligadas

Coligadas são empresas nas quais a Companhia tem influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais, mas que não controla.

3.2.3 Negócios em conjunto

Negócios em conjunto são aqueles nos quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto [*joint operations*] ou empreendimentos controlados em conjunto [*joint ventures*] a depender dos direitos e das obrigações contratuais de cada parte integrante do negócio.

3.2.4 Combinação de negócio

A Ambev usa o método de aquisição para contabilizar cada combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e participações societárias emitidas pela Ambev. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos/assumidos em uma combinação de negócios são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, na data da aquisição. A Ambev reconhece a participação de não controladores na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional à participação dos não controladores no valor justo dos ativos líquidos adquiridos. A mensuração da participação de não controladores é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso: (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos



líquidos adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

3.2.5 Combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum

Combinações de negócios entre entidades sob controle comum ainda não foram abordadas especificamente pelas IFRSs® ou CPCs. A IFRS 3/CPC 15(R1) - *Combinação de Negócios* é o pronunciamento que se aplica a combinações de negócios, porém explicitamente exclui do seu escopo as combinações de negócios entre entidades sob controle comum, de forma que, na avaliação de transações de tal natureza, cabe julgamento da Administração para refletir adequadamente a essência e realidade econômica de cada transação.

3.2.5.1 Custo precedente

Conforme permitido pela IAS 8/CPC 23 - *Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*, a Administração adotou uma prática contábil em linha com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos e no Reino Unido (USGAAP – *Generally Accepted Accounting Principles (United States)* e UKGAAP – *Generally Accepted Accounting Principles (United Kingdom)*), a prática do custo precedente, para registro do valor contábil do ativo recebido, tal como registrado pela Controladora.

A prática contábil do custo precedente prevê que, ao contabilizar uma transferência de ativos entre entidades sob controle comum, a entidade que recebe os ativos líquidos ou as participações societárias inicialmente mensurará os ativos e passivos transferidos, reconhecidos aos seus valores contábeis nas contas da entidade que faz a transferência, na data da transferência, retrospectivamente. Se os valores contábeis dos ativos e passivos transferidos, pela Controladora, diferirem do custo histórico da Controladora das entidades sob controle comum, as demonstrações contábeis da entidade recebedora deverão refletir os ativos e passivos transferidos ao custo da Controladora das entidades sob controle comum em contrapartida ao patrimônio líquido contra a conta de reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

3.2.5.2 Permuta de ativos

Com relação às transações entre entidades sob controle comum que envolvam a alienação/transferência da controlada para seu controlador, ou seja, acima do nível da demonstração financeira consolidada da Ambev, a Companhia avalia a existência de i) oposição de interesses; e ii) substância e propósito econômico. Satisfeitas estas premissas, buscando proporcionar a visibilidade adequada e o justo impacto no montante de resultados distribuíveis a seus acionistas, notadamente os não controladores, a Companhia adotou como política, de forma análoga, os conceitos da IAS 16/CPC 27 - *Ativo Imobilizado*. A referida política contempla ativos adquiridos por meio de permuta por ativo não monetário, ou conjunto de ativos monetários e não monetários. Os ativos objetos de permuta podem ser de mesma natureza ou de naturezas diferentes. O custo de tal item do ativo é mensurado pelo valor justo, a não ser que a operação de permuta não tenha natureza comercial ou, o valor justo do ativo recebido e do ativo cedido não possam ser mensurados com segurança. O ativo adquirido é mensurado dessa forma mesmo que a entidade não consiga dar baixa imediata ao ativo cedido. Se o ativo adquirido não for mensurável ao valor justo, seu custo é determinado pelo valor contábil do ativo cedido.

Quando existir a distribuição de ativos, que não na forma de caixa, o ativo antes de sua distribuição é mensurado pelo seu valor justo em contrapartida de uma conta do resultado do exercício. Embora sua aplicação seja prevista às distribuições por meio das quais são beneficiados os titulares da mesma classe de instrumentos patrimoniais e cujo tratamento seja equitativo, também de forma análoga ao IFRIC 17/ICPC 07- *Distribuição de Lucros In Natura*, na ausência de uma prática contábil específica para transações sob controle comum,



consideramos as disposições dessa instrução na definição de nossa prática contábil. Assim como acontece também em outras vendas que a Ambev faz para seu controlador (produtos, insumos, etc.) onde é reconhecido o resultado da transação na demonstração de resultado, como previsto no parágrafo 56 do ICPC 09 (R2) - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial* e análogo ao parágrafo 33a do IFRS 5/CPC 31 - *Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada* (única norma que trata de alienação de negócios, sem fazer distinção entre transações com controlador e terceiro).

3.3 Demonstrações contábeis individuais

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas, coligadas e negócios em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram feitos, em ambas as demonstrações contábeis, os mesmos ajustes de prática quando da adoção das IFRS® e dos CPCs.

3.4 Demonstrações contábeis em economias altamente inflacionárias

De acordo com a IAS 29/CPC 42 - *Contabilidade em Economia Hiperinflacionária*, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando índice geral de preços. Mensalmente a Companhia estima o índice geral de preços aplicável, pelo fato de a divulgação oficial ocorrer após o fechamento contábil. As demonstrações contábeis de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

Para determinar se economia de alguma de suas operações é altamente inflacionária, a Companhia avalia aspectos quantitativos e qualitativos do ambiente econômico do país, como o índice de inflação registrado nos últimos três anos. Em 1º de julho de 2018, a economia argentina passou a ser considerada pela Companhia como hiperinflacionária, nos termos do IAS 29/CPC 42, considerando a elevação nos índices oficiais de preços acumulados no período [Índice de Preços ao Consumidor - "IPC"], aferido pelo órgão INDEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo). Uma vez que a Companhia não opera diretamente em uma economia altamente inflacionária, mas sim uma de suas subsidiárias, a reapresentação dos saldos comparativos dos exercícios anteriores não é realizada, de acordo com o que prevê o IAS 21/CPC 02 (R2) - *Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras*, entretanto, os preceitos da norma são aplicados aos saldos e transações da subsidiária afetada.

3.5 Ajuste a valor presente

Os elementos dos ativos e passivos, quando relevantes, são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de liquidação; e iii) a taxa de desconto, conforme IFRS 13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* e CPC 12 - *Ajuste a Valor Presente*.



3.6 Incentivos fiscais e empréstimos subsidiados

A Companhia e algumas de suas subsidiárias no Brasil gozam de incentivos fiscais estaduais, concedidos por meio de subvenções governamentais. Tais subvenções podem ter forma de redução de alíquota, redução da base de cálculo, financiamento ou empréstimos subsidiados, créditos presumidos, recolhimento efetivo, diferimento do pagamento ou reduções parciais do valor do imposto estadual a pagar. Os incentivos de recolhimento efetivo são contabilizados na receita operacional, por sua natureza, ao passo em que os demais incentivos são reconhecidos em outras receitas operacionais, todos eles com base no regime de competência.

Os incentivos concedidos na forma de financiamento ou diferimento do pagamento de impostos estaduais têm o objetivo de promover, no longo prazo, o incremento da geração de emprego, a descentralização industrial, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados que os concedem. Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos nos respectivos atos normativos estaduais e nos atos concessivos estaduais, a depender de sua natureza, e, quando existentes, as condições atreladas referem-se a fatos sob controle da Companhia. Tais benefícios obedecem a sistemática prevista na Lei Complementar Federal nº 160/2017 e no Convênio CONFAZ nº 190/2017.

Em se tratando destes benefícios na modalidade de financiamento ou diferimento no pagamento de imposto, uma vez que as taxas de juros e prazos destes empréstimos podem ser vantajosas em relação às condições de mercado, tais benefícios são considerados como empréstimos subsidiados, conforme determinado na IAS 20/CPC 07 (R1) - *Subvenção e Assistência Governamentais*. Referido subsídio consiste no ganho auferido ao comparar o valor destas operações em condições de mercado ao valor pactuado em contrato. Deste modo, no momento de cada captação, o subsídio calculado é registrado em outras receitas operacionais, seguindo o tratamento dispensado aos demais subsídios de ICMS de natureza semelhante. Anualmente a Companhia reavalia quais são as condições de mercado vigentes no exercício para aferir tais subsídios.

Quando existe uma instituição financeira interveniente na operação, os financiamentos são registrados no grupo de empréstimos e financiamentos, caso contrário, são registrados no grupo de contas a pagar, em virtude da essência econômica subjacente e natureza da operação.

4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos contábeis brasileiros e internacionais, que requerem que a Administração da Companhia faça julgamentos contábeis, estimativas e tome decisões que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes apresentados de contas patrimoniais e de resultado. As estimativas e julgamentos significativos baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores tidos como razoáveis diante das circunstâncias, cujos resultados constituem o critério para tomada de decisões sobre o valor contábil de ativos e passivos não imediatamente evidentes em outras fontes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. Mudanças em estimativas contábeis podem afetar apenas o período no qual a revisão foi feita, ou períodos futuros.

Apesar de cada política contábil significativa refletir julgamentos, avaliações ou estimativas, a Companhia acredita que as seguintes práticas contábeis refletem os julgamentos, estimativas e premissas mais críticas, que são importantes para seus negócios e entendimento de seus resultados:



Nota Políticas contábeis que refletem estimativas e julgamentos significativos

- 3.2.3 Negócios em conjunto
- 3.2.4 Combinações de negócios
- 3.2.5 Prática contábil de combinação de negócios envolvendo entidades sob controle comum
- 3.4 Contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária
- 3.5 Ajuste a valor presente
- 3.6 Incentivos fiscais e empréstimos subsidiados
- 8 Reconhecimento de ativos e passivos referentes a crédito ou débitos extemporâneos de tributos
- 9 Tributos sobre o lucro correntes e diferidos
- 11 Arrendamentos
- 14 Redução ao valor de recuperação de ativos não-financeiros – *impairment*
- 17 Provisões e passivos contingentes, incluso contingências tributárias
- 18 Mensuração de benefícios a funcionários
- 28 Pagamento baseado em ações
- 29 Mensuração de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	87.627	101.425	222.651	267.077
Contas correntes	2.227.546	412.335	11.395.378	6.818.336
Aplicações financeiras de curto prazo ⁽ⁱ⁾	9.048.275	3.233.114	16.977.637	8.973.590
Caixa e equivalentes de caixa líquido	11.363.448	3.746.874	28.595.666	16.059.003

(i) O saldo se refere, em sua maioria, a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem o valor de R\$6.455.894 em 31 de dezembro de 2024 [R\$3.767.736 em 31 de dezembro de 2023] no consolidado, os quais não são livremente passíveis de remessa à Controladora por motivos de restrições cambiais em Cuba e na Argentina, ainda que disponíveis para utilização nas operações locais das controladas em questão.

5.2 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fundos de investimentos	5.044	10.924	-	-
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	-	1.170.496	277.164
Aplicações financeiras ao custo amortizado	71.505	-	71.505	-
Ativo circulante	76.549	10.924	1.242.001	277.164
Aplicações financeiras ao custo amortizado ⁽ⁱ⁾	70.499	147.829	184.454	242.168
Ativo não circulante	70.499	147.829	184.454	242.168
Total	147.048	158.753	1.426.455	519.332

(i) O saldo se refere substancialmente a aplicações financeiras atreladas a incentivos fiscais e não possui conversibilidade imediata em montantes conhecidos de caixa.



Política contábil

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, com vencimento em até 90 dias a partir da data da contratação, de alta liquidez, com riscos insignificantes de mudança de valor, e prontamente conversíveis em caixa. São contabilizados pelo seu valor de face, que é equivalente ao seu valor justo.

As demais aplicações financeiras que não atendem os critérios de classificação como equivalente de caixa, com prazo de vencimento a partir da data da contratação superior a 90 dias, por exemplo, são apresentadas como aplicações financeiras. Esses ativos são inicialmente mensurados a valor justo e, a depender da forma de gestão desses recursos e das características dos fluxos de caixa contratuais, podem ter sua categoria alterada:

- Custo amortizado: ativos financeiros “não derivativos” cuja finalidade do modelo de negócios seja manter os ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais em datas específicas (principal e juros).
- Valor justo por meio do resultado: ativos financeiros cujo objetivo da Companhia seja recebimento pela venda. São apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização.

O caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras são mantidas em instituições financeiras com baixo risco de crédito sediadas ou domiciliadas no Brasil e no exterior. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa são apresentados líquidos de saldos de contas garantidas, quando aplicável.

6 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contas a receber de clientes	2.496.223	2.694.199	6.871.880	6.225.759
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	(456.807)	(332.833)	(839.934)	(720.967)
Contas a receber de clientes, líquidas	2.039.416	2.361.366	6.031.946	5.504.792
Partes relacionadas (nota 31)	1.610.265	1.031.974	237.917	236.665
Total contas a receber circulante	3.649.681	3.393.340	6.269.863	5.741.457
Partes relacionadas (nota 31)	93.322	93.322	-	-
Total contas a receber não circulante	93.322	93.322	-	-



A idade das contas a receber de clientes está demonstrada como segue:

	2024			2023		
	Contas a receber de clientes	PECLD	Contas a receber de clientes, líquidas	Contas a receber de clientes	PECLD	Contas a receber de clientes, líquidas
A vencer, líquido de abatimentos	1.605.674	-	1.605.674	2.050.898	-	2.050.898
Vencidos até 30 dias	217.545	-	217.545	259.642	-	259.642
Vencidos entre 31 e 60 dias	190.259	-	190.259	37.948	-	37.948
Vencidos entre 61 e 90 dias	25.938	-	25.938	12.878	-	12.878
Vencidos entre 91 e 180 dias	24.511	(24.511)	-	11.469	(11.469)	-
Vencidos entre 181 e 360 dias	59.229	(59.229)	-	26.509	(26.509)	-
Vencidos a mais de 360 dias	373.067	(373.067)	-	294.855	(294.855)	-
Valor contábil em 31 de dezembro	2.496.223	(456.807)	2.039.416	2.694.199	(332.833)	2.361.366

	2024			2023		
	Contas a receber de clientes	PECLD	Contas a receber de clientes, líquidas	Contas a receber de clientes	PECLD	Contas a receber de clientes, líquidas
A vencer, líquido de abatimentos	5.388.095	-	5.388.095	5.129.491	-	5.129.491
Vencidos até 30 dias	397.163	-	397.163	283.407	-	283.407
Vencidos entre 31 e 60 dias	189.932	-	189.932	66.256	-	66.256
Vencidos entre 61 e 90 dias	58.763	(2.066)	56.697	33.201	(7.658)	25.543
Vencidos entre 91 e 180 dias	70.232	(70.173)	59	6.543	(6.448)	95
Vencidos entre 181 e 360 dias	77.081	(77.081)	-	46.552	(46.552)	-
Vencidos a mais de 360 dias	690.614	(690.614)	-	660.309	(660.309)	-
Valor contábil em 31 de dezembro	6.871.880	(839.934)	6.031.946	6.225.759	(720.967)	5.504.792

A movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(332.833)	(292.355)	(720.967)	(679.038)
Efeito de conversão de balanço	-	-	(16.419)	12.314
Reestruturação ⁽¹⁾	(57.044)	-	-	-
Adições	(69.668)	(51.531)	(139.993)	(103.667)
Reversões	-	-	7.273	8.349
Baixas	2.738	11.053	30.172	41.075
Saldo final	(456.807)	(332.833)	(839.934)	(720.967)

(1) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes às reestruturações societárias de controladas integrais.

A exposição aos riscos de crédito, de moeda e de taxa de juros está divulgada na nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Política contábil

Contas a receber de clientes são quantias devidas por clientes por mercadorias vendidas ou serviços prestados no curso normal dos negócios. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo.



A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9/CPC 48 - *Instrumentos Financeiros* para mensurar as perdas de crédito esperadas, por meio das quais as provisões para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes são mensuradas no reconhecimento inicial com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto é principalmente baseado na experiência passada com perdas de crédito, dados atuais sobre recebíveis vencidos e informações de pontuação de crédito. As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito. Normalmente, as contas a receber pendentes há mais de 90 dias são integralmente provisionadas.

Se o prazo de recebimento do título for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Produtos acabados	1.509.876	1.064.899	3.903.163	2.990.337
Produtos em elaboração	383.275	394.494	738.987	826.520
Matérias-primas e itens de consumo	3.007.046	2.822.287	5.622.197	4.599.874
Almoxarifado e outros	306.087	292.525	996.505	806.867
Estoque em trânsito e adiantamentos	458.612	360.368	569.961	537.871
Provisão para perdas	(45.830)	(36.186)	(141.046)	(142.447)
	5.619.066	4.898.387	11.689.767	9.619.022

A movimentação de provisão para perdas em estoques está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	(36.186)	(55.238)	(142.447)	(160.173)
Efeito de conversão de balanço	-	-	(16.699)	12.932
Reestruturação ⁽ⁱ⁾	(1.243)	-	-	-
Provisões	(100.144)	(116.765)	(263.999)	(262.884)
Baixas	91.743	135.817	282.099	267.678
Saldo final	(45.830)	(36.186)	(141.046)	(142.447)

(i) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes às reestruturações societárias de controladas integrais.

Política contábil

Os estoques são inicialmente registrados pelo seu custo de aquisição e, posteriormente, são valorizados pelo menor montante, entre o custo e o valor líquido de realização. O custo inclui os gastos incorridos na aquisição do bem, tributos não recuperáveis, transporte até sua localização atual e colocação em condições de uso. Para a apuração do custo dos estoques emprega-se o método da média ponderada.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração contempla as matérias-primas, outros materiais de produção, o custo da mão de obra direta, outros custos diretos, ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos e uma parcela (alocação) dos custos fixos e variáveis baseados na capacidade operacional normal. Os custos fixos não alocados ou custos de ociosidade não são mantidos em estoque, sendo reconhecidos diretamente no resultado, conforme determina o IAS 2/CPC 16 - *Estoques*.

O valor líquido de realização, por sua vez, é o preço de venda estimado em condições normais de mercado, deduzido dos gastos para colocação dos produtos em condições de venda e



realização da venda. O cálculo do valor líquido de realização leva em consideração as características específicas de cada categoria de estoque, tais como data de validade, vida útil, indicadores de movimentação, entre outros.

As provisões para perdas no estoque são constituídas, quando necessário, conforme as políticas da Companhia para realização, baixa rotatividade e estoques obsoletos.

8 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾	84.406	-	307.746	219.010
PIS/COFINS	72.798	89.964	134.570	170.426
ICMS	321.642	257.066	359.875	426.936
IPI	5.945	1.887	119.599	112.541
IRPJ/CSLL	1.859.195	2.029.001	2.582.088	2.436.614
Outros	19.938	17.071	78.397	70.161
Circulante	2.363.924	2.394.989	3.582.275	3.435.688
PIS/COFINS – exclusão ICMS ⁽ⁱ⁾	5.249.786	4.975.986	6.790.088	6.490.398
PIS/COFINS	3.995	1.805	148.140	2.082
ICMS	360.959	419.730	378.226	436.508
IRPJ/CSLL	2.894.522	4.061.238	2.922.517	4.087.032
Outros	6.775	8.930	265.006	309.076
Não circulante	8.516.037	9.467.689	10.503.977	11.325.096
Total	10.879.961	11.862.678	14.086.252	14.760.784

(i) Ao longo dos últimos anos, e conforme divulgado nas respectivas demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas, a Companhia reconheceu no resultado créditos de PIS e COFINS oriundos da exclusão do ICMS, inclusive na modalidade de substituição tributária, das bases de cálculo das contribuições. A contrapartida dos reconhecimentos é registrada na rubrica de PIS/COFINS – exclusão ICMS, conforme tabela acima. Os valores ainda não compensados se referem substancialmente ao crédito tributário do Regime Especial de Tributação de Bebidas Frias ("REFRI"), período de 2009 a 2015, cuja ação judicial encontra-se em fase de perícia.

Política contábil

Reconhecimento de ativos e passivos referentes a créditos ou débitos extemporâneos de tributos

A política contábil aplicada pela Companhia considera o reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza conforme determinado pelo IAS 37/CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, com exceção dos tributos incidentes sobre o lucro, para os quais a Companhia aplica a política prevista na nota explicativa 9.2 - *Imposto de renda e contribuição social*.

Conforme esta política, os créditos tributários são reconhecidos somente quando a Administração (i) dispuser de elementos que garantam que o direito é praticamente certo; e (ii) que o valor a ser compensado ou restituído seja mensurado confiavelmente. Caso seja provável a recuperação do ativo ou o valor não for mensurável de maneira confiável, os valores não são reconhecidos contabilmente, mas apenas divulgados na nota explicativa 17 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*. A Administração entende que, nos casos de processos ativos, a obtenção de sentença transitada em julgada para processo específico da Companhia é a condição requerida para confirmar a existência de seu direito, exceto por circunstâncias específicas pertinentes ao caso concreto que permitam não apenas o reconhecimento do seu direito, mas uma mensuração objetiva e confiável.

Para a mensuração dos valores de créditos tributários extemporâneos decorrentes de ações judiciais, a Companhia levanta os documentos fiscais relativos ao período abrangido pela



ação judicial, e aplica as diretrizes da decisão que transitou em julgado, legislações aplicáveis ou elementos que garantam a mensuração objetiva e confiável.

Os débitos oriundos da mesma natureza são reconhecidos caso (i) seja originado de um evento passado; (ii) tenha obrigação presente; (iii) a expectativa de desembolso seja provável e (iv) os valores sejam estimados de maneira confiável. Caso a expectativa de desembolso seja possível ou o valor não seja mensurável de maneira confiável, os valores são apresentados na nota explicativa 17 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

Ambos, ativos e passivos contingentes, são avaliados periodicamente para garantir que os desenvolvimentos sejam apropriadamente refletidos e divulgados nas demonstrações contábeis.

A política contábil de reconhecimento de ativos e passivos referentes ao reconhecimento de créditos e pagamentos extemporâneos de tributos de qualquer natureza é registrar na rubrica de "Outras receitas/(despesas) operacionais", excetuando-se pagamentos de anistias e transações tributárias semelhantes, cuja contabilização se mantém em resultados não usuais, dada sua natureza pontual, conforme divulgado na nota 24 - *Itens não usuais*.

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

9.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor de imposto de renda e contribuição social diferidos por tipo de diferença temporária está detalhado a seguir:

	2024			2023		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	6.725	-	6.725	7.312	-	7.312
Benefícios a empregados	460.277	-	460.277	423.993	-	423.993
Contas a pagar	3.882.562	-	3.882.562	2.843.806	-	2.843.806
Contas a receber	15.082	-	15.082	13.757	-	13.757
Estoques	15.634	-	15.634	12.274	-	12.274
Imobilizado	-	(585.262)	(585.262)	-	(636.830)	(636.830)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	-	(20.071)	(20.071)	-	(27.103)	(27.103)
Investimentos	-	(383.678)	(383.678)	-	(383.678)	(383.678)
Prejuízos fiscais a utilizar	1.871.239	-	1.871.239	2.392.383	-	2.392.383
Provisões	743.862	-	743.862	690.027	-	690.027
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 [R2] - <i>Arrendamentos</i>	-	(18.723)	(18.723)	13.300	-	13.300
Outros itens	42.684	-	42.684	-	(68.713)	(68.713)
Ativo/(passivo) tributário diferido bruto	7.038.065	(1.007.734)	6.030.331	6.396.852	(1.116.324)	5.280.528
Reclassificação para apresentação líquida	(1.007.734)	1.007.734	-	(1.116.324)	1.116.324	-
Ativo/(passivo) tributário diferido líquido	6.030.331	-	6.030.331	5.280.528	-	5.280.528



	2024			2023		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Aplicações financeiras	7.299	-	7.299	8.231	-	8.231
Intangível	-	(2.141.921)	(2.141.921)	-	(1.369.738)	(1.369.738)
Benefícios a empregados	971.593	-	971.593	856.512	-	856.512
Contas a pagar	3.880.182	-	3.880.182	2.843.806	(3.281)	2.840.525
Contas a receber	35.098	(6.676)	28.422	43.807	(7.002)	36.805
Derivativos	37.725	(246.083)	(208.358)	31.091	(77.210)	(46.119)
Empréstimos e financiamentos	8.817	-	8.817	7.518	-	7.518
Estoques	307.006	(205.882)	101.124	268.589	(59.561)	209.028
Imobilizado	1.189.580	(2.459.042)	(1.269.462)	714.218	(1.837.179)	(1.122.961)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e royalties	-	(2.254.977)	(2.254.977)	-	(1.385.500)	(1.385.500)
Investimentos	-	(383.678)	(383.678)	-	(383.678)	(383.678)
Prejuízos fiscais a utilizar	3.849.724	-	3.849.724	4.383.261	-	4.383.261
Provisões	1.537.883	(4.542)	1.533.341	1.026.343	(4.637)	1.021.706
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos	-	(47.089)	(47.089)	14.484	(19.679)	(5.195)
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(121.590)	(121.590)	-	(228.510)	(228.510)
Outros itens	289.258	(558.726)	(269.468)	266.340	(437.081)	(170.741)
Ativo/(passivo) tributário diferido bruto	12.114.165	(8.430.206)	3.683.959	10.464.200	(5.813.056)	4.651.144
Reclassificação para apresentação líquida	(3.422.495)	3.422.495	-	(2.494.608)	2.494.608	-
Ativo/(passivo) tributário diferido líquido	8.691.670	(5.007.711)	3.683.959	7.969.592	(3.318.448)	4.651.144

A maioria dos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre os quais o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados não possuem prazo de prescrição. Seu uso se baseia na projeção de existência futura de lucros tributáveis, limitado a 30% dos lucros tributáveis do ano, no Brasil, segundo a realidade dos anos anteriores e às projeções dos negócios da Companhia nas economias onde se localizam, em cumprimento, pois, às regras fiscais e contábeis cabíveis.

Dentre os créditos tributários sobre prejuízos fiscais reconhecidos, as autoridades fiscais compensaram de ofício em processos fiscais o valor total de R\$268.602 que, em base tributável, equivalem a R\$790.005, mesma posição de 31 de dezembro de 2023, dado que não houve novas compensações de ofício em 2024. Tais processos têm probabilidade de perda possível.

As estimativas críticas da Administração quanto aos principais passivos contingentes relacionados a tratamentos fiscais incertos de tributos sobre o lucro estão divulgadas na nota 17.2 - *Contingências*.



9.1.1 Realização dos tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 os tributos diferidos ativos e passivos têm a seguinte expectativa de realização/liquidação:

	Controladora		
	2024		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Tributos diferidos não relacionados a prejuízos fiscais			
Aplicações financeiras	-	6.725	6.725
Benefícios a empregados	173.526	286.751	460.277
Contas a pagar	(63.838)	3.946.400	3.882.562
Contas a receber	15.082	-	15.082
Estoques	10.444	5.190	15.634
Imobilizado	-	(585.262)	(585.262)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	-	(20.071)	(20.071)
Investimentos	-	(383.678)	(383.678)
Provisões	540.144	203.718	743.862
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) - <i>Arrendamentos</i>	-	(18.723)	(18.723)
Outros itens	-	42.684	42.684
Total	675.358	3.483.734	4.159.092

	Consolidado		
	2024		
	a ser realizado em até 12 meses	a ser realizado depois de 12 meses	Total
Tributos diferidos não relacionados a prejuízos fiscais			
Aplicações financeiras	-	7.299	7.299
Intangível	(1.946)	(2.139.975)	(2.141.921)
Benefícios a empregados	226.774	744.819	971.593
Contas a pagar	(301.321)	4.181.503	3.880.182
Contas a receber	17.519	10.903	28.422
Derivativos	(225.078)	16.720	(208.358)
Empréstimos e financiamentos	89	8.728	8.817
Estoques	122.246	(21.122)	101.124
Imobilizado	(4.592)	(1.264.870)	(1.269.462)
Imposto retido na fonte sobre dividendos não distribuídos e <i>royalties</i>	-	(2.254.977)	(2.254.977)
Investimentos	-	(383.678)	(383.678)
Provisões	997.240	536.101	1.533.341
Efeito da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) - <i>Arrendamentos</i>	-	(47.089)	(47.089)
ICMS na base de cálculo PIS/COFINS	-	(121.590)	(121.590)
Outros itens	57.319	(326.787)	(269.468)
Total	888.250	(1.054.015)	(165.765)

	Controladora	Consolidado
	2024	2024
Tributos diferidos relacionados a prejuízos fiscais		
2025	1.170.661	1.380.127
2026	473.815	597.121
2027	78.772	206.740
2028	-	142.949
2029 a 2031	-	510.572
2032 em diante	147.991	1.012.215
Total	1.871.239	3.849.724



9.1.2 Movimentação dos tributos diferidos

A movimentação líquida do imposto de renda e contribuição social diferidos está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Valores reconhecidos diretamente na Controladora	Efeito de equivalência patrimonial	Saldo	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.280.528	-	5.280.528	4.651.144
Reconhecimento integral de ganhos/([perdas] atuariais)	-	(23.244)	(23.244)	(23.244)
Hedge de fluxo de caixa – ganhos/([perdas])	-	(423.127)	(423.127)	(423.127)
Ganhos/([perdas]) na conversão de demais operações no exterior	1.001.904	(122.106)	879.798	879.798
Reconhecido no resultado abrangente	1.001.904	(568.477)	433.427	433.427
Reconhecido no resultado	151.316	-	151.316	(109.427)
Movimentações efetuadas diretamente no balanço patrimonial	(403.417)	568.477	165.060	(1.291.185)
Reconhecidas no grupo de tributos diferidos	-	-	-	(889.135)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	-	(889.135)
Reconhecidas no grupo de investimentos	-	568.477	568.477	-
Equivalência patrimonial	-	568.477	568.477	-
Reconhecidas em outros grupos do balanço	(403.417)	-	(403.417)	(402.050)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.030.331	-	6.030.331	3.683.959

9.1.3 Ativos tributários diferidos não reconhecidos

Além dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais efetivamente reconhecidos nos montantes acima informados, deixaram de ser registrados outros créditos relacionados a prejuízos fiscais, por haver baixas chances de sua realização, conforme avaliação da Administração. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo acumulado destes créditos representava R\$866.979 em valor de imposto no Consolidado (R\$669.024 em 31 de dezembro de 2023), montante este equivalente a R\$3.310.110 em base tributável no mesmo período (R\$2.521.047 em 31 de dezembro de 2023).

9.2 Imposto de renda e contribuição social

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social no Brasil. Para as demais regiões, com atividade operacional, as alíquotas nominais esperadas estão demonstradas a seguir:

América Central e Caribe	de 15% a 27%
América Latina - sul	de 10% a 35%
Canadá	26,5%
Luxemburgo	24,94%



O imposto de renda e a contribuição social reconhecidos no resultado do exercício estão demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social corrente	(943.006)	1.174.230	(4.530.948)	(2.077.864)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	672.460	221.799	424.110	279.805
Movimento de imposto diferido sobre prejuízos fiscais em exercício corrente	(521.144)	1.395.544	(533.537)	1.722.578
Total do imposto de renda diferido	151.316	1.617.343	(109.427)	2.002.383
Resultado de imposto de renda e contribuição social	(791.690)	2.791.573	(4.640.375)	(75.481)

A reconciliação da alíquota efetiva com a alíquota nominal média está demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	15.228.928	11.710.371	19.487.327	15.035.940
Ajuste na base tributável				
Outras receitas não tributáveis	(384.602)	(545.732)	(497.253)	(919.015)
Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas	-	(2.523.310)	(118.101)	(3.011.718)
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	(9.562.027)	(7.610.068)	(3.918)	185.406
Despesas não dedutíveis	158.824	22.262	178.801	56.479
Tributação em bases universais e outros ajustes relativos a subsidiárias no exterior	853.113	225.253	150.059	1.171.373
	6.294.236	1.278.776	19.196.915	12.518.465
Alíquota nominal ponderada agregada	34,00%	34,00%	28,70%	28,30%
Impostos a pagar – alíquota nominal	(2.140.040)	(434.784)	(5.509.038)	(3.542.252)
Ajuste na despesa tributária				
Incentivo relativo ao imposto de renda	17.336	756	445.097	120.351
Efeito de dedutibilidade de juros sobre o capital próprio	1.284.966	3.653.601	1.284.966	3.909.841
Efeito fiscal da amortização de ágio	3.585	17.157	3.585	17.157
Imposto de renda retido na fonte	7.032	(70.675)	(887.494)	(489.121)
Reconhecimento/[baixa] de ativo diferido sobre prejuízos fiscais	(49.704)	13.103	(74.499)	100.882
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	87.622	(382.290)
Outros ajustes tributários	85.135	(387.585)	9.386	189.951
Imposto de renda e contribuição social	(791.690)	2.791.573	(4.640.375)	(75.481)
Alíquota efetiva de impostos	5,20%	-23,84%	23,81%	0,50%

Os principais eventos ocorridos no exercício e que impactaram a alíquota efetiva foram:

- Subvenção governamental relativa aos impostos sobre vendas: trata-se de incentivos regionais e políticas de desenvolvimento econômico vinculados, principalmente, à produção local, gerando impacto econômico e social e que, quando reinvestidos, não eram tributados para fins de imposto de renda e contribuição social, antes do advento da Lei Federal nº 14.789/2023, o que explica o impacto relevante na alíquota efetiva no exercício comparativo. Conforme mencionado na nota explicativa 17.2.2 - *Principais contingências ativas*, desde agosto de 2024, empresas do grupo obtiveram decisões favoráveis que as desobrigam do recolhimento IRPJ e CSLL sobre os montantes apurados a título de subvenção governamental para investimento referentes aos benefícios fiscais denominados créditos presumidos de ICMS, nos termos da Lei n. 14.789/2024. Ao final do exercício de 2024, apenas os montantes referentes aos incentivos fiscais federais e os estaduais não denominados créditos presumidos foram destinados à reserva de lucros, conforme nota 19 - *Patrimônio Líquido*.



- Tributação em bases universais e outros ajustes relativos a subsidiárias no exterior: demonstra o complemento de tributos sobre a renda de controladas no exterior devido no Brasil, conforme a Lei nº 12.973/14, ajustes permanentes locais de empresas estrangeiras consolidadas no grupo, bem como efeitos oriundos de algumas destas empresas cuja moeda funcional difere da moeda de apuração de tributos.
- Incentivo relativo ao imposto de renda: refere-se principalmente a incentivos fiscais relativos ao imposto de renda concedidos pelo Governo Federal para fomentar o desenvolvimento regional em algumas áreas do Norte e Nordeste do país. Esses incentivos são registrados no resultado conforme o regime de competência e destinados à conta de reservas de incentivos fiscais, conforme o item [19.3.3] "Incentivos fiscais" da nota 19 - *Patrimônio Líquido*.
- Imposto de renda retido na fonte: refere-se a montantes de imposto de renda retido na fonte, principalmente relacionados a dividendos a distribuir de subsidiárias localizadas no exterior, sempre que aplicável conforme a legislação tributária local. Os valores registrados em 2024 referem-se, principalmente, ao imposto de renda retido na fonte sobre dividendos distribuídos em 2024 e à variação cambial dos saldos de imposto de renda diferido relacionado a lucros de subsidiárias ainda não distribuídos.
- Dedutibilidade de juros sobre o capital próprio ("JCP"): segundo a legislação brasileira, as empresas têm a opção de remunerar seus sócios via pagamento de JCP, cujos montantes são impactados pelo resultado tributável, reservas de lucro da Companhia e pela taxa de juros de longo prazo ("TJLP"). Tais remunerações aos sócios são dedutíveis para fins de imposto de renda. Em 29 de dezembro de 2023, foi sancionada a Lei Federal nº 14.789/23, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, que limitou, a partir desta data, as contas do Patrimônio Líquido que devem ser consideradas para o cálculo dos JCP.
- Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação): a subsidiária da Companhia na Argentina, por operar em economia hiperinflacionária, está sujeita a atualização monetária de ativos e passivos (não monetários), patrimônio líquido e demonstração de resultados, o que por vezes implica reflexos na alíquota efetiva consolidada e variação entre períodos.

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no resultado abrangente ou outra conta do patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no resultado abrangente ou em conta do patrimônio líquido exceto juros sobre o capital próprio, conforme nota 19 - *Patrimônio Líquido*.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos referidos tributos e a apuração contábil da Companhia.

Os tributos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais são reconhecidos na extensão em que seja provável a existência de lucro tributável futuro. Esses ativos diferidos são reduzidos na extensão em que não mais seja provável a ocorrência de lucros tributáveis futuros. A existência de lucro tributável futuro baseia-se em estudo técnico aprovado pela Administração da Companhia.

Os passivos fiscais diferidos não são reconhecidos a partir do reconhecimento inicial de ágio originado em combinação de negócios, em conformidade com o IAS 12/CPC 32 - *Tributos Sobre o Lucro*. Além disso, nenhum imposto diferido ativo e/ou passivo é reconhecido (i) no reconhecimento inicial de um ativo ou passivo proveniente de uma transação que não a de



combinação de negócios, que no momento da transação não afete o lucro ou prejuízo contábil ou fiscal; e (ii) sobre diferenças relacionadas a investimentos em ações de controladas, desde que não sejam revertidos no futuro previsível. Excetuadas tais hipóteses, o valor do imposto diferido determinado é baseado na taxa de realização esperada ou liquidação da diferença temporária.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados para fins de apresentação se existir um direito legal de compensar os passivos fiscais correntes e ativos, e se estiverem relacionados a tributos lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos fiscais correntes e ativos em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em várias jurisdições e é necessário julgamento para determinar o valor a ser considerado no período. Algumas subsidiárias da Companhia estão envolvidas em auditorias fiscais, geralmente em relação aos anos anteriores. Essas auditorias estão em curso em diversas jurisdições na data do balanço e, pela sua natureza, estas podem tomar um tempo considerável até sua conclusão.

Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Companhia aplica as disposições do ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro* em relação aos tratamentos que afetaram a apuração dos tributos sobre o lucro (tratamentos fiscais incertos), conforme divulgado na nota explicativa 17.2 - *Contingências* - Incertezas sobre tratamento de IRPJ e CSLL.

Regras do "Pilar Dois"

Em dezembro de 2021 a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"), no âmbito do projeto do *Inclusive Framework on Base Erosion and Profit Shifting* ("BEPS"), divulgou as Regras-Modelo Globais Contra a Erosão da Base Tributária (ou *Global Anti-Base Erosion Model Rules* - GloBE), integrantes do projeto denominado "Pilar Dois", objetivando abordagem em comum da tributação corporativa internacional, de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras apurem os tributos sobre o lucro a uma alíquota mínima efetiva de 15% em cada país onde operam. Tais regras deverão ser aprovadas localmente em cada país que aderir à proposta, via legislação aplicável, sendo que alguns já promulgaram leis internas para implementação ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, o IASB[®] emitiu alterações de escopo ao IAS 12/CPC 32 - *Tributos sobre o Lucro* para permitir isenção temporária na contabilização de tributos sobre o lucro diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção esta que foi adotada pelo Grupo.

No caso do Grupo, as regras do Pilar Dois estão vigentes em 2024 em algumas jurisdições, sem impactos materiais até 31 de dezembro de 2024. No Brasil, em outubro de 2024 foram publicadas a Medida Provisória nº 1.262/24 e a Instrução Normativa RFB nº 2.228/24, vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025, com o intuito de adaptar a legislação tributária brasileira às regras GloBE e instituir o Adicional da CSLL, para estabelecer tributação mínima efetiva de 15% em âmbito doméstico. Ainda, em dezembro de 2024, foi sancionada a Lei nº 15.079/24, pela qual fica instituída a referida tributação mínima doméstica para os anos-calendário de 2025 em diante, em substituição à mencionada MP. A análise da Companhia sobre os eventuais impactos desta nova legislação em suas demonstrações contábeis a partir de 2025 será realizada ao longo do período, não havendo previsão de impactos materiais até o momento. Em relação à jurisdição brasileira, tratando-se de legislação cuja vigência se inicia no ano-calendário de 2025, não há impactos para o exercício de 2024.



10 INVESTIMENTOS

10.1 Movimentação dos investimentos

Movimentação dos investimentos mantidos pela Controladora em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), diretos e indiretos:

	Controladora	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	81.232.654	84.673.352
Participação nos resultados de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto ⁽ⁱ⁾	9.581.494	7.607.657
Dividendos recebidos e a receber	(2.996.415)	(4.179.789)
Efeito de conversão de investimentos em controladas ⁽ⁱⁱ⁾	9.859.030	(10.057.236)
Ganhos/(perdas) atuariais	32.698	(6.436)
Reserva de <i>hedge</i> em controladas	551.635	(232.589)
Pagamento baseado em ações em controladas	86.669	58.409
Aporte/(redução) de capital em controladas	125.422	-
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	6.481.320	3.269.378
Aquisição de participação em controlada	518.415	-
Reestruturações ^(iv)	(396.434)	-
Outros	(4.831)	99.908
Saldo no final do exercício	105.071.657	81.232.654

(i) O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$(19.467) em 31 de dezembro de 2024 (R\$2.411 em 31 de dezembro de 2023), o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.

(ii) Efeito líquido da valorização/(desvalorização) dos investimentos em controladas em relação à moeda Real.

(iii) Efeito de hiperinflação de investida na Argentina, da rubrica de Lucros Acumulados.

(iv) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes às reestruturações societárias de controladas integrais.

10.2 Informações sobre controladas diretas

Controlada	Participação %	Participação % no grupo econômico	Patrimônio líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	2024	
					Total investimento	Resultado da equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱ⁾
Ambev Luxembourg S.A.R.L.	100,00%	100,00%	56.753.305	6.538.954	63.292.190	4.474.826
Arosuco Aromas e Sucos Ltda.	100,00%	100,00%	9.061.115	-	8.581.722	2.082.648
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	100,00%	3.481.383	-	3.481.383	(32.876)
Cerveceria y Malteria Quilmes	9,82%	100,00%	12.381.423	-	1.215.700	13.326
Cervejaria ZX S.A.	100,00%	100,00%	110.009	-	105.044	(32.619)
CRBS S.A.	0,01%	100,00%	5.015.703	-	528	46
Jalua Spain S.L.	100,00%	100,00%	9.994.904	-	9.994.904	916.681
Maltería Pampa S.A.	60,00%	100,00%	3.789.096	76.803	2.297.166	223.178
R P O Latam Estratégia em Compras Ltda.	100,00%	100,00%	125.728	-	125.728	17.944
Tenedora CND, S.A.	80,61%	97,11%	3.516.455	5.254.911	8.647.416	1.911.169
Outros			150.727	212.644	363.375	7.171
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente					6.966.501	-
Total					105.071.657	9.581.494

(i) Refere-se a ágios e marcas realocados para o investimento.

(ii) O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$(19.467), o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.



Controlada	Participação %	Participação % no grupo econômico	Patrimônio líquido	Ágio ⁽ⁱ⁾	Total investimento	2023
						Resultado da equivalência patrimonial ⁽ⁱⁱ⁾
Ambev Luxembourg S.A.R.L.	100,00%	100,00%	40.375.835	5.312.847	45.688.682	3.357.839
Arosuco Aromas e Sucos Ltda.	100,00%	100,00%	8.048.859	-	7.462.602	2.999.285
Abejas	99,50%	100,00%	-	-	-	-
Cerveceria Nacional S de R.L	100,00%	100,00%	2.737.056	-	2.737.056	43.245
Cervejaria ZX S.A.	100,00%	100,00%	18.863	-	11.449	(41.541)
CRBS S.A.	0,01%	100,00%	4.250.007	-	447	126
Jalua Spain S.L.	100,00%	100,00%	8.507.991	-	8.507.991	184.470
Maltería Pampa S.A.	60,00%	100,00%	4.169.901	76.803	2.551.383	3.972
R P O Latam Estratégia em Compras Ltda.	100,00%	100,00%	99.335	-	99.335	(11.102)
Tenedora CND, S.A.	80,61%	85,00%	3.233.455	4.181.983	6.861.944	1.265.025
Outros			80.039	315.503	345.264	(193.662)
Ajuste pela adoção da prática contábil do custo precedente					6.966.501	-
Total					81.232.654	7.607.657

(i) Refere-se a ágios e marcas realocados para o investimento.

(ii) O total não contempla o resultado da equivalência patrimonial de investidas com passivo a descoberto, de R\$2.411, o qual está contemplado na rubrica de outros passivos no balanço patrimonial.

Os valores de investimento e resultado de equivalência podem não corresponder diretamente aos percentuais de participação em decorrência do arredondamento dos percentuais.

10.3 Principais controladas com participação de não controladores

As principais controladas com participação de não controladores, que representam a quase totalidade do saldo de R\$938.375 (R\$1.174.512 em 31 de dezembro de 2023) apresentado na demonstração do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 são a Cervecería Paraguaya S.A. ["Cervecería Paraguaya"] R\$252.496, a Cervecería Bucanero S.A. ["Bucanero"] R\$288.119 e a Cervecería Boliviana Nacional ["CBN"] S.A R\$172.473.



10.4 Estrutura societária

As demonstrações contábeis consolidadas incluem os saldos da Companhia, das empresas controladas, coligadas e negócios em conjunto. Abaixo estão listadas as principais coligadas e controladas, e o percentual de participação do grupo, considerando as empresas do grupo com os valores de patrimônio líquido individual mais significativos dentre todas as subsidiárias:

País	Companhia	Participação
Argentina	CERVECERÍA Y MALTERIA QUILMES SAICA Y G	99,82%
	MALTERÍA PAMPA S.A.	100,00%
Bolívia	CERVECERÍA BOLIVIANA NACIONAL S.A.	85,34%
	AMBEV S.A.	Companhia consolidadora
Brasil	AROSUCO AROMAS E SUCOS LTDA.	100,00%
	CRBS S.A.	100,00%
Canadá	CERBUCO BREWING	100,00%
	LABATT BREWING COMPANY LTD.	100,00%
Chile	CERVECERÍA CHILE S.A.	100,00%
Cuba	CERVECERIA BUCANERO S.A	50,00%
Espanha	JALUA SPAIN, S.L.	100,00%
Luxemburgo	AMBEV LUXEMBOURG	100,00%
Malta	ARLC LIMITED	100,00%
Paraguai	CERVECERÍA PARAGUAYA S.A.	87,36%
República Dominicana	CERVECERÍA NACIONAL DOMINICANA, S.A.	97,11%
	LINTHAL S.A.	100,00%
	CERVECERÍA Y MALTERIA PAYSANDU S.A.	100,00%
Uruguai	MALTERÍA URUGUAY S.A	100,00%
	MONTHIERS S.A.	100,00%
Panamá	CERVECERÍA NACIONAL S. DE R.L.	100,00%

A subsidiária da Companhia, a Cervecería Nacional Dominicana, S.A. e a Koscab Holdings Limited ("Koscab") celebraram, em 26 de dezembro de 2024, um acordo ["Acordo de Compra de Ações"] através do qual a Cervecería Nacional Dominicana S.A. se comprometeu a transferir a totalidade das ações que possui na holding SLU Beverages LTD. ("SLU"), acionista majoritária da Banks Holdings Limited, Saint Vincent Brewery Limited, Antigua Brewery Limited e Dominica Brewery & Beverages Limited, para a Koscab, em contrapartida ao pagamento de um preço diferido em cinco tranches até 2028, com a transferência do controle da operação prevista para ocorrer ainda em 2025. A conclusão da operação está sujeita à aprovação das autoridades locais e condições precedentes a serem alinhadas entre as partes. O valor dos ativos líquidos da SLU corresponde a aproximadamente 1% dos ativos líquidos da Companhia.

Política contábil

Os investimentos em sociedades controladas, coligadas e negócios em conjunto são avaliados na Controladora pelo método da equivalência patrimonial. No cálculo da equivalência patrimonial, os lucros não realizados sobre as operações com controladas são integralmente eliminados, tanto nas operações de venda das controladas para a Controladora quanto nas vendas entre as controladas.

11 IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo imobilizado	12.788.353	12.828.666	27.134.539	23.662.728
Ativo de direito de uso	1.392.156	1.366.736	3.035.655	2.967.428
	14.180.509	14.195.402	30.170.194	26.630.156



11.1 Movimentação do valor contábil líquido do imobilizado

Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2022	Aquisições	Deprec.	Alienações/ Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023	Acumulado	
							Custo	Depreciação
Terrenos e edifícios	4.406.873	-	(273.993)	(532)	486.250	4.618.598	7.831.126	(3.212.528)
Instalações e equipamentos	5.906.763	776.385	(2.082.177)	(5.890)	1.326.055	5.921.136	23.606.989	(17.685.853)
Utensílios e acessórios	780.445	-	(284.436)	(7.849)	287.505	775.665	3.723.130	(2.947.465)
Em construção	2.702.443	2.094.617	-	(3.220)	(3.280.573)	1.513.267	1.513.267	-
Total	13.796.524	2.871.002	(2.640.606)	(17.491)	(1.180.763)	12.828.666	36.674.512	(23.845.846)

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Aquisições	Deprec.	Alienações/ Baixas	Transf.	Reestruturação ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2024	Acumulado	
								Custo	Depreciação
Terrenos e edifícios	4.618.598	-	(267.160)	(3.775)	304.421	79.545	4.731.629	8.267.237	(3.535.608)
Instalações e equipamentos	5.921.136	228.066	(2.095.515)	(2.596)	1.798.069	94.316	5.943.476	25.428.593	(19.485.117)
Utensílios e acessórios	775.665	-	(262.680)	(8.861)	163.104	10.289	677.517	3.870.480	(3.192.963)
Em construção	1.513.267	2.136.330	-	-	(2.251.668)	37.802	1.435.731	1.435.731	-
Total	12.828.666	2.364.396	(2.625.355)	(15.232)	13.926	221.952	12.788.353	39.002.041	(26.213.688)

(i) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes às reestruturações societárias de controladas integrais.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2024

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]



Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2022	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Aquisições	Deprec.	Alienações/Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023	Acumulado	
									Custo	Depreciação
Terrenos e edifícios	9.698.425	(1.485.238)	663.123	44.741	(481.587)	(3.738)	800.535	9.236.261	14.287.840	(5.051.579)
Instalações e equipamentos	11.589.556	(1.726.730)	779.390	1.230.174	(3.533.364)	(39.135)	2.488.955	10.788.846	39.509.056	(28.720.210)
Utensílios e acessórios	1.323.571	(193.404)	86.460	56.419	(541.605)	(13.471)	373.702	1.091.672	7.074.126	(5.982.454)
Em construção	4.349.748	(311.718)	120.197	3.283.918	-	(3.391)	(4.892.805)	2.545.949	2.545.949	-
Total	26.961.300	(3.717.090)	1.649.170	4.615.252	(4.556.556)	(59.735)	(1.229.613)	23.662.728	63.416.971	(39.754.243)

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Aquisições	Deprec.	Alienações/Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024	Acumulado	
									Custo	Depreciação
Terrenos e edifícios	9.236.261	635.379	1.165.836	38.174	(496.322)	(35.129)	585.647	11.129.846	17.204.820	(6.074.974)
Instalações e equipamentos	10.788.846	743.990	1238477	720.451	(3.903.666)	(4.132)	2.971.323	12.555.289	49.135.917	(36.580.628)
Utensílios e acessórios	1.091.672	62.277	95.292	75.467	(567.143)	(21.854)	192.129	927.840	7.882.785	(6.954.945)
Em construção	2.545.949	145.861	173.090	3.415.248	-	-	(3.758.584)	2.521.564	2.521.564	-
Total	23.662.728	1.587.507	2.672.695	4.249.340	(4.967.131)	(61.115)	(9.485)	27.134.539	76.745.086	(49.610.547)



11.2 Movimentação do valor contábil líquido do ativo de direito de uso

Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2022	Adições	Deprec.	Alienações/ Baixas	Saldo em 31/12/2023	Acumulado	
						Custo	Depreciação
Imóveis	351.287	121.747	(113.658)	(11.587)	347.789	877.339	(529.550)
Máquinas, equipamentos e veículos	959.293	856.972	(482.795)	(344.079)	989.391	2.069.499	(1.080.108)
Outros	47.262	8.819	(25.685)	(840)	29.556	89.347	(59.791)
Total	1.357.842	987.538	(622.138)	(356.506)	1.366.736	3.036.185	(1.669.449)

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Adições	Deprec.	Alienações/ Baixas	Reestruturação ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2024	Acumulado	
							Custo	Depreciação
Imóveis	347.789	110.503	(108.266)	(20.231)	-	329.795	968.784	(638.989)
Máquinas, equipamentos e veículos	989.391	634.342	(558.900)	(19.070)	4.283	1.050.046	2.656.479	(1.606.433)
Outros	29.556	7.607	(19.933)	(4.915)	-	12.315	92.076	(79.761)
Total	1.366.736	752.452	(687.099)	(44.216)	4.283	1.392.156	3.717.339	(2.325.183)

(i) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes às reestruturações societárias de controladas integrais.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2024

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]



Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2022	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Adições	Deprec.	Alienações/Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023	Acumulado	
									Custo	Depreciação
Imóveis	1.350.836	[49.482]	11.951	343.028	[451.693]	[30.532]	[1.842]	1.172.266	2.925.946	[1.753.680]
Máquinas, equipamentos e veículos	1.632.717	[14.599]	[5.994]	1.291.050	[719.799]	[474.339]	221	1.709.257	3.324.837	[1.615.580]
Outros	110.837	[18.132]	21.490	22.749	[54.140]	[1.193]	4.294	85.905	209.639	[123.734]
Total	3.094.390	[82.213]	27.447	1.656.827	[1.225.632]	[506.064]	2.673	2.967.428	6.460.422	[3.492.994]

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Adições	Deprec.	Alienações/Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024	Acumulado	
									Custo	Depreciação
Imóveis	1.172.266	102.809	4.152	449.236	[442.227]	[46.420]	[4.527]	1.235.289	3.474.376	[2.239.087]
Máquinas, equipamentos e veículos	1.709.257	42.094	920	796.867	[802.095]	[19.431]	[1.287]	1.726.325	4.124.273	[2.397.948]
Outros	85.905	4.853	26.369	39.941	[75.813]	[7.214]	-	74.041	288.406	[214.365]
Total	2.967.428	149.756	31.441	1.286.044	[1.320.135]	[73.065]	[5.814]	3.035.655	7.887.055	[4.851.400]



Política contábil

a) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável. O custo abrange o preço de aquisição, os juros incorridos no financiamento durante a fase de construção, e todos os outros custos diretamente relacionados ao transporte do ativo imobilizado até o local e sua colocação em condições de operação na forma pretendida pela Administração da Companhia (por exemplo, tributos não recuperáveis, frete, custos de desmonte e retirada dos equipamentos e restauração do local em que se encontram, caso incorridos). O custo do imobilizado construído internamente é apurado conforme os mesmos princípios aplicáveis ao imobilizado adquirido de terceiros. Os métodos de depreciação, valor residual, bem como as vidas úteis são reavaliados e ajustados, se apropriado, anualmente. O imobilizado e respectiva depreciação incluem os efeitos do custo precedente [nota 3.2.5.1].

a.1) Gastos subsequentes

A Companhia reconhece no valor contábil do imobilizado o gasto da substituição de um componente, se for provável que os benefícios econômicos futuros nele incorporados fluirão para a Companhia, e o custo do componente puder ser apurado de forma confiável. Todos os demais gastos são registrados como despesa quando incorridos.

a.2) Depreciação

O montante depreciável é o custo de um ativo menos o seu valor residual. A depreciação dos itens inicia-se a partir do momento que os ativos estão instalados e prontos para uso, utilizando-se o método linear ao longo da vida útil estimada dos bens. As vidas úteis das principais classes de ativo imobilizado estão descritas abaixo:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	15 anos
Instalações	10 anos
Utensílios	10 anos
Bens de uso externo / ativos comerciais	2 a 5 anos

Terrenos não são depreciados visto que têm vida útil indefinida.

As vidas úteis estimadas e os valores residuais dos ativos são revisados quando necessário.

a.3) Ganhos e perdas na venda

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado.

b) Arrendamento

A Companhia reconhece o direito de uso de um ativo e um passivo de arrendamento correspondente com relação a todos os contratos de arrendamento em que é o arrendatário, exceto para arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para estes arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos do arrendamento como despesa operacional durante o prazo do arrendamento.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, o que inclui o valor inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento de arrendamento feito no momento ou antes da data de início. O ativo é subsequentemente depreciado de forma linear durante o período contratual ou até o final da vida útil do ativo.



Os principais arrendamentos da Companhia se referem a contratos de arrendamento de caminhões, empilhadeiras, imóveis, veículos comerciais e equipamentos industriais.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa de empréstimo incremental específica para o país, prazo e moeda do contrato ou outro critério local.

Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa conhecida na data de início, e opções de compra ou pagamentos de opções de extensão se a Companhia estiver razoavelmente certa de exercer essas opções. Em regra, os contratos preveem reajuste anual dos pagamentos conforme índice estabelecido nos termos contratuais.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver alteração no prazo do arrendamento, se houver alteração nos pagamentos futuros ou alteração de um índice ou taxa utilizada para determinar os pagamentos, sendo reconhecido esse valor também no ativo direito de uso.

A Companhia aplica a IAS 36/CPC 01 (R1) - *Redução ao valor recuperável de ativos* para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas.

O passivo de arrendamento é apresentado na rubrica "Empréstimos e financiamentos" e os ativos de direito de uso são apresentados na rubrica "Imobilizado" no balanço patrimonial.



12 INTANGÍVEL

Controladora

Valor contábil	Saldo em 31/12/2022	Adições	Amortização	Alienações/ Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023	Acumulado	
							Custo	Amortização
Intangíveis comerciais	213.817	-	(56.709)	-	-	157.108	2.724.539	(2.567.431)
Softwares	1.449.849	-	(459.356)	-	820.622	1.811.115	3.646.976	(1.835.861)
Outros	46.378	376.976	-	-	384.807	808.161	896.673	(88.512)
Total	1.710.044	376.976	(516.065)	-	1.205.429	2.776.384	7.268.188	(4.491.804)

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Alienações/ Baixas	Transf.	Reestruturação ⁽ⁱ⁾	Saldo em 31/12/2024	Acumulado	
								Custo	Amortização
Intangíveis comerciais	157.108	-	(51.410)	-	-	-	105.698	2.749.697	(2.643.999)
Softwares	1.811.115	-	(552.938)	(437)	1.139.534	96	2.397.370	4.787.413	(2.390.043)
Outros	808.161	416.631	-	-	(1.135.808)	-	88.984	177.489	(88.505)
Total	2.776.384	416.631	(604.348)	(437)	3.726	96	2.592.052	7.714.599	(5.122.547)

(i) Saldo compreende principalmente os efeitos referentes às reestruturações societárias de controladas integrais.



Consolidado

Valor contábil	Saldo em 31/12/2022	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Adições	Amortização	Alienações/Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2023	Acumulado	
									Custo	Amortização
Marcas	6.163.081	(1.838.369)	808.637	73.856	-	-	-	5.207.205	5.207.205	-
Intangíveis comerciais	571.959	(33.634)	-	869.295	(56.707)	-	-	1.350.913	4.086.886	(2.735.973)
Softwares	2.134.189	(344.583)	176.185	36.986	(573.469)	(878)	976.447	2.404.877	4.954.524	(2.549.647)
Outros	353.020	(32.931)	11.016	487.742	(56.369)	(700)	316.960	1.078.738	1.837.952	(759.214)
Total	9.222.249	(2.249.517)	995.838	1.467.879	(686.545)	(1.578)	1.293.407	10.041.733	16.086.567	(6.044.834)

Valor contábil	Saldo em 31/12/2023	Efeito de conversão de balanço	Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	Adições	Amortização	Alienações/Baixas	Transf.	Saldo em 31/12/2024	Acumulado	
									Custo	Amortização
Marcas	5.207.205	824.146	1.428.695	-	-	-	(73.856)	7.386.190	7.386.190	-
Intangíveis comerciais	1.350.913	214.733	-	-	(51.411)	-	-	1.514.235	4.417.829	(2.903.594)
Softwares	2.404.877	43.411	284.427	2.999	(759.079)	(478)	1.277.904	3.254.061	7.128.620	(3.874.559)
Outros	1.078.738	33.488	24.067	504.685	(36.485)	-	(1.228.267)	376.226	1.570.213	(1.193.987)
Total	10.041.733	1.115.778	1.737.189	507.684	(846.975)	(478)	(24.219)	12.530.712	20.502.852	(7.972.140)



Intangíveis com vida útil indefinida

O valor contábil dos intangíveis com vida útil indefinida classificados como marcas foi alocado para os seguintes países:

	2024	2023
Argentina	2.764.997	1.303.836
Bolívia	1.061.573	829.962
Brasil	-	73.860
Canadá	230.502	195.676
Chile	80.663	70.742
Luxemburgo	339.633	339.633
Paraguai	602.053	504.718
República Dominicana	1.740.126	1.431.544
Panamá	425.876	332.959
Uruguai	140.767	124.275
	7.386.190	5.207.205

Intangíveis com vida útil indefinida foram testados para fins de redução ao valor de recuperação no nível da unidade geradora de caixa ("UGCs") com base na mesma abordagem descrita na nota 14 - *Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)*.

Em 2024 a Companhia seguiu o cronograma definido da implementação da nova versão de seu principal sistema de planejamento de recursos empresariais ou ERP (*Enterprise Resource Planning*) – S/4HANA, uma plataforma SAP, cujos investimentos capitalizáveis estão registrados como ativo intangível, na linha de *softwares*. A implementação se faz necessária com o fim de atualizar e aprimorar o ambiente tecnológico da Companhia. Assim como no período anterior, no contexto da implementação, diversas avaliações foram conduzidas pela Administração ao longo do exercício, inclusive sob a ótica de controles internos, a fim de mitigar riscos associados a esse tipo de atualização, tais como riscos operacionais, de interrupção de operações, de integridade de dados e de conformidade regulatória.

Política contábil

Os intangíveis são reconhecidos pelo custo de aquisição, líquidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável.

Intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com o método linear pelo período de sua vida útil estimada. Licenças e direitos de fornecimento e distribuição são amortizados pelo período em que existem os direitos com base no prazo dos contratos. Marcas, em geral, são consideradas intangíveis de vida útil indefinida e, portanto, não são amortizadas. *Softwares* e custos de desenvolvimento capitalizados relacionados à tecnologia são amortizados ao longo de 3 a 10 anos. Itens que não são amortizados são testados para fins de redução ao valor de recuperação anualmente.

Os ganhos/perdas líquidos na venda de ativos intangíveis são apresentados na demonstração de resultados como outras receitas (despesas) operacionais quando o controle é transferido para o comprador, a recuperação da contraprestação é provável, e os custos associados podem ser estimados de forma confiável.

a) Marcas

A Companhia é proprietária de algumas das mais importantes marcas de bebidas nos mercados onde atua. Conseqüentemente, espera-se que estas marcas possam gerar fluxos de caixa positivos pelo período em que a Companhia mantiver sua propriedade. Nesse contexto, as marcas registradas como parte do valor justo, quando da aquisição de subsidiárias, são consideradas, em geral, como de vida útil indefinida. As principais marcas



reconhecidas pela Companhia são *Quilmes* na Argentina, *Pilsen* no Paraguai, *Paceña* e *Huari* na Bolívia e *Presidente* e *Presidente Light* na República Dominicana.

Assim, caso parte do valor pago em uma combinação de negócios relacione-se a marcas, elas são reconhecidas em uma conta específica do grupo de intangíveis e mensuradas pelo seu valor justo na data da aquisição. Posteriormente, o valor das marcas pode sofrer redução no caso de perdas por *impairment*. Gastos incorridos internamente para desenvolvimento de uma marca são reconhecidos como despesa.

b) Softwares

O *software* adquirido é mensurado pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada. A amortização relacionada a *software* está alocada no custo das vendas, despesas comerciais ou despesas administrativas, dependendo da atividade à qual o *software* está relacionado.

Os dispêndios associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os dispêndios com desenvolvimento, assim como os dispêndios com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares*, que são diretamente atribuíveis aos *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

c) Intangíveis comerciais

A Companhia e suas subsidiárias podem reconhecer direitos de fornecimento, que consistem no direito de fornecer a um cliente e o compromisso do cliente de comprar os produtos. E direitos de distribuição, que são os direitos de vender produtos específicos em um determinado território, incluindo também direitos de patrocínios.

d) Outros intangíveis

Outros intangíveis, adquiridos pela Companhia, são mensurados pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e eventuais perdas no valor de recuperação.

13 ÁGIO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	281.858	281.858	38.003.640	40.594.038
Efeito de conversão de balanço	-	-	3.723.544	(4.067.916)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	2.628.891	1.481.136
Aquisição/(baixa)	-	-	(13.407)	(3.618)
Saldo final	281.858	281.858	44.342.668	38.003.640



O valor do ágio foi alocado às seguintes UGCs:

	Moeda funcional	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Brasil		281.858	281.858	17.685.390	17.698.797
Ágio	BRL	-	-	102.928.023	102.941.430
Transação com não controladores ⁽ⁱ⁾	BRL	-	-	(85.242.633)	(85.242.633)
CAC:		-	-	6.783.960	5.488.444
República Dominicana	DOP	-	-	4.631.370	3.805.533
Panamá	PAB	-	-	2.152.590	1.682.911
América Latina - Sul:		-	-	8.329.437	5.016.269
Argentina	ARS	-	-	4.816.176	2.183.785
Bolívia	BOB	-	-	2.190.347	1.712.462
Chile	CLP	-	-	54.572	47.856
Paraguai	PYG	-	-	1.059.934	888.173
Uruguai	UYU	-	-	208.408	183.993
Canadá	CAD	-	-	11.543.881	9.800.130
		281.858	281.858	44.342.668	38.003.640

(i) Refere-se à operação de permuta de participações societárias ocorrida em 2013 em decorrência da adoção da prática contábil do custo precedente.

Os ativos de vida útil indefinida correspondem a aproximadamente 27% do total de ativos consolidados da Ambev em 31 de dezembro de 2024 [29% em 31 de dezembro de 2023].

Política contábil

O ágio é originado na aquisição de controladas, coligadas e negócios em conjunto, e é determinado como sendo o excesso entre a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos e passivos assumidos, mensurados de acordo com a IFRS 3/CPC 15 (R1) - *Combinações de negócios*, na respectiva data de aquisição.

As combinações de negócios são contabilizadas pela aplicação do método de alocação contábil do custo do investimento. Se a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos exceder o custo da combinação de negócios, tal excesso é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado. Em uma combinação de negócios, o ativo de vida útil indefinida é alocado a partir da data de aquisição em cada UGC que se espera ser beneficiada pelas sinergias da combinação de negócios.

Também em conformidade com a IFRS 3/CPC 15(R1) o ágio é contabilizado pelo custo e não é amortizado, mas sim testado no mínimo anualmente para fins de redução ao valor de recuperação, ou sempre que houver indícios de redução ao valor de recuperação da unidade geradora de caixa à qual ele foi alocado. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

Com respeito às coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*), o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil da participação na coligada e/ou empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*).



O ágio é expresso na moeda da unidade geradora de caixa ou operação em conjunto (*joint operation*) a que se refere e convertido em Real pela taxa de câmbio vigente no final do exercício.

O ágio gerado internamente é contabilizado como despesa, conforme incorrido.

O ágio inclui os efeitos do custo precedente (nota 3 [3.2.5.1]).

14 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO-FINANCEIROS (*IMPAIRMENT*)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia executou o teste de recuperabilidade (*impairment*) dos ativos não circulantes do Grupo para UGCs que possuíam ativos com vida útil indefinida alocados, assim como para as demais UGCs que apresentaram indicadores de *impairment*. A Companhia avalia indicadores de fontes internas e externas de informação, nos termos do IAS 36/CPC 01 – *Redução ao Valor Recuperável de Ativos*. Embora a Companhia acredite que seus julgamentos, premissas e estimativas sejam adequados, os resultados reais podem diferir dessas estimativas sob premissas ou condições mercadológicas ou macroeconômicas diferentes.

Os testes de *impairment* são efetuados anualmente utilizando como base as informações de setembro de cada ano calendário. Como resultado dos testes realizados no exercício de 2024 a Companhia não identificou nenhum cenário de desvalorização ou reversão de perdas por *impairment* para seus ativos e UGCs.

A Companhia não tem como prever se um evento irá desencadear um *impairment*, quando ocorrerá ou como afetará o valor do ativo reportado. Embora eventual mudança nas estimativas utilizadas possa ter impacto significativo no cálculo do valor justo e desencadear a redução do valor recuperável, a Companhia, com base na análise de sensibilidade realizada, não tem conhecimento de qualquer mudança provável em uma premissa importante que poderia resultar em um valor contábil maior que o valor recuperável.

14.1 Ativos com vida útil definida

A Companhia não identificou indicativos de *impairment* nos ativos com vida útil definida.

14.2 Ativos com vida útil indefinida

14.2.1 Metodologia

A metodologia utilizada pela Companhia para a determinação do valor recuperável de todas as suas UGCs é o valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos do lucro antes do resultado financeiro, imposto sobre a renda e despesas com depreciação e amortização ("EBITDA"), observados no mercado em transações precedentes de negócios comparáveis, no setor de bebidas nacional e internacional. Os valores utilizados pela Companhia nesta abordagem são baseados em fontes de informação externas. Esta mensuração se classifica no nível 2 da hierarquia de valor justo, uma vez que a principal fonte de informação utilizada pela Companhia para determinar o valor recuperável foi múltiplos de EBITDA praticados em transações observadas envolvendo negócios comparáveis. Como parte desta análise de múltiplos, a Companhia estabeleceu que as UGCs cujo capital investido seja superior a 7 vezes o seu EBITDA devem ter seu valor recuperável determinado com base na abordagem de valor justo menos os custos de venda, para determinar se tal valor excede seu valor contábil. Na última análise efetuada pela Companhia, para o exercício de 2024, apenas o Chile e Panamá atenderam ao critério pré-determinado. Além disso, a UGC Brasil também foi incluída no escopo de teste, por ser a UGC mais representativa do Grupo.



Deste modo, para as UGCs Brasil, Panamá e Chile, a Companhia utilizou projeções de fluxo de caixa descontado para a determinação do valor recuperável, de forma a corroborar as conclusões alcançadas pela aplicação da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, de que o valor recuperável destas UGCs não excede seu valor contábil reconhecido.

14.2.2 Premissas-chave

Os julgamentos, principais estimativas e premissas-chave aplicados nos cálculos de fluxo de caixa descontado de tais UGCs são os seguintes:

- O primeiro ano do modelo é baseado na melhor estimativa do fluxo de caixa para o ano em curso;
- Para o segundo ao décimo ano do modelo, os fluxos de caixa são baseados nos planos estratégicos de curto e longo prazo aprovado pela Administração. Os planos estratégicos são preparados por país e são baseados em fontes externas em relação aos pressupostos macroeconômicos, evolução da indústria, inflação e taxas de câmbio, experiência passada e iniciativas em termos de *market share*, receita, custos e capital de giro;
- Para os anos seguintes, o Grupo efetua a projeção da perpetuidade, utilizando como taxa de crescimento a inflação esperada para cada país.
- As projeções são feitas em dólares americanos e descontadas pelo custo médio ponderado da unidade de capital ("WACC", em sua sigla em inglês), considerando-se as sensibilidades nesta métrica.

Para essas análises de fluxo de caixa, a taxa de crescimento anual composta ("CAGR", em sua sigla em inglês) da receita aplicada nos testes variou entre 5,08% e 7,95%.

O WACC utilizado é nominal e definido antes dos tributos. As taxas aplicadas em dólares americanos para cada UGC foram as seguintes:

<u>UGC</u>	<u>2024</u>
Chile	9,64%
Panamá	10,88%
Brasil	12,09%

14.2.3 Análise de sensibilidade

Com base no cenário provável, foi construída análise de sensibilidade para um acréscimo ou redução de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto. Em qualquer combinação, o valor do fluxo de caixa foi superior ao seu valor contábil. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Política contábil

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, como imobilizado e ativo intangível com vida útil definida são revisados, no mínimo, anualmente, para avaliar a existência de indicativos de redução ao valor de recuperação. Caso exista algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado, e o valor não recuperável é reconhecido como um *impairment* no resultado do exercício. Essa avaliação é efetuada para os ativos individualmente ou aos menores grupos identificáveis de ativos que geram entradas de caixa independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos, também entendidos como UGCs.



O ágio, os intangíveis ainda não disponíveis para uso e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm os respectivos valores recuperáveis testados, no mínimo, anualmente, no nível de unidade de negócios (que é um nível abaixo do segmento reportado), independentemente da existência de indicadores, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Uma perda de redução ao valor de recuperação é reconhecida sempre que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor de recuperação. Perdas de redução ao valor de recuperação são reconhecidas no resultado do exercício.

O valor de recuperação de intangíveis com vida útil indefinida baseia-se primeiramente em um critério de valor justo, pelo qual se aplicam múltiplos que refletem transações de mercado atuais a indicadores que determinam a rentabilidade do ativo ou ao fluxo de *royalties* que poderia ser obtido com o licenciamento do ativo intangível a terceiros, em condições normais de mercado.

O valor de recuperação dos demais ativos é apurado como sendo o maior entre o seu valor justo menos os custos de venda, e o seu valor em uso. No caso de ativos que não geram fluxos de caixa individuais significativos, o montante recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. O valor recuperável das UGCs às quais o ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida pertencem é baseado no valor justo líquido de despesas de venda, utilizando múltiplos de EBITDA observados no mercado em combinações de negócios precedentes envolvendo negócios comparáveis na indústria cervejeira. Para algumas UGCs, esses cálculos são corroborados pela utilização da abordagem de valor justo líquido de despesas de venda, em que fluxos de caixa futuros de tais UGCs são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações correntes de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidos em unidades geradoras de caixa primeiramente reduzem o valor do ágio alocado na UGC e posteriormente afetam o valor dos ativos que compõem a unidade. Reversões de perdas reconhecidas anteriormente podem ocorrer, exceto as perdas por redução do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura. Os ativos não financeiros são revisados para possível reversão do *impairment* na data de apresentação. A perda por redução ao valor de recuperação é revertida somente até a extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil anterior ao reconhecimento do *impairment*, líquido de depreciação ou amortização.

15 CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores	14.088.572	13.370.482	24.042.927	21.278.615
Partes relacionadas (nota 31)	4.427.751	1.000.869	1.180.595	1.916.486
Passivo circulante	18.516.323	14.371.351	25.223.522	23.195.101
Fornecedores	61.145	106.811	69.368	107.386
Partes relacionadas (nota 31)	25.652.273	21.440.355	258.338	199.914
Passivo não circulante	25.713.418	21.547.166	327.706	307.300
Total	44.229.741	35.918.517	25.551.228	23.502.401

O ajuste a valor presente referente às obrigações registradas no contas a pagar em 31 de dezembro de 2024 totaliza R\$198.393 [R\$268.831 em 31 de dezembro de 2023] na Controladora e R\$210.694 [R\$307.734 em 31 de dezembro de 2023] no Consolidado.



As controladas da Companhia na Argentina, Chile e Panamá possuem transações de desconto de duplicatas com endosso (securitização de contas a pagar) com fornecedores no montante de R\$76.230 em 31 de dezembro de 2024 (R\$159.039 em 31 de dezembro de 2023), reportados no Consolidado. Em geral, referidas transações de desconto acontecem por imposições legais existentes nestas jurisdições. Estas transações mantêm suas características comerciais, uma vez que não há alteração nas condições previamente estabelecidas (valor, prazo, contraparte etc.) e fica a exclusivo critério do fornecedor realizar a antecipação de seus recebíveis, portanto, estas operações não resultam em nenhuma obrigação adicional à Companhia.

Os valores que a Controladora tem a pagar a partes relacionadas correspondem, principalmente, a contratos de mútuo celebrados com controladas integrais da Companhia, cuja variação decorre de efeitos cambiais e da celebração de novos contratos não liquidados durante o exercício, conforme nota 31 - *Partes relacionadas*.

Política contábil

Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de liquidação; e iii) a taxa de desconto, conforme IFRS13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* e CPC 12 - *Ajuste a Valor Presente*. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas a pagar e tem como contrapartida a conta de custo dos produtos vendidos, posteriormente o valor registrado no contas a pagar é apropriado na rubrica de despesas de juros pela fruição de prazo de pagamentos.

Contratos de empréstimos intragrupo de longo prazo

A Companhia possui contratos de mútuo de longo prazo, em moeda estrangeira, firmados com subsidiárias integrais sediadas no exterior, cujos montantes são reconhecidos no contas a pagar da Controladora. Conforme o determinado pelo IAS 21/CPC 02 [R2] - *Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis*, considerando serem instrumentos de longo prazo, cuja liquidação em caixa não é provável de ocorrer e tampouco está planejada para um futuro previsível. O resultado de variações cambiais de tais contratos de mútuo deve ser reconhecido inicialmente em outros resultados abrangentes, conforme o regime de competência.

O reconhecimento da variação cambial em outros resultados abrangentes não altera a classificação contábil atribuída à dívida, que é registrada em conta do passivo e incorre em juros, que são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício.

Os efeitos da variação cambial somente serão refletidos no resultado do exercício caso ocorra alguma alteração na premissa relacionada à liquidação do mútuo, isto é, se esta passar a ser previsível ou provável. No eventual caso de liquidação parcial, apenas a variação cambial correspondente à parcela liquidada ou com expectativa de liquidação próxima será reclassificada para o resultado do exercício.



16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos bancários com garantia	14.689	14.607	18.481	14.938
Outros empréstimos com garantia	145.150	136.271	145.150	136.269
Arrendamentos	536.147	634.061	1.112.760	1.146.884
Passivo circulante	695.986	784.939	1.276.391	1.298.091
Empréstimos bancários com garantia	96.940	111.628	96.940	111.628
Outros empréstimos com garantia	227.089	279.401	227.089	279.401
Arrendamentos	804.051	739.480	1.852.308	1.811.946
Passivo não circulante	1.128.080	1.130.509	2.176.337	2.202.975
Total	1.824.066	1.915.448	3.452.728	3.501.066

Informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e o cronograma de desembolsos estão divulgadas na nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as dívidas apresentavam as seguintes taxas:

Instrumentos de Dívida	Taxa média ao ano	Controladora		Taxa média ao ano	Controladora	
		2024			2023	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Dívida em Reais - taxa flutuante (TR)	9,48%	14.689	96.940	9,47%	13.427	111.627
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	2,92%	107.175	122.411	2,95%	103.235	194.329
Dívida em Reais - ICMS taxa variável	6,36%	37.974	104.679	6,56%	33.037	85.073
Dívida em Reais - taxa fixa	11,14%	536.148	804.050	11,32%	635.240	739.480
Total		695.986	1.128.080		784.939	1.130.509

Instrumentos de Dívida	Taxa média ao ano	Consolidado		Taxa média ao ano	Consolidado	
		2024			2023	
		Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante
Dívida denominada em USD - taxa fixa	8,00%	3.786	-	14,00%	24	-
Dívida denominada em CAD - taxa flutuante	2,60%	6	-	0,00%	-	-
Outras moedas latino- americanas - taxa fixa	12,98%	190.650	319.544	11,48%	124.576	281.038
Dívida denominada em CAD - taxa fixa	5,78%	149.644	289.717	5,63%	130.077	350.177
Dívida em Reais - taxa flutuante (TR)	9,48%	14.689	96.940	9,47%	13.427	111.627
Dívida em Reais - ICMS taxa fixa	2,92%	107.175	122.411	2,95%	103.235	194.327
Dívida em Reais - ICMS taxa variável	6,36%	37.974	104.679	6,56%	33.037	85.073
Dívida em Reais - taxa fixa	11,06%	772.467	1.243.046	11,17%	893.715	1.180.733
Total		1.276.391	2.176.337		1.298.091	2.202.975



16.1 Movimentação dos passivos decorrentes de atividades de financiamento

As tabelas abaixo detalham as alterações nos passivos da Companhia decorrentes de atividades de financiamento, incluindo mudanças monetárias e não monetárias. Passivos decorrentes de atividades de financiamento são aqueles para os quais fluxos de caixa ou fluxos de caixa futuros serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa das atividades de financiamento:

	Controladora			
	2024		2023	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo inicial	784.939	1.130.509	518.798	1.497.619
Proventos de empréstimos	-	53.656	-	49.777
Liquidação de empréstimos	(172.813)	-	(220.440)	-
Transferência entre circulante e não circulante	517.706	(517.706)	682.804	(682.804)
Novos contratos de arrendamento	280.478	431.551	395.761	235.273
Juros de arrendamentos	70.978	-	95.442	-
Pagamentos de arrendamentos	(784.127)	-	(687.346)	-
Outros movimentos	(1.175)	30.070	(80)	30.644
Saldo final	695.986	1.128.080	784.939	1.130.509

	Consolidado			
	2024		2023	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Saldo inicial	1.298.091	2.202.975	982.569	2.788.137
Proventos de empréstimos	435.468	53.656	-	49.780
Liquidação de empréstimos	(604.731)	-	(226.672)	(753)
Variação cambial	55.625	116.396	(19.559)	(52.759)
Transferência entre circulante e não circulante	1.009.902	(1.009.902)	1.238.020	(1.238.020)
Novos contratos de arrendamento	428.873	775.601	524.435	629.413
Juros de arrendamentos	182.295	-	193.064	-
Pagamentos de arrendamentos	(1.512.971)	-	(1.373.162)	-
Outros movimentos	(16.161)	37.611	(20.604)	27.177
Saldo final	1.276.391	2.176.337	1.298.091	2.202.975

16.2 Maturidade dos contratos

Os montantes acima têm o seguinte fluxo de pagamento estimado:

	Controladora					
						Saldo em 31 de dezembro:
	2025	2026	2027	2028	>2029	2024
Empréstimos bancários com garantia	14.689	16.069	17.580	19.232	44.059	111.629
Outros empréstimos com garantia	145.150	136.028	73.872	6.970	10.219	372.239
Arrendamentos	536.147	361.461	264.261	120.532	57.797	1.340.198
Total	695.986	513.558	355.713	146.734	112.075	1.824.066



						Consolidado
	2025	2026	2027	2028	>2029	Saldo em 31 de dezembro: 2024
Empréstimos bancários com garantia	18.481	16.069	17.580	40.273	23.018	115.421
Outros empréstimos com garantia	145.150	136.028	73.873	6.969	10.219	372.239
Arrendamentos	1.112.760	869.274	496.377	293.997	192.660	2.965.068
Total	1.276.391	1.021.371	587.830	341.239	225.897	3.452.728

16.3 Cláusulas contratuais (covenants)

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, assim como em 31 de dezembro de 2023, e até a data de emissão destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não ocorreram eventos de inadimplência, quebra de cláusulas de *covenants* ou alterações contratuais significativas que resultassem em mudanças dos termos de pagamentos dos contratos de empréstimos e financiamentos.

A maioria dos contratos financeiros preveem cláusulas restritivas (*covenants*), tais como: manutenção dos ativos da Companhia, com a finalidade de assegurar que todos permaneçam em condições de uso; limitação para realização de operações de aquisição, fusão, venda ou alienação de seus ativos; divulgação de demonstrações contábeis e balanços patrimoniais, entre outras.

Estas cláusulas restritivas são aplicáveis a partir da data de celebração e entrada em vigor de cada contrato, na medida em que os eventos previstos contratualmente ocorram. A depender da materialidade de cada um dos eventos e de seus efeitos adversos para a Companhia e/ou suas subsidiárias e/ou os direitos de seus credores, podem ser aplicadas penalidades contratuais, sendo uma delas o vencimento antecipado do respectivo contrato.

Em determinados contratos, na hipótese de ocorrência de qualquer um dos eventos previstos nas referidas cláusulas restritivas, pode ser concedido à Companhia um prazo de cura para saneamento de eventual inadimplemento contratual, a fim de evitar penalidades decorrentes da quebra de obrigação.

Em 31 de dezembro de 2024, assim como em 31 de dezembro de 2023, a Companhia atendeu a todos os compromissos contratuais de suas operações de empréstimos e financiamentos.

16.4 Garantias e contrapartidas contratuais

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia preveem a prestação de garantias diversas, tais como fianças e imóveis. Em relação aos incentivos fiscais nas modalidades de financiamento ou empréstimo subsidiado, estes estão sujeitos ao cumprimento de diversas contrapartidas conforme as respectivas previsões constantes dos atos normativos ou atos concessivos estaduais, tais como: (i) manutenção ou geração de empregos no longo prazo; (ii) realização de investimentos; (iii) incremento na capacidade produtiva, (iv) compromissos de arrecadação de ICMS, (v) manutenção de regularidade fiscal; dentre outras, condições estas que referem-se a fatos sob controle da Companhia. Estes compromissos são aplicáveis a partir da data de assinatura dos respectivos contratos relacionados aos incentivos fiscais.

16.5 Contratos de arrendamento por prazo e taxa de desconto (Brasil)

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade ("spread" de crédito). Os *spreads* foram obtidos por meio de sondagens junto a instituições



financeiras. A tabela a seguir evidencia a média ponderada das taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos vigentes:

Prazos	Taxa % a.a.
	2024
2024 - 2027	11,04%
2028 - 2035	11,21%

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de créditos de PIS e COFINS a recuperar embutidos na contraprestação de arrendamento nas operações ocorridas no Brasil, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	Saldo em 31 de dezembro de 2024	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	2.513.998	2.095.246
PIS/COFINS potencial [9,25%]	232.545	193.810
	2.746.543	2.289.056

16.6 Divulgações adicionais requeridas pela CVM para contratos de arrendamento

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento vigentes em 31 de dezembro de 2024, descontados pela taxa nominal:

	2025	2026	2027	2028	2028-2035
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.909.041	1.029.146	513.065	267.611	263.448
Fluxo com projeção de inflação	1.980.218	1.060.245	528.333	275.930	271.352
Variação	4%	3%	3%	3%	3%
Direito de uso líquido - saldo final					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.844.317	987.330	470.522	206.869	164.263
Fluxo com projeção de inflação	1.930.691	1.017.164	484.503	213.330	169.191
Variação	5%	3%	3%	3%	3%
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	226.291	147.265	72.690	37.188	53.738
Fluxo com projeção de inflação	238.805	152.591	74.924	38.326	55.473
Variação	6%	4%	3%	3%	3%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/CPC 06(R2)	1.104.812	788.649	594.840	273.166	141.447
Fluxo com projeção de inflação	1.145.060	812.480	612.515	281.699	145.691
Variação	4%	3%	3%	3%	3%



Política contábil

Empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo deduzidos dos custos da transação. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos são mensurados pelo custo amortizado, sendo qualquer diferença entre o valor inicial e o valor do vencimento reconhecido no resultado do exercício, durante a vida esperada do instrumento, com base no método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

A política contábil aplicada aos passivos de arrendamento está divulgada na nota 11 - *Imobilizado*.

17 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos administrativos, judiciais e em arbitragens decorrentes do curso normal dos negócios. A avaliação do prognóstico de perda, realizada pela Companhia com suporte de seus assessores legais, leva em consideração as chances da posição da Companhia e de suas subsidiárias ser aceita ao final do processo, tendo em vista a legislação aplicável, a jurisprudência acerca do tema e os elementos de prova existentes. Devido à sua natureza, tais processos envolvem incertezas a eles inerentes, incluindo, mas não limitado a decisões de cortes e tribunais, acordos entre as partes envolvidas e ações governamentais e, como consequência disso, a Administração não pode, no estágio atual, estimar o tempo exato de resolução desses temas.

17.1 Provisões

Os processos considerados como prováveis de perda estão totalmente provisionados, nos termos do CPC 25/IAS 37 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, e possuem a natureza tributária, cível ou trabalhista. São considerados prováveis de perda os processos em que há jurisprudência consolidada ou vinculante de forma desfavorável à tese defendida pela Companhia e suas subsidiárias, ou, em se tratando de discussão fática ou probatória, quando a Companhia e suas subsidiárias não possuem os elementos de prova necessários e suficientes para provar o direito alegado.

17.1.1 Principais processos com probabilidade de perda provável

Tributos sobre vendas: a Companhia e suas subsidiárias possuem no Brasil diversos processos administrativos e judiciais referentes aos tributos ICMS, IPI, PIS e COFINS considerados como prováveis de perda. Estes processos envolvem compensações, suposta insuficiência de recolhimento de tributos, apropriação de créditos tributários, entre outros.

Trabalhistas: a Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados, inclusive aqueles de empresas prestadoras de serviços terceirizados. Tais processos envolvem principalmente horas extras, seus reflexos e respectivos encargos.

Cíveis: a Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em processos cíveis considerados como prováveis de perda. A parcela mais relevante desses processos foi ajuizada por ex-



distribuidores, principalmente no Brasil, e trata, em sua maioria, de pedidos de indenização pelo término da relação contratual de distribuição com a Companhia.

Demais tributos: referem-se a provisões para processos que tratam de outros tributos não relacionados à tributação sobre vendas ou sobre a renda. Os tratamentos fiscais incertos relativos a tributos incidentes sobre o lucro com prognóstico de perda provável têm seus valores reportados diretamente na rubrica de *imposto de renda e contribuição social a recolher*, nos termos da ICPC 22/IFRIC 23 - *Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*.

17.1.2 Movimentação das provisões

	Controladora				
	Tributos sobre vendas	Trabalhistas	Cíveis	Demais tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	201.156	89.384	324.697	98.119	713.356
Provisões constituídas	121.448	187.757	187.105	70.519	566.829
Provisões utilizadas	(15.104)	(136.062)	(117.946)	(6.656)	(275.768)
Provisões revertidas	(69.887)	(34.566)	(71.795)	(4.096)	(180.344)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	237.613	106.513	322.061	157.886	824.073
Provisões constituídas	142.135	184.237	127.307	36.474	490.153
Provisões utilizadas	(30.568)	(142.928)	(82.372)	(18.978)	(274.846)
Provisões revertidas	(68.772)	(27.400)	(23.106)	(21.156)	(140.434)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	280.408	120.422	343.890	154.226	898.946

	Consolidado					
	Tributos sobre vendas	Trabalhistas	Cíveis	Demais tributos	Reestruturação	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	246.948	132.101	335.934	192.929	11.797	919.709
Efeito de conversão de balanço	-	(2.774)	(35.824)	(6.283)	(506)	(45.387)
Provisões constituídas	135.768	247.769	234.556	75.635	3.190	696.918
Provisões utilizadas	(27.321)	(181.662)	(121.944)	(40.777)	(11.211)	(382.915)
Provisões revertidas	(73.223)	(45.497)	(72.545)	(19.057)	-	(210.322)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	282.172	149.937	340.177	202.447	3.270	978.003
Efeito de conversão de balanço	-	1.285	305	12.416	654	14.660
Provisões constituídas	148.661	294.740	144.887	39.769	24.754	652.811
Provisões utilizadas	(33.554)	(205.810)	(89.949)	(19.695)	(24.106)	(373.114)
Provisões revertidas	(71.373)	(45.042)	(23.399)	(20.731)	-	(160.545)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	325.906	195.110	372.021	214.206	4.572	1.111.815

17.1.3 Expectativa de desembolso das provisões

	2023					
	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tributos sobre vendas	69.594	168.019	237.613	113.652	168.520	282.172
Trabalhistas	45.098	61.415	106.513	67.248	82.689	149.937
Cíveis	225.923	96.138	322.061	226.736	113.441	340.177
Demais tributos	5.223	152.663	157.886	7.483	194.964	202.447
Total de provisão para disputas e litígios	345.838	478.235	824.073	415.119	559.614	974.733
Reestruturação	-	-	-	3.270	-	3.270
Total das provisões	345.838	478.235	824.073	418.389	559.614	978.003



	Controladora			2024 Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Tributos sobre vendas	116.988	163.420	280.408	158.717	167.189	325.906
Trabalhistas	36.906	83.516	120.422	55.700	139.410	195.110
Cíveis	180.274	163.616	343.890	188.357	183.664	372.021
Demais tributos	33.294	120.932	154.226	33.565	180.641	214.206
Total de provisão para disputas e litígios	367.462	531.484	898.946	436.339	670.904	1.107.243
Reestruturação	-	-	-	4.572	-	4.572
Total das provisões	367.462	531.484	898.946	440.911	670.904	1.111.815

O prazo estimado para liquidação das provisões foi baseado na melhor estimativa da Administração em conjunto com seus assessores legais internos e externos na data destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

17.2 Contingências

A Companhia e suas subsidiárias mantêm discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil relacionadas a certas posições fiscais adotadas na apuração do IRPJ e da CSLL, cuja análise atual de prognóstico, com base na avaliação da Administração, é de que serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância, considerando a regular observância da legislação tributária, jurisprudência e provas produzidas, em linha com as disposições da ICPC 22/IFRIC 23 - *Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro*. O Grupo também tem ações de natureza principalmente tributária, relacionadas a outros tributos, que envolvem riscos de perda possível, conforme classificação de prognóstico da Administração. Para esses tratamentos fiscais incertos e contingências possíveis não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada, conforme composição e estimativas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ e CSLL	60.513.159	59.199.966	65.174.567	63.620.985
ICMS e IPI	25.654.137	24.413.426	28.139.743	26.761.034
PIS e COFINS	1.326.583	2.839.102	2.032.464	3.496.221
Outros	2.064.173	1.270.778	2.552.048	1.679.407
	89.558.052	87.723.272	97.898.822	95.557.647

As contingências com prognóstico de perda remota não são divulgadas, em virtude de ser remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação, em linha com o CPC 25/IAS 37 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

A Companhia e suas subsidiárias possuem apólices de seguros-garantia e cartas fianças para alguns processos judiciais, as quais são apresentadas como garantia em processos cíveis, trabalhistas e tributários.



17.2.1 Principais processos com probabilidade de perda possível

Os principais processos classificados com probabilidade de perda possível estão sumarizados nos quadros abaixo, em conjunto com suas respectivas estimativas de valores envolvidos nos casos.

#	Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro Conforme aplicação do ICPC 22/IFRIC 23 (nota explicativa 9 - <i>Imposto de renda e contribuição social</i>)	Estimativa (em milhões de reais)	
		2024	2023
1	<p>Dedutibilidade de despesa do JCP</p> <p>Durante o exercício de 2013, conforme aprovado em Assembleia, a Companhia implementou uma reestruturação societária com objetivo de simplificar sua estrutura e unificar suas classes de ações, dentre outros. Um dos passos desta reestruturação envolveu a troca de ações e subsequente incorporação das ações de sua controlada Companhia de Bebidas das Américas na Ambev S.A. Como uma das consequências desta operação, a Ambev S.A. reconheceu em seus registros contábeis a contrapartida da diferença entre o valor de suas ações emitidas para referida troca e o valor patrimonial das ações da controlada no patrimônio líquido, nos termos do IFRS 10/CPC 36 e ICPC09, na rubrica <i>ajustes de avaliação patrimonial</i>.</p> <p>Em decorrência dessa operação societária a Ambev tem recebido, desde o ano de 2019, autuações da Receita Federal do Brasil ("RFB") referentes à dedução dos Juros sobre Capital Próprio, tendo sido objeto de autuação os anos-calendário de 2014 a 2021. Os questionamentos referem-se, primordialmente, aos efeitos contábeis e societários da reestruturação societária efetuada pela Companhia no ano de 2013, e seus impactos no incremento do cálculo do limite da dedutibilidade do JCP. Em todos os casos a Companhia obteve decisão parcialmente favorável em primeira instância administrativa e, em face dessas decisões, a Ambev interpôs recursos voluntários para análise dos casos pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF"). Nos autos de infração relacionados ao ano-calendário de 2014 e aos anos-calendário de 2017 a 2021, os recursos voluntários apresentados pela Companhia aguardam julgamento pelo CARF e a parcela favorável das decisões de primeira instância administrativa deverá ser submetida a reexame obrigatório perante este tribunal. Em relação ao auto de infração referente aos anos-calendários de 2015 e 2016, em maio de 2024, a Companhia obteve decisão desfavorável quanto ao mérito da discussão, mas favorável quanto à multa exigida pelo Fisco, na medida em que restou afastada a aplicação da multa qualificada no caso. Em dezembro de 2024, a Companhia foi intimada da decisão, tornando-se definitivo o êxito quanto à parcela favorável, e apresentou o recurso cabível ao CARF, que aguarda julgamento. O valor atualizado deste tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já autuado, é de aproximadamente R\$28,1 bilhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$27,4 bilhões em 31 de dezembro de 2023). Em virtude da avaliação das chances de perda, não houve provisão realizada no período. Este tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, continuou a ser aplicado pela Ambev e impactou os anos-calendário subsequentes aos autuados (2022 e 2023), em que a Companhia igualmente distribuiu JCP e os deduziu da base tributável do seu Imposto de Renda. Dessa maneira, caso a dedutibilidade dos JCP também venha a ser questionada no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já autuado. Em dezembro de 2023, foi convertida em Lei [nº 14.789/2023] a MP 1.185, de agosto de 2023, que alterou a base de cálculo dos JCP a partir de 1º de janeiro de 2024, fazendo com que este tratamento fiscal incerto esteja limitado aos JCP calculados conforme disposições anteriores à vigência da referida Lei.</p>	28.126	27.439
2	<p>Glosa de créditos de impostos pagos no exterior</p> <p>Desde 2014 a Companhia vem recebendo autuações para a cobrança de IRPJ e CSLL, relativas aos anos-calendários de 2007 em diante, que glosam a utilização de créditos de imposto de renda pago no exterior por suas empresas controladas. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em novembro de 2019, foi proferida decisão favorável definitiva pelo CARF cancelando a autuação com relação a um dos casos, que abarcava o ano-calendário de 2010. Para os casos envolvendo os anos-calendário de 2015 e 2016, a Companhia recebeu decisões desfavoráveis, na esfera administrativa, em três dos quatro processos referentes a esses anos-calendários. A Ambev ingressou com medida judicial para discussão da matéria e aguarda decisão em primeira instância judicial. Em julho de 2024, o CARF proferiu decisão favorável no caso envolvendo o ano-calendário de 2012. O valor aproximado do processo julgado era de R\$1,4 bilhão. A Companhia aguarda a formalização e notificação do acórdão para, em conjunto com seus assessores externos, avaliar eventuais impactos na classificação de prognóstico desta parcela da contingência. Em relação aos demais processos que discutem os demais anos-calendários, a Companhia aguarda decisões nas esferas administrativa e judicial.</p> <p>Ainda com relação ao tema, foram lavrados autos de infração exigindo multa isolada devido à suposta ausência de pagamento mensal do IRPJ e CSLL, em razão da utilização de créditos de imposto de renda pago por controladas no exterior referente aos anos calendários de 2015 a 2019. Com relação ao auto de infração envolvendo o ano-calendário de 2019, aguarda-se julgamento em primeira instância administrativa. Para os casos envolvendo os anos-calendários de 2016 e 2018, foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia em primeira instância administrativa, em face da quais a Companhia apresentou recursos voluntários que aguardam julgamento pelo CARF. Em agosto de 2024, o CARF proferiu decisões sobre os casos referentes aos anos-calendário de 2015 e 2017. A primeira decisão foi desfavorável e a Companhia apresentou recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). Enquanto a segunda decisão proferida, referente ao processo do ano-calendário de 2017 foi favorável e poderá ser objeto de recurso pelas autoridades fiscais.</p>	15.932	14.302



	<p>O valor atualizado deste tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$15,9 bilhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$14,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, quanto aos créditos de imposto de renda pago no exterior, continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou anos-calendários subsequentes aos atuados (2018-2024). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.</p>		
3	<p>Ágio Inbev Holding</p> <p>Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu um primeiro auto de infração lavrado pela RFB referente, principalmente, à glosa de despesas de amortização do ágio, nos anos-calendários de 2005 a 2010, decorrente da incorporação da InBev Holding Brasil S.A. Na esfera administrativa, foram proferidas decisões parcialmente favoráveis. Em face dessas decisões, a Companhia ingressou com medidas judiciais para discussão da matéria em que ficou vencida em sede administrativa, as quais aguardam julgamento de primeira instância.</p> <p>Em junho de 2016, a Ambev recebeu um segundo auto de infração lavrado pela RFB relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio, nos anos-calendários de 2011 a 2013. Em abril de 2023, a Companhia obteve decisão parcialmente favorável definitiva na esfera administrativa. Para a parcela da discussão em que restou vencida, a Companhia ingressou com medida judicial, que aguarda julgamento de primeira instância.</p> <p>O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$6,8 bilhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$6,5 bilhões em 31 de dezembro de 2023) e, em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB. Na eventualidade de a Companhia ser requerida a pagar este montante, a Anheuser-Busch InBev N.V. reembolsará o valor proporcional (70%) ao seu benefício decorrente da amortização do ágio referido, bem como os respectivos custos, nos termos do "Reimbursement Agreement" celebrado em 21 de dezembro de 2011, entre Companhia de Bebidas das Américas – Ambev e Anheuser-Busch InBev N.V..</p>	6.836	6.505
4	<p>Lucros auferidos no exterior</p> <p>Desde 2005, a Companhia e algumas de suas subsidiárias têm recebido autuações por parte da RFB com relação à tributação de lucros auferidos por subsidiárias domiciliadas no exterior, sob diversos fundamentos. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia está questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em 2022 e 2023, o CARF proferiu decisões favoráveis e parcialmente favoráveis à Companhia referente aos anos calendários de 2012 e 2014. As decisões proferidas cancelaram parte das autuações reconhecendo como parcialmente corretos os cálculos realizados pela Companhia em relação ao lucro tributável no Brasil das empresas domiciliadas no exterior, bem como a impossibilidade de o Fisco brasileiro desconsiderar a amortização do ágio realizado por controlada no exterior. Parte dessas decisões representaram êxito definitivo no valor aproximado de R\$1 bilhão em 30 de setembro de 2024, que foi reduzido da contingência possível. Em agosto de 2024, a Ambev recebeu decisão parcialmente favorável proferida pela primeira instância administrativa, referente ao ano-calendário de 2018, a Companhia e a autoridade fiscal apresentaram recursos perante o CARF. Em novembro de 2024 a Ambev recebeu nova autuação referente ao ano-calendário de 2019 e apresentou defesa, a qual aguarda julgamento em primeira instância administrativa. Nos processos em trâmite na esfera judicial, a Companhia possui decisões favoráveis, sujeitas a reexame pela instância superior. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$5,7 bilhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$6,1 bilhões em 31 de dezembro de 2023). Este tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2020-2024). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com os períodos já atuados.</p>	5.667	6.075
5	<p>Lucro da Exploração</p> <p>Em janeiro de 2020, a Arosuco [subsidiária da Ambev] recebeu autuação da RFB, relativa aos anos-calendário de 2015 a 2018, glosando o benefício de redução do Imposto de Renda previsto na Medida Provisória nº 2199-14/2001, com base no Lucro da Exploração. Em outubro de 2020, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou Recurso Voluntário. Em fevereiro de 2024, o CARF proferiu decisão parcialmente favorável reconhecendo o direito da Arosuco de beneficiar-se da redução do Imposto de Renda. A parcela desfavorável da decisão está relacionada ao questionamento acerca da diferença na metodologia de cálculo do benefício em si e o valor da parcela desfavorável é de aproximadamente R\$ 26 milhões. As autoridades fiscais apresentaram recurso ao próprio CARF, o qual aguarda julgamento.</p> <p>O valor atuado atualizado deste tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$2,9 bilhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$2,6 bilhões em 31 de dezembro de 2023). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período.</p> <p>O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2019-2024), em que a Arosuco igualmente se beneficiou da redução do Imposto de Renda prevista na referida MP 2199-14/2001. Caso ocorram novos questionamentos no futuro sobre a mesma matéria, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Arosuco estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.</p>	2.861	2.618



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2024

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

ambev



6	<p>Ágio BAH</p> <p>Em outubro de 2013, a Ambev recebeu auto de infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendários de 2007 a 2012 referente à incorporação da Beverage Associates Holding Limited ("BAH") na Ambev.</p> <p>Em abril e agosto de 2018, a Ambev recebeu dois novos autos de infração relativos à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio nos anos-calendários 2013 e 2014.</p> <p>Na esfera administrativa, foram proferidas decisões parcialmente favoráveis à Companhia, com relação à multa qualificada e decadência para um dos períodos em discussão. Em face dessas decisões, a Companhia ingressou com medidas judiciais para discussão da matéria em que ficou vencida em sede administrativa, obtendo decisões de total procedência em primeira instância judicial. A Fazenda Nacional apresentou recursos de apelação, os quais aguardam julgamento em segunda instância judicial. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$1,5 bilhão em 31 de dezembro de 2024 (R\$1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2023). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.</p>	1.482	1.412
7	<p>Ágio CND Holdings</p> <p>Em novembro de 2017, a Companhia recebeu um auto de infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendários de 2012 a 2016 referente à incorporação da CND Holdings na Ambev. Na esfera administrativa foi proferida decisão parcialmente favorável pelo CARF, que foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e pela Fazenda Nacional e que aguardam julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF"), última instância administrativa. Em fevereiro de 2024, a Companhia apresentou pedido de desistência do recurso interposto, o qual foi aceito, prevalecendo o resultado do julgamento parcialmente favorável proferido pelo CARF, que representou uma redução da contingência possível. A Companhia ingressou com medida judicial para questionar a parcela desfavorável, a qual está pendente de julgamento em primeira instância.</p> <p>Em outubro de 2022, a Ambev recebeu um novo auto de infração relativo à glosa da amortização da parcela remanescente do referido ágio no ano-calendário de 2017. A Companhia recebeu decisão de parcial procedência em primeira instância administrativa, a qual foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e pela Fazenda Nacional ao CARF. Em agosto de 2024, o CARF proferiu decisão favorável à Companhia, cancelando integralmente a autuação. A decisão ainda não é definitiva, e a Companhia aguarda a notificação formal para avaliar os potenciais impactos e tomar as medidas adicionais necessárias.</p> <p>O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2024 (R\$1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2023). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.</p>	962	1.372
8	<p>Lucro Presumido</p> <p>Em abril de 2016, a Arosuco (subsidiária da Ambev) recebeu autuação relacionada à utilização de lucro presumido para o cálculo do IRPJ e da CSLL em detrimento do método de lucro real. Em setembro de 2017, a Arosuco foi intimada da decisão desfavorável em primeira instância administrativa e apresentou recurso voluntário. Em 2019, foi proferida decisão favorável definitiva pelo CARF, cancelando a autuação.</p> <p>Em março de 2019, a Arosuco recebeu novo auto de infração da mesma matéria e apresentou defesa. Em outubro de 2019, a primeira instância administrativa proferiu decisão desfavorável e a Arosuco interpôs recurso voluntário para o CARF. Em fevereiro de 2024, o CARF proferiu decisão favorável à Companhia cancelando integralmente a autuação. As autoridades fiscais apresentaram recurso à CSRF, o qual aguarda julgamento.</p> <p>A Arosuco estima que o valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, é de aproximadamente R\$557,7 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$633,4 milhões em 31 de dezembro de 2023). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão realizada no período. Com relação à presente discussão, todos os períodos impactados por referido tratamento fiscal incerto já foram objeto de autuações pela RFB.</p>	558	633
9	<p>Ágio MAG</p> <p>Em dezembro de 2022, a CRBS S.A. (subsidiária da Ambev) recebeu um auto de infração relacionado ao ágio amortizado nos anos-calendário de 2017 a 2020 referente à aquisição e incorporação da RTD Barbados na CRBS. Na esfera administrativa, a CRBS recebeu decisão de parcial procedência em primeira instância administrativa, a qual foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e autoridades fiscais, que aguardam julgamento pelo CARF. O valor atualizado do referido tratamento fiscal incerto com probabilidade de perda possível, conforme ICPC 22/IFRIC 23, já atuado, é de aproximadamente R\$301 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$278 milhões em 31 de dezembro de 2023). Em virtude de sua classificação de perda, não houve provisão no período.</p> <p>O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, continuou a ser aplicado pela CRBS e impactou anos-calendário subsequentes aos atuados (2021-2022). Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos do auto de infração referido, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já atuado.</p>	301	278



Tributos indiretos		Estimativa (em milhões de reais)	
#	Descrição dos principais processos	2024	2023
1	<p>ICMS-ST Gatilho</p> <p>A Companhia e suas subsidiárias, ao longo dos anos, receberam autos de infração para cobrança de supostas diferenças de ICMS que alguns estados entendem devidas, no regime de substituição tributária, nas hipóteses em que o preço de venda dos produtos atinge valores próximos ou superiores aos parâmetros estabelecidos nas pautas fiscais publicadas pelos Estados, casos em que as autoridades fiscais estaduais entendem que a base de cálculo deve ser baseada no preço da operação acrescido de uma margem de valor agregado e não no valor da pauta. Por reputar que tal cobrança é ilegítima, as empresas estão questionando essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria é de aproximadamente R\$12,0 bilhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$10,7 bilhões em 31 de dezembro de 2023).</p>	11.966	10.669
2	<p>Zona Franca de Manaus – IPI e PIS/COFINS</p> <p>Com relação ao IPI, algumas unidades da Ambev registram crédito presumido de IPI nas aquisições de insumos isentos fabricados na Zona Franca de Manaus ("ZFM"). Desde 2009, a Ambev tem recebido autos de infração glosando estes créditos, bem como despachos decisórios não homologando compensações efetuadas com base em créditos de IPI oriundo dessas operações.</p> <p>Em abril de 2019, o STF concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 592.891/SP, com efeitos vinculantes, autorizando os contribuintes a registrarem créditos presumidos de IPI sobre aquisições de matérias-primas e insumos isentos oriundos da Zona Franca de Manaus. Por conta disso, a Companhia reclassificou parte dos valores relacionados aos processos de IPI para perda remota, mantendo como perda possível apenas os valores relacionados a outras discussões adicionais que não foram objeto de análise pelo STF.</p> <p>Com relação ao PIS e à COFINS, em 2019 a Arosuco, [subsidiária da Ambev localizada na ZFM], recebeu auto de infração questionando a aplicação de alíquota zero nas vendas de determinados insumos para a Companhia. Em 2024 o CARF julgou referido auto de infração e, após aferido empate, a infração foi mantida por voto de qualidade. A Companhia aguarda intimação do acórdão para avaliar eventuais providências e impactos no valor da contingência. As empresas estão discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. A Companhia estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2024, é de aproximadamente R\$6,8 bilhões (R\$6,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023).</p>	6.817	6.307
3	<p>IPI Suspensão</p> <p>No decorrer dos anos de 2014 e 2015, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pela RFB para cobrança do IPI supostamente devido na remessa em suspensão de produtos acabados entre suas unidades. A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos e judiciais. Em âmbito judicial, a primeira decisão obtida em processo sobre este tema foi proferida em julho de 2022 e seu resultado foi desfavorável aos interesses da Companhia, motivo pelo qual foi apresentado recurso ao Tribunal Regional Federal ao qual foi dado provimento para anular a sentença anteriormente proferida. Atualmente o processo aguarda julgamento dos embargos de declaração opostos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Em janeiro de 2024, a Companhia foi intimada de decisão proferida pela Câmara Superior de Recursos Fiscais que julgou parcialmente favorável um dos processos administrativos, o que levou à redução de 98% do valor autuado, correspondente a aproximadamente R\$916 milhões. Em relação à parcela remanescente do débito, a Companhia ingressou com medida judicial buscando o seu integral cancelamento. O processo foi julgado de forma desfavorável em primeira instância e a Companhia apresentará recurso ao Tribunal Regional Federal. A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2024, é de aproximadamente R\$1,1 bilhão (R\$1,8 bilhão em 31 de dezembro de 2023).</p>	1.098	1.824
4	<p>PIS/COFINS sobre bonificações</p> <p>Desde 2015 a Ambev vem sendo atuada pela RFB para cobrança de valores supostamente devidos a título de PIS e Cofins sobre bonificações concedidas a seus clientes. Por reputar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia questionou essas autuações nos tribunais administrativos e judiciais. Em março de 2023, o CARF proferiu decisões favoráveis à Companhia nos dois últimos processos, que tramitavam na esfera administrativa, reconhecendo como correto o tratamento fiscal dado pela Companhia às bonificações concedidas. Em julho de 2024, a Companhia foi intimada de tais decisões que, por não terem sido contestadas pela PGFN, representaram êxitos definitivos no valor aproximado de R\$1,2 bilhão. No âmbito judicial, a Companhia aguarda julgamento de recurso pelo Tribunal Regional Federal, após recebimento de decisão desfavorável em primeira instância. A Ambev estima que o valor envolvido nos processos em 31 de dezembro de 2024, classificado como perda possível, seja de aproximadamente R\$558 milhões (R\$1,8 bilhão em 31 de dezembro de 2023).</p>	558	1.776
5	<p>ICMS – ZFM</p> <p>Em 2018 e 2021, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pelas Secretarias de Fazenda dos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo para cobrança de supostas diferenças de ICMS decorrentes da glosa de crédito oriundo de operações realizadas com fornecedores localizados na Zona Franca de Manaus. Com relação ao auto de infração lavrado pelo estado do Rio Grande do Sul, o desfecho foi desfavorável na esfera administrativa, sendo que a Companhia ingressou com medida com medida judicial para contestar o débito, a qual aguarda julgamento de primeira instância.</p> <p>Com relação às autuações lavradas pelo estado de São Paulo, todas tiveram decisões desfavoráveis em primeira instância, sendo que um dos processos já está em última instância administrativa, tendo em vista o recurso especial apresentado pela Companhia. Os demais casos aguardam o julgamento pelo TIT.</p> <p>A Companhia está discutindo a matéria nos tribunais administrativos dos estados. A Companhia estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2024, é de aproximadamente R\$882,5 milhões (R\$804,4 milhões em 31 de dezembro de 2023).</p>	883	804



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2024

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]



6	<p>ICMS – PRODEPE</p> <p>Em 2015, a Ambev recebeu Autos de Infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco para cobrança de diferenças de ICMS pelo suposto descumprimento das regras do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - "PRODEPE", por conta da retificação de suas obrigações acessórias. Em 2017, a Companhia obteve uma decisão final favorável reconhecendo a nulidade de um dos autos de infração, por conta de erros formais. Entretanto, em setembro de 2018, a Ambev recebeu um novo auto de infração para discutir a mesma matéria. Nesse novo caso, em junho de 2020 foi proferida decisão de primeira instância parcialmente favorável à Companhia, reconhecendo erros do auditor fiscal no cálculo do incentivo. Em 2023, após o julgamento do Recurso Voluntário da Companhia, a parcela favorável da decisão tornou-se definitiva. Para a parcela desfavorável, em março de 2024, a Companhia apresentou ação específica na esfera judicial, que aguarda julgamento. Além disso, existem outros autos de infração relacionados ao PRODEPE, sendo que alguns deles já estão sendo discutidos no âmbito judicial.</p> <p>A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, em 31 de dezembro de 2024, é de aproximadamente R\$915,6 milhões (R\$739,4 milhões em 31 de dezembro de 2023).</p>	916	739
7	<p>ICMS – FAIN</p> <p>Nos últimos anos, a Ambev recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado da Paraíba para cobrança de ICMS relacionada ao Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba – "FAIN". As atuações decorrem de controvérsia acerca da transferência do incentivo fiscal da sucedida Companhia de Bebidas das Américas à sua sucessora Ambev S.A., bem como de questões metodológicas acerca do cálculo do benefício. A Companhia está questionando essas atuações nos tribunais administrativos e judiciais. A Ambev estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2024, seja de aproximadamente R\$707,3 milhões (R\$647,4 milhões em 31 de dezembro de 2023).</p>	707	647
8	<p>ICMS - AM</p> <p>Em 2016 a Ambev [em função da reestruturação societária entre a Companhia e sua controlada integral Arosuco] recebeu autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Amazonas para cobrança de supostas diferenças de ICMS em virtude de questionamentos acerca da base de cálculo aplicada nas operações de venda pela Ambev às suas subsidiárias. Após decisões de primeira instância desfavoráveis, a Ambev recorreu administrativamente, mas os recursos foram rejeitados em 2024. Diante disso, a Ambev ajuizou as medidas judiciais cabíveis para contestar a cobrança. A Ambev estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2024, é de aproximadamente R\$643,1 milhões (R\$605,8 milhões em 31 de dezembro de 2023).</p>	643	606
9	<p>ICMS Guerra Fiscal</p> <p>Ao longo dos anos, a Companhia e suas subsidiárias receberam autos de infração lavrados pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outros, relacionados à legalidade da apropriação de créditos de ICMS em operações contempladas por incentivos fiscais concedidos por outros estados da Federação. A Companhia está questionando essas atuações nos tribunais administrativos e judiciais.</p> <p>Em agosto de 2020 o STF julgou, pela sistemática de repercussão geral, o RE 628.075, em que foi reconhecida a constitucionalidade da glosa unilateral, pelos estados de destino, dos créditos de ICMS oriundos de incentivos fiscais concedidos por outros estados da Federação. A decisão também reconheceu que eventual cobrança destes créditos deve preservar os efeitos da convalidação dos incentivos fiscais, conforme disposto na Lei Complementar nº 160/2017. Essa decisão não altera a probabilidade de perda dos casos em curso envolvendo a Companhia e suas subsidiárias.</p> <p>Com relação às atuações recebidas do estado de São Paulo em relação aos créditos originários do estado do Amazonas, houve decisões desfavoráveis na segunda instância administrativa no segundo trimestre de 2022. Nestes casos, a Companhia apresentou recursos perante a segunda instância administrativa no mesmo ano. Em dezembro de 2023, houve decisão favorável do STF (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, ADPF nº 1004) para reconhecer a inconstitucionalidade das decisões do fisco paulista que questionavam a validade dos créditos oriundos do estado do Amazonas. Assim, ainda que a Companhia não seja parte deste julgamento no STF, houve um impacto favorável nos casos em discussão, acarretando reavaliação da probabilidade de êxito dos casos sobre este tema de possível para remoto, reduzindo a contingência reportada em aproximadamente R\$1 bilhão neste mesmo período.</p> <p>Além disso, existem outros autos de infração relacionados à Guerra Fiscal, sendo que alguns deles já estão sendo discutidos no âmbito judicial e outros seguem sendo discutidos em âmbito administrativo, cujas decisões favoráveis obtidas durante o ano de 2024 representaram uma redução no valor total da contingência possível reportada.</p> <p>A Ambev estima que o valor atualizado envolvido nos processos, em 31 de dezembro de 2024, ainda classificados como perda possível, é de aproximadamente R\$499,5 milhões (R\$530 milhões em 31 de dezembro de 2023).</p>	500	530
10	<p>ICMS – MIP</p> <p>A companhia e suas subsidiárias, ao longo dos anos, têm recebido atuações dos Fiscos Estaduais glosando créditos de ICMS, bem como exigindo o recolhimento do diferencial de alíquotas (DIFAL) na aquisição de materiais intermediários de produção. No entendimento do Fisco, tais materiais não estariam fisicamente relacionados à atividade produtiva da unidade atuada e, portanto, deveriam ser considerados bens de uso e consumo, os quais não dão direito a crédito do imposto. Por reputarem estas alegações ilegítimas, as empresas estão questionando estas atuações nos tribunais administrativos e judiciais.</p> <p>Ao longo dos anos o Grupo constituiu provisões em processos sobre esta matéria no valor, atualizado em 31 de dezembro de 2024, de aproximadamente de R\$108 milhões (R\$116 milhões em dezembro de 2023). Tais provisões estão divulgadas nesta nota explicativa, no item 17.1 - <i>Provisões</i>.</p> <p>A Companhia estima que o valor total atualizado de risco possível envolvido nos processos desta matéria, é de aproximadamente R\$595,2 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$447,5 milhões em 31 de dezembro de 2023).</p>	595	448



11	<p>PIS/COFINS – Outros créditos</p> <p>Em 2022 a Ambev recebeu auto de infração e despachos decisórios relacionados à apropriação de crédito de PIS/COFINS. As autoridades fiscais sustentam, principalmente, que (i) alguns créditos apropriados pela Companhia não teriam relação com o processo produtivo e que (ii) não teria sido comprovado adequadamente o direito à utilização dos referidos créditos. Em relação ao auto de infração, após julgamento parcialmente favorável em primeira instância administrativa, a Ambev interpôs recurso voluntário ao CARF, o qual, em setembro de 2024, teve o julgamento convertido em diligência. Em relação aos despachos decisórios, ainda aguardam julgamento da primeira instância administrativa. A Ambev estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2024, é de aproximadamente R\$ 559,7 milhões (R\$521 milhões em 31 de dezembro de 2023).</p>	560	521
----	--	-----	-----

		Estimativa (em milhões de reais)	
#	Descrição dos principais processos	2024	2023
1	<p>Ação coletiva referente à Labatt em Quebec</p> <p>A Labatt e outras empresas terceiras foram nomeadas rés em uma ação coletiva interposta no Tribunal Superior de Quebec, Canadá, buscando ressarcimento por danos compensatórios não quantificados. Os autores alegam que as rés deixaram de alertar sobre determinados riscos à saúde decorrentes do consumo de bebidas alcoólicas produzidas pelas rés. Uma outra classe de autores alega, ainda, que suas doenças foram causadas pelo consumo de produtos das rés. O prosseguimento da ação coletiva ainda não foi admitido pelo referido Tribunal.</p>	-	-
2	<p>Multa regulamentar - Escrituração Fiscal Contábil</p> <p>Desde 2021, a Ambev vem recebendo autos de infração para cobrança de multa por apresentação da Escrituração Contábil Fiscal ("ECF") com informações supostamente inexatas, incorretas ou omitidas. A Companhia possui três autuações sobre o tema, envolvendo os anos calendários de 2016, 2018 e 2019. Para o ano-calendário de 2016, após decisão parcialmente favorável em primeira instância administrativa, a Ambev interpôs recurso ao CARF, o qual foi julgado favoravelmente à Companhia. As autoridades fiscais apresentaram recurso à CSRF, que aguarda julgamento. Com relação ao ano-calendário de 2018, após decisão parcialmente favorável em primeira instância administrativa, a Ambev apresentou recurso ao CARF, o qual aguarda julgamento. Em novembro de 2024, a Ambev recebeu auto de infração referente ao calendário de 2019 e apresentou defesa, que aguarda julgamento em primeira instância administrativa. A Ambev estima que o valor atualizado classificado como perda possível envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2024, é de aproximadamente R\$699,6 milhões em 31 de dezembro de 2024 (R\$438,1 milhões em 31 de dezembro de 2023).</p>	700	438

17.2.2 Contingências ativas

A Companhia também é parte em outros processos tributários em que figura no polo ativo e discute a possibilidade de recuperar ou deixar de recolher tributos que, no entendimento da Administração, não possuem respaldo constitucional e/ou legal para sua exigência. Conforme divulgado em sua política contábil, a Companhia não reconhece contabilmente ativos contingentes. Se a entrada de benefícios econômicos se torna provável, conforme avaliação de prognóstico conduzida por assessores jurídicos externos em conjunto com a avaliação interna da Administração, a Companhia divulga o ativo contingente. No momento em que a entrada de benefícios econômicos se torna praticamente certa, quando há, por exemplo, o trânsito em julgado da ação e o ganho pode ser estimado com segurança, o ativo não é mais contingente e a Companhia o reconhece nas demonstrações contábeis do exercício em que houve a mudança de estimativa.

As contingências ativas mais relevantes estão sumarizadas nos quadros abaixo.

#	Descrição dos principais processos
1	<p>Arbitragem Cerbuco Brewing Inc</p> <p>A Cerbuco Brewing Inc., ("Cerbuco"), subsidiária canadense da Ambev, detém 50% do capital social da Cerveceria Bucanero S.A. ("Bucanero"), uma <i>joint venture</i> em Cuba. Em 2021, a Cerbuco instaurou um processo arbitral na Câmara de Comércio Internacional ("ICC"), relativo a um potencial descumprimento de determinadas obrigações relativas à tal <i>joint venture</i>. Em 24 de outubro de 2024, a ICC deu conhecimento às partes acerca da sentença arbitral que foi parcialmente favorável à Cerbuco. A decisão é final e a segunda fase da arbitragem para quantificação dos danos está em andamento, sendo que a observância a ela pode desencadear ações relacionadas a outros aspectos relevantes, incluindo a reavaliação da aplicação do IFRS 10/ CPC 36 (R3) - <i>Demonstrações Consolidadas</i>.</p>
2	<p>Subvenção para Investimento</p> <p>Com o advento da Lei 14.789/23, passaram a ser tributadas para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS, as subvenções governamentais relativas aos impostos sobre vendas a partir do exercício iniciado em 2024. A esse respeito, foram ajuizadas ações judiciais questionando os aspectos legais da referida legislação. Durante o ano de 2024, algumas empresas do grupo obtiveram decisões judiciais favoráveis que as desobrigam do recolhimento de IRPJ/CSLL e de PIS/COFINS sobre os montantes apurados a título de subvenção governamental para investimento referentes aos benefícios fiscais denominados créditos presumidos de ICMS. Em março e agosto de 2024, respectivamente, a Ambev e a Arosuco obtiveram decisões que as desobrigam, a partir dos períodos de apuração subsequentes, do recolhimento de PIS/COFINS. Em agosto e outubro de 2024, respectivamente, a Arosuco e a CRBS obtiveram decisões que as desobrigam, a partir dos períodos de apuração subsequentes, do recolhimento de IRPJ/CSLL.</p>



Atualmente todas as discussões judiciais relacionadas a esta temática continuam em andamento, inclusive as ações para CRBS, no tocante ao PIS/COFINS, e para a Ambev, no tocante ao IRPJ/CSLL.

Política contábil

Provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados; (ii) é provável que haja um desembolso futuro para liquidar uma obrigação presente; e (iii) o valor pode ser estimado com razoável segurança.

As provisões, exceto as mencionadas no tópico de disputas e litígios, são mensuradas descontando-se os fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais de mercado sobre o valor do dinheiro no tempo, e quando apropriado, os riscos específicos da obrigação.

A mensuração da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

a) Disputas e litígios

A provisão para disputas e litígios é reconhecida quando é mais provável do que improvável que a Companhia será obrigada a fazer pagamentos futuros, como resultado de eventos passados. Tais pagamentos incluem, mas não estão limitados a várias reivindicações, processos e ações iniciados tanto por terceiros quanto pela Companhia, relativos às leis antitrustes, violação dos acordos de distribuição e licenciamentos, questões ambientais, disputas trabalhistas, reclamações de autoridades fiscais e outros assuntos contenciosos.

b) Passivos contingentes

A Companhia e suas subsidiárias têm ações de natureza tributária, cível e trabalhista definidas como passivos contingentes, nos termos do CPC 25/IAS 37 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*, para as quais não há provisão constituída, em virtude da avaliação de prognóstico realizada pela Administração. Os passivos contingentes não são reconhecidos, mas são divulgados nesta nota explicativa.

c) Ativos contingentes

Os ativos contingentes são avaliados periodicamente para garantir que os estágios dos processos sejam apropriadamente refletidos nas demonstrações contábeis. Os ativos contingentes não são reconhecidos. Se a entrada de benefícios econômicos se tornar provável, a Companhia divulga o ativo contingente. Quando a Administração da Companhia entende que é praticamente certo que ocorrerá uma entrada de benefícios econômicos, neste caso, o ativo e o correspondente ganho são reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer a mudança de estimativa.

d) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia possui um plano detalhado e aprovado de reestruturação e quando a reestruturação já foi iniciada ou anunciada. Gastos relacionados às atividades normais e à conduta futura da Companhia não são provisionados, mas reconhecidos quando incorrida uma despesa. A provisão inclui os compromissos relacionados aos benefícios que serão pagos pela Companhia aos funcionários desligados na reestruturação.



18 BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A Companhia patrocina benefícios pós-emprego, como aposentadoria, assistência médica, odontológica, dentre outros, para funcionários do Brasil e das subsidiárias localizadas na República Dominicana, Barbados, Panamá, Uruguai, Bolívia, Argentina e Canadá com base no salário dos funcionários e no tempo de serviço destes. As entidades são regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, como também pela relação da Companhia com os fundos de pensão e a composição deles. Os benefícios pós-emprego de aposentadoria são administrados através de fundos de pensão, e são classificados como planos de contribuição definida ou de benefício definido. Os planos de pensão de benefício definido e os outros benefícios pós-emprego não são concedidos para novas aposentadorias.

18.1 Planos de contribuição definida

Esses planos são custeados pelos participantes e pela patrocinadora, e são administrados por fundos de pensão. Durante o exercício de 2024, a Companhia contribuiu com R\$99.197 (R\$91.286 durante o exercício de 2023) para esses fundos, sendo esse montante considerado como despesa. No âmbito deste plano, pode haver a concessão de direitos adicionais aos beneficiários, como aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio funeral, entre outros.

18.2 Planos de benefício definido

O passivo líquido de planos de benefício definido, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está composto da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Valor presente das obrigações custeadas	(1.393.707)	(1.675.995)	(5.630.161)	(5.365.507)
Valor justo dos ativos do plano	1.762.608	1.860.385	4.943.458	4.604.631
Valor presente de obrigações custeadas líquidas	368.901	184.390	(686.703)	(760.876)
Valor presente das obrigações não custeadas	(194.903)	(256.245)	(961.052)	(917.168)
Valor presente das obrigações líquidas	173.998	(71.855)	(1.647.755)	(1.678.044)
Teto de ativo ("asset ceiling")	(367.613)	(182.637)	(367.614)	(182.638)
Passivos	(193.615)	(254.492)	(2.015.369)	(1.860.682)
Outros benefícios a funcionários de longo prazo	(118.008)	(70.481)	(150.880)	(93.855)
Total dos benefícios a funcionários	(311.623)	(324.973)	(2.166.249)	(1.954.537)
Valor dos benefícios a funcionários registrados no balanço patrimonial				
Passivos	(312.910)	(326.726)	(2.236.732)	(2.011.798)
Ativos	1.287	1.753	70.483	57.261
Passivos líquidos	(311.623)	(324.973)	(2.166.249)	(1.954.537)



A movimentação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos dos planos de pensão de benefício definido estão demonstradas como segue:

	Controladora							
	Valor presente das obrigações		Valor justo dos ativos do plano		Teto de ativo ("asset ceiling")		Total passivos	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(1.932.240)	(1.916.956)	1.860.385	1.843.010	(182.637)	(163.299)	(254.492)	(237.245)
Reconhecidos no resultado								
Custo de serviços	(6.045)	(6.154)	-	-	-	-	(6.045)	(6.154)
Custo de juros	(170.093)	(182.604)	-	-	(16.784)	(16.281)	(186.877)	(198.885)
Receita de juros	-	-	164.720	176.619	-	-	164.720	176.619
Subtotal	(176.138)	(188.758)	164.720	176.619	(16.784)	(16.281)	(28.202)	(28.420)
Incluído no resultado abrangente do período								
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas demográficas	-	11.535	-	-	-	-	-	11.535
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	265.371	(107.044)	-	-	(168.192)	(3.057)	97.179	(110.101)
Ajustes de experiência	85.953	102.893	-	-	-	-	85.953	102.893
Retorno esperado excluindo receita de juros	-	-	(116.023)	(14.576)	-	-	(116.023)	(14.576)
Subtotal	351.324	7.384	(116.023)	(14.576)	(168.192)	(3.057)	67.109	(10.249)
Outros								
Contribuições da Ambev	-	-	21.963	21.422	-	-	21.963	21.422
Benefícios pagos excluindo custos de administração	168.444	166.090	(168.437)	(166.090)	-	-	7	-
Subtotal	168.444	166.090	(168.474)	(144.668)	-	-	21.970	21.422
Total	(1.588.610)	(1.932.240)	1.762.608	1.860.385	(367.613)	(182.637)	(193.615)	(254.492)



	Consolidado							
	Valor presente das obrigações		Valor justo dos ativos do plano		Teto de ativo ("asset ceiling")		Total passivos	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Obrigação com benefícios definidos em 1º de janeiro	(6.282.675)	(6.397.499)	4.604.631	4.543.332	(182.638)	(163.299)	(1.860.682)	(2.017.466)
Reconhecidos no resultado								
Custo de serviços	(43.285)	(24.147)	-	-	-	-	(43.285)	(24.147)
Custo de juros	(382.083)	(413.222)	-	-	(16.784)	(16.282)	(398.867)	(429.504)
Receita de juros	-	-	281.302	318.050	-	-	281.302	318.050
Custos de administração	-	-	(8.336)	(5.186)	-	-	(8.336)	(5.186)
Acordos, liquidações e outros	-	-	3.511	(4.813)	-	-	3.511	(4.813)
Subtotal	(425.368)	(437.369)	276.477	308.051	(16.784)	(16.282)	(165.675)	(145.600)
Incluído no resultado abrangente do período								
Ganhos e (perdas) em liquidações ou reduções dos benefícios	3.709	2.450	-	-	-	-	3.709	2.450
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas demográficas	-	11.535	-	-	-	-	-	11.535
Ganhos e (perdas) atuariais - premissas financeiras	253.097	(296.951)	-	-	(168.192)	(3.057)	84.905	(300.008)
Ajustes de experiência	85.676	91.156	-	-	-	-	85.676	91.156
Efeito de variação cambial	(750.671)	216.654	450.896	(101.952)	-	-	(299.775)	114.702
Retorno esperado excluindo receita de juros	-	-	(103.582)	101.662	-	-	(103.582)	101.662
Subtotal	(408.189)	24.844	347.314	(290)	(168.192)	(3.057)	(229.067)	21.497
Outros								
Contribuições dos participantes do plano	(4.790)	(4.227)	4.592	4.591	-	-	(198)	364
Reclassificações	263	-	-	-	-	-	263	-
Contribuições da Ambev	-	-	240.253	280.522	-	-	240.253	280.522
Benefícios pagos excluindo custos de administração	529.546	531.576	(529.809)	(531.575)	-	-	(263)	1
Subtotal	525.019	527.349	(284.964)	(246.462)	-	-	240.055	280.887
Total	(6.591.213)	(6.282.675)	4.943.458	4.604.631	(367.614)	(182.638)	(2.015.369)	(1.860.682)



A receita/(despesa) com benefícios a funcionários foi incluída nos seguintes itens do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo de vendas	-	-	(32.111)	(15.139)
Despesas comerciais	-	-	(11.759)	(7.327)
Receitas/(despesas) administrativas	(6.045)	(6.154)	(9.179)	(8.866)
Despesas financeiras	(22.157)	(22.266)	(112.626)	(114.268)
	(28.202)	(28.420)	(165.675)	(145.600)

18.3 Ativos do plano

O retorno real dos ativos em 31 de dezembro de 2024 foi um ganho de R\$48.697 na Controladora e R\$177.720 no Consolidado (ganho de R\$162.043 na Controladora e R\$419.712 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um montante de R\$1.287 na Controladora e R\$70.483 no Consolidado (R\$1.753 na Controladora e R\$57.261 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023), referente ao limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros.

As mudanças no limite sobre o reconhecimento de ativo que não exceda o valor presente dos benefícios futuros estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Posição dos ativos do plano em 1º de janeiro	1.753	2.050	57.261	56.582
Receita/(despesa) de juros	132	171	4.245	4.917
Alterações excluindo os montantes incluídos na receita/(despesa) de juros	(598)	(468)	(6.279)	(95)
Efeito de variação cambial	-	-	15.256	(4.143)
Posição dos ativos do plano em 31 de dezembro	1.287	1.753	70.483	57.261

A composição dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está demonstrada a seguir:

	Controladora						Consolidado					
	2024			2023			2024			2023		
	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total	Cotado	Não-cotado	Total
Títulos públicos	33%	-	33%	33%	-	33%	43%	-	43%	43%	-	43%
Títulos corporativos	-	-	-	-	-	-	10%	-	10%	10%	-	10%
Instrumentos patrimoniais	-	-	-	-	-	-	15%	-	15%	15%	-	15%
Caixa	-	-	-	-	-	-	6%	-	6%	6%	-	6%
Outros	67%	-	67%	67%	-	67%	26%	-	26%	26%	-	26%

A taxa de retorno global esperada é calculada pela ponderação das taxas individuais de acordo com sua participação prevista no total da carteira de investimentos.

A Ambev espera contribuir com aproximadamente R\$27.042 na Controladora e R\$264.315 no Consolidado para os seus planos de benefício definido em 2025.



18.4 Premissas

As premissas atuariais utilizadas no cálculo das obrigações estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024 ⁽¹⁾	2023 ⁽¹⁾
Taxa de desconto	11,0%	9,2%	4,6% a 11,6%	4,6% a 11,7%
Inflação	3,5%	3,5%	2,0% a 5,0%	2,0% a 3,5%
Aumentos de salários futuros	4,1%	4,1%	1,0% a 8,7%	1,0% a 7,1%
Aumentos de pensão futuros	3,5%	3,5%	2,7% a 4,0%	2,7% a 3,8%
Tendência de custo com plano de saúde	7,1% ao ano com redução 7,1%	7,1% ao ano com redução 7,1%	6,3% a 7,1% ao ano com redução 7,1%	6,4% a 7,1% ao ano com redução 7,1%
Tendência de custo com plano odontológico	3,5%	3,5%	3,5%	3,5%
Expectativa de vida para homens acima de 65 anos	85	85	84 a 87	84 a 87
Expectativa de vida para mulheres acima de 65 anos	88	88	86 a 89	86 a 89

(1) Compreende as premissas dos países do Brasil, América Central e Caribe, América Latina - sul e Canadá.

18.5 Riscos

Através de seus planos de pensão de benefício definido e planos médicos pós-emprego, a Companhia está exposta a uma série de riscos, os mais significativos estão detalhados a seguir:

Riscos	Descritivo
Volatilidade do ativo	Os passivos dos planos são calculados utilizando uma taxa de desconto definida com referência aos títulos privados de alta qualidade, se os ativos do plano tiverem um desempenho menor que os rendimentos corporativos, a obrigação de benefício definido líquido da Companhia pode aumentar. Alguns planos custeados pela Companhia mantêm uma proporção de ações, que, conforme projeções da Companhia, superarão a rentabilidade de títulos privados a longo prazo, apesar de proporcionar volatilidade e risco no curto prazo. Os planos geralmente buscam reduzir o nível de risco dos investimentos, investindo mais em ativos que melhor correspondem aos passivos.
Mudanças nos rendimentos de títulos	Uma diminuição nos rendimentos de títulos privados aumentará os passivos do plano, o que seria parcialmente compensado por um aumento no valor das participações dos títulos dos planos.
Inflação	Algumas das obrigações de pensões da Companhia estão ligadas à inflação, e inflação mais alta levará a passivos superiores. A maioria dos ativos do plano não é afetada ou está vagamente correlacionada com a inflação, o que significa que um aumento da inflação poderia aumentar a obrigação de benefício líquida da Companhia.
Expectativa de vida	A maioria das obrigações dos planos proporciona benefícios durante a vida do participante, de modo que o aumento na expectativa de vida resultará em um aumento nos passivos dos planos.
Estratégia de investimento	No caso dos planos custeados, a Companhia garante que as posições de investimento são geridas dentro de um quadro de correspondências entre ativos e passivos, que foi desenvolvido para atingir investimentos de longo prazo que estão em consonância com as obrigações decorrentes dos regimes de pensões. Dentro deste quadro de correspondências entre ativos e passivos, o objetivo da Companhia é combinar ativos às obrigações de pensão através de investimentos em títulos de rendimento fixo de longo prazo com vencimentos que coincidem com os pagamentos de benefícios na data de vencimento e na moeda apropriada.



18.6 Sensibilidade

As sensibilidades das obrigações de benefício definido em relação às principais premissas ponderadas estão demonstradas abaixo:

Em milhares de reais	Alteração na premissa	Controladora			
		2024		2023	
		Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(56.777)	48.632	(73.548)	62.912
Taxa de desconto	50 pontos base	64.080	(67.164)	83.894	(90.524)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(8.495)	6.841	(10.378)	8.195
Longevidade	Um ano	(52.526)	51.958	(66.782)	65.898

Em milhares de reais	Alteração na premissa	Consolidado			
		2024		2023	
		Aumento na premissa	Redução na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Custos com planos de saúde	100 pontos base	(80.078)	69.413	(95.192)	82.214
Taxa de desconto	50 pontos base	315.101	(236.660)	284.842	(302.438)
Aumento de salário futuro	50 pontos base	(4.634)	25.881	(17.329)	14.659
Longevidade	Um ano	(150.238)	241.409	(201.029)	196.138

Os dados apresentados acima representam flutuações puramente hipotéticas nas premissas individuais, mantendo todas as demais premissas constantes: as condições econômicas e suas mudanças sempre afetam, ao mesmo tempo, as demais premissas e seus efeitos não são lineares.

18.7 Fundação Zerrenner

A Fundação Zerrenner é uma entidade legalmente distinta que tem por principal finalidade proporcionar aos funcionários e administradores atuais e alguns aposentados da Ambev no Brasil assistência médico-hospitalar e odontológica, auxiliar em cursos profissionalizantes e superiores, manter estabelecimentos para auxílio e assistência a idosos, entre outros, por meio de ações diretas ou mediante convênios de auxílios financeiros com outras entidades.

Na Fundação Zerrenner o valor presente das obrigações custeadas totaliza R\$555.053 em 31 de dezembro de 2024 (R\$633.265 em 31 de dezembro de 2023), em dois planos de assistência médica para os quais os benefícios são providos diretamente pela Fundação.

Política contábil

Benefícios pós-emprego

Benefícios pós-emprego incluem benefícios de aposentadoria administrados, no Brasil, pelo Instituto Ambev de Previdência Privada ("IAPP"), e de assistência médica e odontológica administrados pela Fundação Zerrenner. Os planos de pensão normalmente são mantidos por pagamentos feitos tanto pela Companhia quanto pelos participantes, considerando as recomendações dos atuários independentes. Os planos de assistência médica e odontológica são mantidos pelos rendimentos dos ativos da Fundação Zerrenner, podendo a Companhia contribuir com parte de seu lucro para a Fundação Zerrenner em caso de necessidade. A Companhia possui planos de aposentadoria superavitários e deficitários.

a) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais ou



construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado nos períodos corrente e anteriores. As contribuições desses planos são reconhecidas como despesa no período em que são incorridas.

b) Planos de benefício definido

Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

Para os planos de benefício definido, as despesas são avaliadas para cada plano individualmente, utilizando o método de crédito unitário projetado. O crédito unitário projetado considera cada período de serviço como sendo uma unidade de benefício adicional para mensurar cada unidade separadamente. Baseado nesse método, o custo de prover a aposentadoria é reconhecido no resultado do exercício durante o período de serviço dos funcionários, e compreendem o custo do serviço corrente, juros, custo do serviço passado e o efeito de quaisquer acordos e liquidações. As obrigações do plano reconhecidas no balanço patrimonial são mensuradas com base no valor presente dos desembolsos futuros utilizando uma taxa de desconto equivalente às taxas de títulos do governo com vencimento semelhante ao da obrigação, menos o valor justo dos ativos do plano.

Custos de serviço passado resultam da introdução de um novo plano ou mudança de um plano existente. Eles são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício, na data do que ocorrer primeiro: (i) acordos/liquidações, ou (ii) quando a empresa reconhece custos relacionados à reestruturação ou à terminação, a menos que as mudanças estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico [o período no qual o direito é adquirido]. Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

As premissas atuariais são estabelecidas para antecipar eventos futuros e são utilizadas no cálculo das pensões e outras despesas com benefícios a empregados de longo prazo. Esses fatores incluem premissas com relação às taxas de juros, custo com plano de saúde, taxa de desconto, aumentos de salários e pensão futuros além de expectativa de vida. Tais estimativas são revisadas anualmente por atuários independentes.

Ganhos e perdas atuariais compreendem os efeitos das diferenças entre premissas atuariais prévias e o que de fato ocorreu, e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado abrangente.

Remensurações, compostas de ganhos e perdas atuariais, do efeito do limite de ativos (*asset ceiling*) e o retorno sobre os ativos do plano, ambos excluindo juros líquidos, são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente, em sua totalidade, no período em que ocorrem. Remensurações não são reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes.

Quando o montante calculado de um plano de benefício definido é negativo (um ativo), a Companhia reconhece tais ativos (despesas antecipadas) na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

c) Outras obrigações pós-emprego

A Companhia e algumas de suas subsidiárias patrocinam benefícios de assistência médica, reembolso de gastos com medicamentos e outros benefícios para alguns funcionários aposentados. Os custos esperados desses benefícios são reconhecidos durante o período



de emprego utilizando-se uma metodologia similar à do plano de benefício definido, inclusive os ganhos e perdas atuariais.

d) Benefícios de rescisão

Benefícios de rescisão são reconhecidos como despesa na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia está comprometida com um plano formal detalhado de terminar o vínculo empregatício antes da data normal de aposentadoria, sem possibilidade real de retirá-lo; e (ii) quando a Companhia reconhecer custos de reestruturação.

e) Bônus

Bônus concedidos a funcionários e administradores são baseados no atingimento de metas individuais e coletivas, pré-definidas. O valor estimado do bônus é reconhecido como despesa ao longo do exercício em que o empregado tiver prestado serviços, conforme estimativas de desembolsos futuros, na medida que os requisitos de atingimento sejam alcançados e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social autorizado, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$58.226.036 [R\$58.177.929 em 31 de dezembro de 2023], era composto de 15.757.657 ações ordinárias [15.753.833 em 31 de dezembro de 2023], escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionistas	2024		2023	
	Milhares de ações ordinárias	%	Milhares de ações ordinárias	%
Interbrew International B.V.	8.441.666	53,57%	8.441.666	53,58%
Ambrew S.A.R.L.	1.287.700	8,17%	1.287.671	8,17%
Fundação Zerenner	1.609.987	10,22%	1.609.987	10,22%
Mercado	4.388.497	27,85%	4.410.125	28,00%
Tesouraria	29.807	0,19%	4.384	0,03%
	15.757.657	100,00%	15.753.833	100,00%

	2024		2023	
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais
No início do exercício	15.753.833	58.177.929	15.750.217	58.130.517
Aumento de capital ⁽ⁱ⁾	3.824	48.107	3.616	47.412
No final do exercício	15.757.657	58.226.036	15.753.833	58.177.929

(i) Aumento de capital realizado por meio da emissão de ações, em conexão com programas de pagamento baseado em ações.



19.2 Reservas de capital

	Reservas de capital				Total
	Ações em tesouraria	Prêmio na emissão de ações	Outras reservas de capital	Pagamentos baseados em ações	
Saldo em 01 de janeiro de 2023	(1.073.506)	53.662.811	700.898	2.049.491	55.339.694
Aumento de capital para outorga de ações	-	-	-	(32.869)	(32.869)
Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	61.557	-	-	111.182	172.739
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.011.949)	53.662.811	700.898	2.127.804	55.479.564
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	1.958	1.958
Compra de ações, resultado de ações em tesouraria e pagamentos baseados em ações	(320.794)	-	-	175.682	(145.112)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(1.332.743)	53.662.811	700.898	2.305.444	55.336.410

19.2.1 Compra de ações e resultado de ações em tesouraria

As ações em tesouraria abrangem as ações de emissão própria readquiridas pela Companhia e o resultado de ações em tesouraria, que se refere aos ganhos e perdas relacionados à realização das transações de pagamentos baseados em ações e outros. Segue abaixo a movimentação das ações em tesouraria:

	Compra/(Alienação)		Resultado sobre ações em tesouraria	Total ações em tesouraria
	Milhares de ações ordinárias	Milhares de reais	Milhares de reais	Milhares de reais
Saldo em 01 de janeiro de 2023	8.482	(131.877)	(941.629)	(1.073.506)
Alterações no exercício	(4.098)	68.782	(7.225)	61.557
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.384	(63.095)	(948.854)	(1.011.949)
Alterações no exercício	25.423	(302.531)	(18.263)	(320.794)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	29.807	(365.626)	(967.117)	(1.332.743)

19.2.2 Prêmio na emissão de ações

O prêmio na emissão de ações refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou recompra de ações.

19.2.3 Pagamentos baseados em ações

Diversos programas de pagamento baseado em ações permitem que os executivos do Grupo adquiram ações da Companhia. A reserva de pagamentos baseados em ações foi impactada pela despesa de R\$279.357 na Controladora e R\$392.542 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 [R\$264.767 na Controladora e R\$331.618 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023] [nota 28 - Pagamento baseado em ações].



19.3 Reservas de lucros

	Reservas de lucros			
	Reserva de investimentos	Reserva legal	Incentivos fiscais	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2023	22.055.901	4.456	14.846.543	36.906.900
Reserva de incentivos fiscais	-	-	2.552.743	2.552.743
Reserva de investimentos	3.730.197	-	-	3.730.197
Saldo em 31 de dezembro de 2023	25.786.098	4.456	17.399.286	43.189.840
Reserva de incentivos fiscais	-	-	108.125	108.125
Reserva de investimentos	10.339.054	-	-	10.339.054
Saldo em 31 de dezembro de 2024	36.125.152	4.456	17.507.411	53.637.019

19.3.1 Reserva de investimentos

Do lucro líquido do exercício, obtido após as deduções aplicáveis, destina-se a importância não superior a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição da reserva de investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades do Grupo, conforme definido no Estatuto Social da Companhia.

19.3.2 Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício quando o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social.

19.3.3 Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais reconhecidos pela Companhia em seu patrimônio líquido, na conta de reserva de lucros em geral estão relacionados a programas de desenvolvimento industrial que objetivam promover o incremento da geração de emprego, a descentralização regional, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados. Nesses estados, os prazos de carência e fruição são previstos nos respectivos atos normativos e nos atos concessivos, a depender de sua natureza, e, quando existentes, as condições atreladas referem-se a fatos sob controle da Companhia. O tratamento tributário dispensado aos incentivos estaduais obedece às previsões contidas nas legislações federais, estaduais e municipais vigentes, em especial na Lei Complementar Federal nº 160/2017 e no Convênio CONFAZ nº 190/2017. Os incentivos fiscais estaduais que possuem natureza de crédito presumido de ICMS eram reconhecidos como subvenções governamentais para investimento, para fins da constituição da reserva de incentivos fiscais, até a revogação do artigo 30 da Lei Federal nº 12.973/14 pela Lei Federal nº 14.789/23. Os demais incentivos fiscais continuam a ser reconhecidos como subvenções governamentais para investimento, para fins da constituição da reserva de incentivos fiscais.

19.3.4 Juros sobre o capital próprio/dividendos

Segundo a legislação brasileira, as empresas possuem a opção de distribuir JCP, calculados com base na taxa de juros de longo prazo ("TJLP"), que são dedutíveis para fins de imposto de renda, nos termos da legislação aplicável e, quando distribuídos, podem ser considerados parte dos dividendos mínimos obrigatórios.

Conforme determina o Estatuto Social, a Companhia deve distribuir aos seus acionistas, a título de dividendo mínimo obrigatório relativo a cada exercício fiscal findo em 31 de dezembro, uma quantia não inferior a 40% do seu lucro apurado conforme as práticas



contábeis adotadas no Brasil, ajustado na forma da legislação aplicável, salvo em caso de incompatibilidade com sua situação financeira. O dividendo mínimo obrigatório inclui os montantes pagos a título de JCP.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2024:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	11/12/2024	Dividendos	07/01/2025	2024	ON	0,4228	6.653.203
RCA	11/12/2024	Juros sobre o capital próprio	30/12/2024	2024	ON	0,2448	3.852.185
							10.505.388

Distribuição de JCP e dividendos: em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 11 de dezembro de 2024, foi aprovada a distribuição de JCP à razão de R\$0,2448 por ação da Companhia, além de dividendos à razão de R\$ 0,4228 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis, no balanço extraordinário de 30 de novembro de 2024, os quais são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício.

A distribuição de JCP é tributada na forma da legislação em vigor, o que resultou em distribuição líquida de R\$0,2081 por ação da Companhia, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que são imunes ou isentos por força do artigo 5º da Lei nº 11.053/04, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.196/05.

O pagamento do JCP foi efetuado em 30 de dezembro de 2024, com base na posição acionária de 19 de dezembro de 2024 no que se refere à B3 e 23 de dezembro de 2024 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária.

O pagamento dos dividendos foi efetuado em 07 de janeiro de 2025.

Eventos ocorridos durante o exercício de 2023:

Evento	Aprovação	Provento	Início pagamento	Exercício	Espécie e Classe de ação	Valor do provento por ação	Valor total do provento
RCA	12/12/2023	Juros sobre o capital próprio	28/12/2023	2023	ON	0,7302	11.500.205
							11.500.205

Distribuição de JCP: em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 12 de dezembro de 2023, foi aprovada a distribuição de JCP à razão de R\$0,7302 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis, no balanço extraordinário de 30 de novembro de 2023, os quais são imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do mesmo exercício. A distribuição de JCP é tributada na forma da legislação em vigor, o que resultou em distribuição líquida de R\$0,6207 por ação da Companhia, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que são imunes ou isentos por força do artigo 5º da Lei nº 11.053/04, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.196/05.

Referido pagamento foi efetuado em 28 de dezembro de 2023, com base na posição acionária de 19 de dezembro de 2023 no que se refere à B3 e 26 de dezembro de 2023 no que se refere à NYSE, sem incidência de correção monetária.

19.4 Destinações propostas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou as destinações da conta de "Lucros acumulados", de acordo com a legislação societária e seu estatuto social. A Companhia entende que a prática contábil do custo precedente não deve afetar o cálculo de pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. Para tanto, a Companhia ajustou a base de cálculo dos



dividendos mínimos obrigatórios, para excluir quaisquer impactos atuais e futuros no lucro líquido decorrentes da adoção desta prática contábil, relacionados à amortização/depreciação da mais valia dos ativos ou mesmo a um eventual *impairment* do ágio.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício, atribuído à participação dos controladores	14.437.238	14.501.944
Dividendos prescritos/complemento	22.186	-
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	11.823	11.823
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	6.481.320	3.269.378
Lucro base para dividendos e destinações para reservas de lucros	20.952.567	17.783.145
Dividendos e JCP distribuídos e a distribuir com base no lucro do exercício		
Dividendos e JCP pagos com base no lucro do exercício	10.505.388	11.500.205
Total de dividendos e JCP	10.505.388	11.500.205
Percentual total distribuído	50%	65%



19.5 Ajustes de avaliação patrimonial

	Ajustes de avaliação patrimonial								Total
	Reservas de conversão	Hedge de fluxo de caixa	Ganhos/(perdas) atuariais	Opções concedidas sobre participação em controlada	Ganhos/(perdas) de participação	Outros movimentos	Combinação de negócios	Ajustes contábeis de transações entre sócios	
Saldo em 01 de janeiro de 2023	6.753.983	908.521	(664.985)	(6.666)	(66.075)	(64.503)	156.091	(75.437.844)	(68.421.478)
<i>Resultado Abrangente:</i>									
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	(9.212.365)	-	-	-	-	-	-	-	(9.212.365)
Hedge de fluxo de caixa	-	(210.696)	-	-	-	-	-	-	(210.696)
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	(13.250)	-	-	-	-	-	(13.250)
Resultado abrangente do exercício	(9.212.365)	(210.696)	(13.250)	-	-	-	-	-	(9.436.311)
Opções concedidas sobre participação em controlada	-	-	-	6.666	-	-	-	-	6.666
Ganhos/(perdas) de participação	-	-	-	-	(2.630)	-	-	-	(2.630)
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	-	(12.467)	-	-	(12.467)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	-	(11.823)	(11.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(2.458.382)	697.825	(678.235)	-	(68.705)	(76.970)	156.091	(75.449.667)	(77.878.043)
<i>Resultado Abrangente:</i>									
Ganhos/(perdas) na conversão de operações no exterior	8.194.663	-	-	-	-	-	-	-	8.194.663
Hedge de fluxo de caixa	-	551.635	-	-	-	-	-	-	551.635
Ganhos/(perdas) atuariais	-	-	76.888	-	-	-	-	-	76.888
Resultado abrangente do exercício	8.194.663	551.635	76.888	-	-	-	-	-	8.823.186
Ganhos/(perdas) de participação	385.670	(578)	(1.174)	-	142.712	-	-	-	526.630
Imposto sobre dividendos fictos	-	-	-	-	-	(17.276)	-	-	(17.276)
Reversão efeito revalorização do imobilizado pelo custo precedente	-	-	-	-	-	-	-	(11.823)	(11.823)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.121.951	1.248.882	(602.521)	-	74.007	(94.246)	156.091	(75.461.490)	(68.557.326)



19.5.1 Reservas de conversão

As reservas de conversão abrangem todas as diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações contábeis cuja moeda funcional é diferente do Real.

As reservas de conversão também compreendem a parcela do ganho ou perda dos passivos em moeda estrangeira e dos instrumentos financeiros derivativos caracterizados como *hedge* de investimento líquido efetivo.

19.5.2 Reservas de hedge de fluxo de caixa

As reservas de *hedge* compreendem a parcela efetiva proveniente da variação líquida acumulada do valor justo de *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o risco protegido ainda não impactou o resultado do exercício. Para mais informações ver - nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

19.5.3 Ganhos e perdas atuariais

Os ganhos e perdas atuariais abrangem a expectativa em relação às obrigações futuras nos planos de aposentadoria, conseqüentemente, os resultados destes ganhos e perdas atuariais são reconhecidos mensalmente com base na melhor estimativa obtida pela Administração fundamentada nas expectativas apresentadas em laudo atuarial independente. Não houve ganho ou perda atuarial decorrentes de superávit ou déficit em 2024.

19.5.4 Ajustes contábeis de transações entre sócios

As transações com sócios de um mesmo negócio, mesmo quando realizadas entre pessoas totalmente independentes entre si, que apresentarem fundamentação econômica válida e refletirem condições usuais de mercado serão consolidadas pelas normas contábeis aplicáveis, como ocorridas no âmbito de uma mesma entidade contábil.

Desta forma, conforme determinado pelo IFRS 10/CPC 36 [R3] - *Demonstrações Consolidadas*, qualquer diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores esteja contabilizada e o valor justo da quantia recebida ou paga deve ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido atribuível aos controladores. Em relação às Demonstrações Individuais, o ICPC 09 [R2] - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial* dispõe que estas demonstrações individuais devem refletir a situação desta controlada individual, mas sem perder de vista que ela está vinculada ao conceito da entidade econômica como um todo, incluindo os patrimônios da controladora e controlada, que, portanto, deveriam ser iguais. Diante disto, mesmo no caso em que a transação tenha sido realizada em condições normais de mercado e com efetivo desembolso de caixa, faz-se necessário um ajuste contábil nas demonstrações individuais equivalente à provisão do montante do ágio pago em contrapartida ao patrimônio da entidade, e com isto harmonizando-a às demonstrações consolidadas. Na incorporação de ações dos não-controladores da controlada Companhia de Bebidas das Américas, procedemos o referido ajuste reconhecendo a contrapartida da provisão no montante do ágio nesta conta patrimonial.

Política contábil

a) Capital social e ações em tesouraria

O capital da Companhia é composto apenas por ações ordinárias. A Companhia mantém ações em tesouraria para futura alienação, cancelamento ou para o pagamento dos programas de pagamento baseado em ações de seus executivos. Quando a Companhia recompra suas próprias ações, o montante pago, incluindo os custos diretamente atribuíveis, são reconhecidos em conta específica na rubrica de ações em tesouraria como uma redutora do patrimônio líquido.

**b) Custos com emissão de ações**

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de tributos.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio é registrada no passivo após aprovação em reunião do Conselho de Administração, com exceção à parcela referente ao dividendo mínimo obrigatório previsto por estatuto, a qual é contabilizada como passivo, quando aplicável, ao final de cada exercício.

A despesa relacionada aos juros sobre o capital próprio é registrada no resultado do exercício para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social, e posteriormente reclassificada para o patrimônio líquido para fins de apresentação nessas demonstrações contábeis.

O efeito projetado da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio é reconhecido nas demonstrações contábeis intermediárias, a fim de se obter a melhor estimativa da alíquota efetiva média ponderada da tributação sobre o lucro esperada para o exercício social completo, nos termos do IAS 34/CPC 21 (R1) - *Demonstração Intermediária*.



20 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

(a) Segmentos reportáveis – exercícios findos em:

	Brasil		CAC		América Latina - Sul		Canadá		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita líquida	48.605.308	46.361.757	11.023.723	10.044.762	19.829.704	13.797.167	9.993.934	9.533.170	89.452.669	79.736.856
Custo dos produtos vendidos	(23.809.260)	(23.516.048)	(5.076.208)	(5.035.102)	(10.460.401)	(6.657.287)	(4.269.211)	(4.083.134)	(43.615.080)	(39.291.571)
Lucro bruto	24.796.048	22.845.709	5.947.515	5.009.660	9.369.303	7.139.880	5.724.723	5.450.036	45.837.589	40.445.285
Despesas logísticas	(6.424.004)	(6.428.560)	(927.578)	(853.145)	(2.388.924)	(1.614.290)	(1.816.655)	(1.854.591)	(11.557.161)	(10.750.586)
Despesas comerciais	(4.876.223)	(4.476.995)	(792.117)	(665.062)	(1.932.618)	(1.189.991)	(1.033.205)	(1.080.415)	(8.634.163)	(7.412.463)
Despesas administrativas	(3.860.158)	(3.563.219)	(490.163)	(412.990)	(1.094.424)	(659.494)	(756.329)	(637.967)	(6.201.074)	(5.273.670)
Outras receitas/(despesas) operacionais	2.415.788	1.892.457	(13.531)	26.330	45.835	94.955	9.170	15.146	2.457.262	2.028.888
Itens não usuais	(16.204)	(137.819)	(9.786)	(17.893)	(51.587)	(47.584)	(23.218)	(3.060)	(100.795)	(206.356)
Lucro operacional	12.035.247	10.131.573	3.714.340	3.086.900	3.947.585	3.723.476	2.104.486	1.889.149	21.801.658	18.831.098
Resultado financeiro líquido	(1.231.261)	(2.050.588)	(130.129)	(150.571)	(877.102)	(1.365.506)	(79.757)	(43.087)	(2.318.249)	(3.609.752)
Participação nos resultados de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto	4.845	(179.251)	(483)	2.533	-	-	(444)	(8.688)	3.918	(185.406)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10.808.831	7.901.734	3.583.728	2.938.862	3.070.483	2.357.970	2.024.285	1.837.374	19.487.327	15.035.940
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.733.185)	2.214.945	(1.112.281)	(979.305)	(959.711)	(556.605)	(835.198)	(754.516)	(4.640.375)	(75.481)
Lucro líquido do exercício	9.075.646	10.116.679	2.471.447	1.959.557	2.110.772	1.801.365	1.189.087	1.082.858	14.846.952	14.960.459
EBITDA	16.268.425	14.077.552	4.595.879	3.868.298	5.391.135	4.689.829	2.676.581	2.427.925	28.932.020	25.063.604
Depreciação, amortização e <i>impairment</i>	(4.228.333)	(4.125.230)	(882.022)	(778.865)	(1.443.550)	(966.353)	(572.539)	(547.464)	(7.126.444)	(6.417.912)
Resultado financeiro líquido	(1.231.261)	(2.050.588)	(130.129)	(150.571)	(877.102)	(1.365.506)	(79.757)	(43.087)	(2.318.249)	(3.609.752)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.733.185)	2.214.945	(1.112.281)	(979.305)	(959.711)	(556.605)	(835.198)	(754.516)	(4.640.375)	(75.481)
Lucro líquido do exercício	9.075.646	10.116.679	2.471.447	1.959.557	2.110.772	1.801.365	1.189.087	1.082.858	14.846.952	14.960.459
Margem EBITDA em %	33,5%	30,4%	41,7%	38,5%	27,2%	34,0%	26,8%	25,5%	32,3%	31,4%
Aquisição de imobilizado/intangível	2.837.979	3.365.504	558.847	593.433	982.760	782.163	369.515	1.262.999	4.749.101	6.004.099



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2024

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



[Continuação]

	Brasil		CAC		América Latina - Sul		Canadá		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Ativos segmentados	57.775.680	56.974.055	16.742.086	13.692.342	28.247.805	16.084.960	18.394.281	15.856.930	121.159.852	102.608.287
Eliminação entre segmentos									(4.607.706)	(2.162.090)
Ativos não segmentados ⁽ⁱ⁾									45.955.803	32.197.936
Total do ativo									162.507.949	132.644.133
Passivos segmentados	34.429.339	28.841.281	6.814.181	4.981.469	9.146.093	5.095.432	4.976.576	5.130.990	55.366.189	44.049.172
Eliminação entre segmentos									(4.607.698)	(2.161.919)
Passivos não segmentados ⁽ⁱ⁾									111.749.458	90.756.880
Total do passivo e patrimônio líquido									162.507.949	132.644.133

(i) O saldo de ativos não segmentados diz respeito, em sua maioria, a valores de caixa e equivalentes, tributos e investimentos. O saldo de passivos não segmentados, por sua vez, diz respeito primordialmente a montantes do patrimônio líquido, de tributos e derivativos.

Do total de ativos segmentados, os ativos não circulantes atribuídos ao Brasil (país de domicílio da Companhia) e ao Canadá totalizam R\$44.725.285 e R\$16.131.204, respectivamente, em 31 de dezembro de 2024 (R\$45.052.829 e R\$13.859.399, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023). A receita líquida atribuída às operações da Companhia na Argentina totaliza R\$11.506.307 no exercício 31 de dezembro de 2024 (R\$6.301.439 em 31 de dezembro de 2023), e os ativos não circulantes segmentados atribuídos a este mesmo país totalizam R\$12.576.758 no mesmo exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$5.894.785 em 31 de dezembro de 2023).



(b) Informações adicionais por unidades de negócio – exercícios findos em:

	Brasil					
	Cerveja		Refrigerantes e não alcoólicos e não carbonatados		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Receita líquida	40.220.155	38.985.936	8.385.153	7.375.821	48.605.308	46.361.757
Custo dos produtos vendidos	(19.282.311)	(19.377.675)	(4.526.949)	(4.138.373)	(23.809.260)	(23.516.048)
Lucro bruto	20.937.844	19.608.261	3.858.204	3.237.448	24.796.048	22.845.709
Despesas logísticas	(5.132.277)	(5.171.842)	(1.291.727)	(1.256.718)	(6.424.004)	(6.428.560)
Despesas comerciais	(4.353.692)	(3.969.423)	(522.531)	(507.572)	(4.876.223)	(4.476.995)
Despesas administrativas	(3.363.597)	(3.105.986)	(496.561)	(457.233)	(3.860.158)	(3.563.219)
Outras receitas/(despesas) operacionais	1.878.315	1.474.133	537.473	418.324	2.415.788	1.892.457
Itens não usuais	(16.204)	(137.819)	-	-	(16.204)	(137.819)
Lucro operacional	9.950.389	8.697.324	2.084.858	1.434.249	12.035.247	10.131.573
Resultado financeiro líquido					(1.231.261)	(2.050.588)
Participação nos resultados de coligadas e empreendimentos controlados em conjunto					4.845	(179.251)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social					10.808.831	7.901.734
Despesa com imposto de renda e contribuição social					(1.733.185)	2.214.945
Lucro líquido do exercício					9.075.646	10.116.679
EBITDA					16.268.425	14.077.552
Depreciação, amortização e impairment	(3.827.580)	(3.653.365)	(400.753)	(471.865)	(4.228.333)	(4.125.230)
Resultado financeiro líquido					(1.231.261)	(2.050.588)
Despesa com imposto de renda e contribuição social					(1.733.185)	2.214.945
Lucro líquido do exercício					9.075.646	10.116.679
Margem EBITDA em %					33,5%	30,4%



Política contábil

Os segmentos reportáveis são apresentados de modo consistente com os relatórios internos revisados regularmente pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia, o Diretor Presidente Executivo, para fins de avaliação do desempenho de cada segmento e alocação de recursos para esses segmentos. As informações são elaboradas com base em dados financeiros disponíveis e que são atribuíveis diretamente ao segmento ou que podem ser alocadas em bases razoáveis.

Desta forma, as informações por segmento são apresentadas em zonas geográficas, uma vez que os riscos e taxas de retorno são afetados predominantemente pelo fato de a Companhia operar em diferentes regiões.

A informação de desempenho por unidades de negócios ["Cervejas" e "Refrigerantes, não alcoólicos e não carbonatados"], embora não se qualifique como segmento reportável, também é utilizada pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da Companhia e está apresentada como informação adicional.

A Companhia opera seus negócios através de quatro zonas identificadas como segmentos reportáveis, conforme mencionado na nota 1.2 - *Informações gerais*.

Em linha com o CPC 22 / IFRS 8 - *Informações por Segmento*, a Companhia não divulga suas receitas provenientes de clientes externos em relação a cada produto ou a cada grupo de produtos semelhantes, pois as informações necessárias não se encontram disponíveis de forma comparável e o custo para sua elaboração seria excessivo.

21 RECEITA LÍQUIDA

Em atendimento à Lei das Sociedades por Ações (Lei Federal nº 6.404/76) e CPC 47 - *Receita de contrato com cliente*, a Companhia divulga a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas Demonstrações dos Resultados. Os valores das receitas por cada segmento operacional estão divulgados na nota explicativa 20 - *Informações por segmento*.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receita bruta de vendas e/ou serviços	65.779.248	61.018.782	134.130.924	120.117.628
Tributos sobre vendas	(17.118.798)	(15.976.819)	(27.417.943)	(25.227.478)
Descontos	(4.047.426)	(3.373.602)	(17.260.312)	(15.153.294)
Total	44.613.024	41.668.361	89.452.669	79.736.856

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apurou R\$1.228.899 na Controladora e R\$1.478.310 no Consolidado [R\$1.180.765 milhões na Controladora e R\$1.467.238 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023] em subvenções governamentais com natureza de recolhimento efetivo, reconhecidas na receita operacional.

Política contábil

A Companhia reconhece a receita quando as obrigações de performance são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia ou suas controladas e coligadas transferem o controle de um produto para um cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo no Consolidado.



A receita é mensurada com base na consideração à qual a Companhia espera ter direito em contrato com o cliente e exclui as quantias cobradas em nome de terceiros.

O reconhecimento de receita é realizado conforme abordagem do IFRS 15/CPC 47 - *Receita de contrato com cliente*, de cinco etapas:

- Identificação dos contratos com um cliente;
- Identificação das obrigações de desempenho nos contratos;
- Determinação do preço de transação;
- Alocação do preço de transação para as obrigações de desempenho nos contratos; e
- Reconhecimento de receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas, ou seja, quando a Companhia transfere o controle de um produto para um cliente.

Os contratos podem incluir elementos variáveis significativos, como descontos, abatimentos, reembolsos, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho e penalidades. Tais incentivos comerciais são tratados como consideração variável. Se a contraprestação incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços acordados com o cliente. A consideração variável apenas é incluída no preço da transação se for altamente provável que o valor da receita reconhecida não será sujeito a reversões futuras significativas, quando há incerteza.

A receita bruta auferida pela Companhia, em geral, está sujeita à incidência de determinados tributos, os quais são apurados e pagos às autoridades fiscais competentes conforme as legislações locais vigentes, e não resultam em aumento do patrimônio líquido do Grupo. Esses impostos e contribuições são deduzidos da receita bruta e relacionam-se substancialmente a Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias ("ICMS"), Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") no Brasil.

22 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Subvenção governamental e ganhos com empréstimos subsidiados	1.618.092	1.371.222	1.764.766	1.573.158
Créditos/(débitos) extemporâneos de tributos	164.395	-	209.657	217.990
(Adições)/reversões de provisões	(61.429)	(70.711)	(69.334)	(77.709)
Ganho/(perda) na alienação de imobilizado, intangível e operações em associadas	113.498	62.265	121.294	86.357
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	1.008.910	413.827	430.879	229.092
Total	2.843.466	1.776.603	2.457.262	2.028.888

Política contábil

A Companhia reconhece na conta de Outras Receitas Operacionais subvenções governamentais concedidas na forma de redução de alíquota, redução da base de cálculo, financiamento ou empréstimos subsidiados, créditos presumidos, diferimento do pagamento ou reduções parciais do valor do imposto estadual a pagar.

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia e suas subsidiárias atenderão às condições e obrigações relacionadas às contrapartidas governamentais.



23 INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Depreciação, amortização e despesas com redução ao valor de recuperação (*impairment*) estão incluídas nas seguintes contas do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	Controladora			
	Depreciação e impairment do imobilizado		Amortização do intangível	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾	2.058.374	2.028.642	8.041	6.730
Despesas logísticas	719.861	677.001	-	-
Despesas comerciais	284.794	314.549	94.454	91.289
Despesas administrativas	216.873	206.906	501.853	418.046
	3.279.902	3.227.098	604.348	516.065

	Consolidado			
	Depreciação e impairment do imobilizado		Amortização do intangível	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos produtos vendidos ⁽ⁱ⁾	3.939.442	3.552.442	17.375	13.239
Despesas logísticas	1.172.580	1.098.309	-	-
Despesas comerciais	615.007	613.707	206.697	148.560
Despesas administrativas	514.169	464.058	622.903	524.746
	6.241.198	5.728.516	846.975	686.545

(i) Estes valores somados a R\$1.457.968 na Controladora e R\$2.796.070 no Consolidado (R\$1.384.857e R\$2.629.579 em 31 de dezembro de 2023) mencionados na nota 27 - *Folha de pagamento e benefícios relacionados*, totalizam R\$3.524.383 e R\$6.752.887, respectivamente (R\$3.420.229 e R\$6.195.260 em 31 de dezembro de 2023). O saldo remanescente de R\$22.802.628 na Controladora e R\$36.862.193 no Consolidado (R\$21.297.037 e R\$33.096.311 em 31 de dezembro de 2023), contabilizado em custo dos produtos vendidos, corresponde aos demais custos de produção.

24 ITENS NÃO USUAIS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Reestruturação ⁽ⁱ⁾	(11.440)	(24.790)	(99.280)	(109.365)
Honorários ⁽ⁱⁱ⁾	-	(94.670)	-	(94.670)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação)	-	-	(1.515)	(2.321)
Total	(11.440)	(119.460)	(100.795)	(206.356)

(i) As despesas de reestruturação dizem respeito primariamente a projetos de centralização e redimensionamento no Brasil, América Latina – Sul, CAC e Canadá.

(ii) Em 2003 alguns detentores de bônus de subscrição emitidos pela Cervejaria Brahma entraram com ações judiciais a fim de discutir os critérios utilizados no cálculo do preço de exercícios de tais bônus. Em 2023, a Companhia obteve decisões favoráveis definitivas na matéria, que já se encontrava classificada com prognóstico de perda remota. O valor registrado nesta linha refere-se à provisão de honorários advocatícios relacionados a essa matéria.

Política contábil

Itens não usuais são aqueles que, dadas suas particularidades, no julgamento da Administração precisam ser divulgados separadamente. Para determinar se um acontecimento ou transação é não usual, a Administração considera fatores quantitativos e qualitativos, tais como a frequência ou a previsibilidade da ocorrência e do potencial de impacto sobre a variação dos lucros ou prejuízos. Esses itens são divulgados na demonstração dos resultados ou separadamente nas notas explicativas das demonstrações contábeis. Operações que podem dar origem a itens não usuais são principalmente as atividades de reestruturação, anistias e transações tributárias semelhantes, aquisição de



subsidiárias, de perda no valor de recuperação e os ganhos ou perdas na alienação de bens e investimentos.

25 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas Financeiras				
Rendimentos sobre caixa e equivalentes a caixa	314.363	395.762	1.519.163	1.072.249
Rendimentos sobre aplicações financeiras em títulos para negociação	-	-	104.726	49.182
Rendimentos sobre outros ativos ⁽ⁱ⁾	617.878	564.299	799.815	964.182
Outras receitas financeiras	97.520	96.839	181.634	408.548
Total de receitas financeiras	1.029.761	1.056.900	2.605.338	2.494.161
Despesas Financeiras				
Juros e variação cambial sobre mútuo	(1.973.144)	(1.693.794)	-	-
Juros decorrentes do ajuste a valor presente de contas a pagar a fornecedores ⁽ⁱⁱ⁾	(916.232)	(1.017.417)	(1.148.287)	(1.376.042)
Juros sobre dívidas bancárias e incentivos fiscais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(177.175)	(170.431)	(189.277)	(170.431)
Juros sobre provisões para disputas e litígios	(159.827)	(222.003)	(219.776)	(269.185)
Juros sobre arrendamentos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(70.978)	(95.442)	(184.313)	(195.958)
Juros sobre planos de pensão	(22.157)	(22.266)	(112.626)	(114.268)
Outras despesas com juros ^{(iii) (iii)}	(160.193)	(290.169)	(543.873)	(689.740)
Perdas com derivativos ^(iv)	(100.801)	(93.408)	(1.032.325)	(1.675.107)
Impostos sobre transações financeiras	(57.536)	(55.756)	(274.390)	(178.291)
Despesas com fiança bancária e seguros garantia ^(v)	(318.839)	(245.298)	(323.469)	(249.751)
Outras despesas financeiras	(184.862)	(68.296)	(482.446)	(207.258)
Total de despesas financeiras	(4.141.744)	(3.974.280)	(4.510.782)	(5.126.031)
Efeito da aplicação da IAS 29/CPC 42 (hiperinflação) ^(vi)	-	-	(451.667)	176.139
Variação cambial, líquida ^(vi)	(72.125)	(23.562)	38.862	(1.154.021)
Outros resultados financeiros, líquidos	(72.125)	(23.562)	(412.805)	(977.882)
Resultado financeiro, líquido	(3.184.108)	(2.940.942)	(2.318.249)	(3.609.752)

(i) Refere-se principalmente à atualização monetária de tributos a recuperar.

(ii) A partir do 1º trimestre de 2024, os saldos anteriormente apresentados na linha de "Despesa com juros" foram segregados entre as linhas de "Juros sobre dívidas bancárias e incentivos fiscais", "Juros decorrentes do ajuste a valor presente de contas a pagar a fornecedores", "Juros sobre arrendamentos", e "Outras despesas com juros", inclusive para fins comparativos.

(iii) Compreende, entre outros, juros com financiamento de pagamento de tributos, nos termos do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) de 2017.

(iv) Refere-se ao elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de *hedge*, conforme o IFRS 9/CPC 48 - *Instrumentos Financeiros*.

(v) Nomenclatura alterada para "Despesas com fiança bancária e seguros garantia", para melhor refletir a natureza dos saldos, inclusive para fins comparativos, a partir do 1º trimestre de 2024.

(vi) A partir do 1º trimestre de 2024, a Companhia alterou a forma de apresentação desta nota 25 - *Resultado Financeiro*. Os saldos de variação cambial e de hiperinflação, anteriormente apresentados entre receitas e despesas financeiras, passaram a ser apresentados líquidos com a nomenclatura "Outros resultados financeiros, líquidos", tanto nesta nota explicativa, quanto nas demonstrações do resultado do exercício e demonstrações do valor adicionado.

As despesas com juros são apresentadas líquidas do efeito dos instrumentos financeiros derivativos que protegem o risco de taxa de juros da Companhia - consultar também a nota 29 - *Instrumentos financeiros e riscos*.

Política contábil

a) Despesas financeiras

Despesas financeiras compreendem, em geral, juros a pagar sobre empréstimos ou mútuos, calculados com base na taxa de juros efetiva, ajuste a valor presente de contas a pagar a



fornecedores, despesas com fianças bancárias, atualizações monetárias decorrentes de disputas e litígios, perdas com variação cambial, perdas de moeda líquidas de ganhos com instrumentos de *hedge* de moeda, resultado com instrumentos de *hedge* de juros, perdas com instrumentos de *hedge* que não são parte de uma contabilização de *hedge*, perdas com ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, perdas por redução ao valor de recuperação de ativos financeiros disponíveis para venda, assim como qualquer perda com inefetividade de *hedge*.

Todos os juros e custos incorridos relacionados a um empréstimo ou uma transação financeira, incluindo custos de transação, são reconhecidos, conforme incorridos, como despesas financeiras, exceto quando capitalizados. Os juros relacionados a arrendamento financeiro são reconhecidos no resultado do exercício utilizando a taxa de juros efetiva.

b) Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem, em geral, juros recebidos ou a receber sobre aplicações financeiras e empréstimos ou mútuos, atualizações monetárias oriundas de disputas judiciais, ganhos com variação cambial, ganhos em moeda líquidos de perdas com instrumentos de *hedge* de moeda, ganhos em instrumentos de *hedge* que não fazem parte de uma relação de contabilidade de *hedge*, ganhos com ativos financeiros mensurados à valor justo por meio do resultado, assim como qualquer ganho de inefetividade de *hedge*. Receitas de juros são reconhecidas pelo período de competência, a não ser que haja dúvidas em relação ao recebimento.

26 RESULTADO POR AÇÃO

No quadro abaixo, são apresentados os cálculos do lucro por ação ["LPA"] básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Básico		
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	14.437.238	14.501.944
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações ⁽¹⁾ (não diluídas)	15.734.527	15.744.776
Lucro por ação básico em R\$	0,9176	0,9211
Diluído		
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Ambev	14.437.238	14.501.944
Denominador		
Média ponderada da quantidade de ações ⁽¹⁾ (diluídas)	15.814.740	15.838.615
Lucro por ação diluído em R\$	0,9129	0,9156

(1) Em milhares de ações.

Política contábil

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando o lucro e a média ponderada da quantidade de ações em circulação, além do efeito da conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição, como as opções de ações, que são divulgadas na nota 28 - *Pagamento Baseado em Ações*.



27 FOLHA DE PAGAMENTO E BENEFÍCIOS RELACIONADOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Salários e encargos	1.824.234	1.852.593	5.073.033	4.550.199
Contribuições previdenciárias	850.393	863.094	1.389.124	1.322.286
Outros custos com pessoal	441.348	428.812	1.045.808	970.683
Aumento (redução) no passivo para planos de benefício definido	28.202	28.420	165.675	145.600
Pagamento baseado em ações	280.576	266.306	393.805	333.364
Contribuição para planos de contribuição definida	49.307	45.306	99.197	91.286
	3.474.060	3.484.531	8.166.642	7.413.418

O valor de despesa com folha de pagamento e benefícios relacionados estão apresentados nas demonstrações dos resultados conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custo dos produtos vendidos	1.457.968	1.384.857	2.796.070	2.629.579
Despesas logísticas	240.860	237.336	1.570.843	1.289.907
Despesas comerciais	390.512	400.096	1.619.133	1.321.272
Despesas administrativas	1.351.123	1.320.518	2.029.604	1.907.575
Resultado financeiro	22.157	22.266	112.626	114.268
Outras (receitas)/despesas operacionais	-	-	(62.429)	(1.250)
Itens não usuais	11.440	119.458	100.795	152.067
	3.474.060	3.484.531	8.166.642	7.413.418

28 PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Atualmente a Companhia possui dois planos vigentes de pagamento baseado em ações: (i) o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de julho de 2013 ["Plano de Opções"], e (ii) o Plano de Remuneração Baseado em Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2016 e alterado pela Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2020 ["Plano de Ações"]. No âmbito desses planos podem ser emitidos periodicamente diferentes tipos de programas de outorga de opções de compra de ações e de concessão de ações restritas ou ações com desempenho, os quais permitem que membros da Administração e outros executivos indicados pelo Conselho de Administração e pelo Comitê de Gente, que trabalhem na Companhia e suas subsidiárias, adquiram, por meio do exercício de opções de compra, ou recebam ações da Companhia.

28.1 Plano de Ações

Neste plano, determinados funcionários e membros da Administração da Companhia ou de suas subsidiárias são elegíveis a receber ações da Companhia, inclusive na forma de ADRs. As ações sujeitas ao Plano de Ações são designadas como "ações restritas" (RSUs) ou "ações com desempenho" (PSUs).

A entrega das ações restritas e das ações com desempenho é feita gratuitamente e o prazo de carência pode variar entre 3 e 5 anos, a partir da data de concessão de ações correspondente, a depender do programa de remuneração baseado em ações. As ações restritas e as ações com desempenho podem dar aos participantes o direito de receber ações adicionais com as mesmas condições, como forma de compensação pelos dividendos e juros sobre capital próprio declarados e pagos pela Companhia durante o período de carência. O direito de receber as ações restritas e as ações com desempenho, bem como as ações adicionais, pode ser total ou parcialmente perdido em determinadas circunstâncias, incluindo em casos de pedido de demissão ou demissão durante o período de carência.



28.1.1 Outras divulgações do Plano de Ações

Durante o exercício, a Companhia concedeu 25.603 mil [33.686 mil em 31 de dezembro de 2023] ações restritas e ações com desempenho no âmbito do Plano de Ações, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$327.496 em 31 de dezembro de 2024 [R\$463.533 em 31 de dezembro de 2023].

O número total de ações concedidas aos executivos da Companhia, no âmbito do Plano de Ações, cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições, está demonstrado a seguir:

Ações restritas e com desempenho

Em lotes de mil

	2024	2023
Ações restritas e com desempenho em aberto em 1º de janeiro	118.996	108.854
Novas ações restritas e com desempenho durante o exercício	25.603	33.686
Ações restritas e com desempenho entregues durante o exercício	(20.256)	(18.309)
Ações restritas e com desempenho canceladas durante o exercício	(4.862)	(5.235)
Ações restritas e com desempenho em aberto no final do exercício	119.481	118.996

28.2 Plano de Opções

Desde 2020 a Companhia não outorga mais a seus funcionários e administradores opções de ações [*stock options*] reconhecidas conforme tratamento contábil determinado pela IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*. No entanto, existem opções de ações outorgadas em períodos anteriores que já são exercíveis, mas não estão vencidas, e permanecem válidas no âmbito dos programas emitidos sob o Plano de Opções e são sujeitas, portanto, ao tratamento contábil previsto na mencionada norma. No Plano de Opções a carência e o prazo de exercício são de 5 anos, em regra.

Além disso, alguns funcionários da Companhia e de suas subsidiárias, que recebem sua participação no resultado em dinheiro, têm a opção, de acordo com seu cargo, de escolher alocar parte ou a totalidade dos valores recebidos a tal título para aquisição de ações de emissão da Ambev, estas ações são chamadas de "ações voluntárias" e são outorgadas no âmbito do Plano de Opções. Como regra, as ações voluntárias têm direito a dividendos a partir da data da outorga e estão sujeitas a um período de restrição à transferência de três a cinco anos [*lock-up*]. Essas ações são concedidas a preço de mercado, ao qual é aplicado um desconto de até 20%. O desconto é entregue na forma de ações restritas [*discounted shares*]. Os executivos que investem em ações voluntárias também recebem uma vez e meia o número de ações correspondentes por cada ação voluntária adquirida, até um percentual total limitado da remuneração variável de cada executivo. Essas ações correspondentes também são entregues na forma de ações restritas [*matching shares*].

As ações voluntárias, outorgadas no âmbito do Plano de Opções, por comporem a participação no resultado auferida pelos executivos elegíveis, são reconhecidas como despesa no resultado em contrapartida ao passivo. Já as ações restritas mencionadas [*discounted shares* e *matching shares*] são concedidas no âmbito do Plano de Ações, conforme condições previstas no item 28.1 acima, e são reconhecidas conforme tratamento contábil previsto nesta nota, em linha com a IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*.



28.2.1 Outras divulgações do Plano de Opções

Não foram outorgadas opções de ações (*stock options*), tampouco houve o exercício das opções existentes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. O número total de opções em aberto está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Opções em aberto em 1º de janeiro	87.961	99.717
Opções canceladas durante o exercício	(15.495)	(11.756)
Opções em aberto no final do exercício	72.466	87.961

Em 31 de dezembro de 2024, a faixa de preços de exercício das opções em aberto é de R\$16,34 (R\$15,95 em 31 de dezembro de 2023) até R\$22,40 (R\$32,81 em 31 de dezembro de 2023) e o prazo remanescente de exercício dessas opções até 59 meses. Das 72.466 mil opções em aberto (87.961 mil em 31 de dezembro de 2023), 72.465 mil são exercíveis em 31 de dezembro de 2024 (68.635 mil em 31 de dezembro de 2023).

O preço médio ponderado de exercício das opções está demonstrado a seguir:

<i>Em R\$ por ação</i>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Opções em aberto em 1º de janeiro	18,86	19,39
Opções canceladas durante o exercício	22,30	22,68
Opções em aberto no final do exercício	18,26	18,86
Opções exercíveis no final do exercício	18,26	19,08

Durante o exercício de 2024, a Companhia não concedeu novas ações diferidas (em 31 de dezembro de 2023 haviam sido concedidas 47 mil ações diferidas, as quais foram avaliadas com base na cotação das ações da Companhia no pregão imediatamente anterior à data de concessão, o que representou um valor justo de aproximadamente R\$644). Tais ações diferidas sujeitam-se a um período de restrição à transferência de três a cinco anos a contar da data de sua outorga. O número total de ações cuja entrega se dará em momento futuro sob determinadas condições, está demonstrado a seguir:

<i>Em lotes de mil</i>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Ações diferidas em aberto em 1º de janeiro	936	889
Novas ações diferidas durante o exercício	-	47
Ações diferidas em aberto no final do exercício	936	936

A Companhia realiza planos de recompra periódicos, sempre que necessário, para atender à necessidade de entrega de ações dos Planos.

28.3 Despesas com pagamentos baseados em ações

As transações com pagamentos baseados em ações acima descritas resultaram em despesa de R\$280.576 na Controladora e R\$393.805 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R\$266.306 na Controladora e R\$333.364 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023), registrada na rubrica de despesa administrativa.

Política contábil

Para os programas de pagamento baseado em ações no âmbito do Plano de Ações, o preço de referência por ação restrita é definido na data da concessão das ações, com base na cotação de fechamento do pregão da B3 do dia imediatamente anterior à concessão, com exceção às ações com desempenho, em que o valor justo é definido na data de concessão



com base no método de precificação de “Monte Carlo”. Após definição do preço de referência, baseado no número de ações concedidas, o valor apurado é reconhecido como despesa durante o período de carência com a contrapartida no patrimônio líquido. As ações são transferidas aos participantes de acordo com os termos e períodos fixados nos respectivos programas.

Para os programas de pagamento baseado em ações no âmbito do Plano de Opções, o valor justo das opções de ações [*stock options*] era estimado na data de sua outorga, usando o modelo de precificação denominado “Binomial de Hull”, ajustado para refletir o requerimento do IFRS 2/CPC 10 - *Pagamento Baseado em Ações*. Baseado no número esperado de opções que serão exercidas, o valor justo das opções outorgadas é reconhecido como despesa durante o período de carência da opção com contrapartida no patrimônio líquido. Quando as opções são exercidas, o patrimônio líquido aumenta pelo montante dos proventos recebidos.

Adicionalmente, em algumas oportunidades, funcionários e administradores da AB InBev são transferidos para a Companhia. Nesses casos, o custo (“*compensation cost*”) relacionado a opções para aquisição de ações e ações restritas da AB InBev está reconhecido no resultado em contrapartida ao patrimônio líquido, proporcionalmente ao período da transferência. No momento de entrega dos instrumentos patrimoniais referido valor é reembolsado à AB InBev.

De maneira recíproca, quando funcionários e administradores que possuem opções para aquisição de ações e ações restritas da Companhia são expatriados para a AB InBev, o *compensation cost* é reconhecido pela AB InBev proporcionalmente ao período da expatriação, bem como a Companhia é reembolsada no momento de entrega de seus instrumentos patrimoniais a funcionários e administradores da AB InBev.

Os planos de pagamento baseados em ações da Companhia são liquidados em ações.

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

29.1 Categoria dos instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros mantidos pela Companhia é efetuada por estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita pela análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, entre outros).



O quadro abaixo demonstra todos os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia, segregados por categoria:

Itens de instrumentos financeiros	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5.1)	11.363.448	3.746.874	28.595.666	16.059.003
Contas a receber e outros ativos excluindo despesas antecipadas	4.941.885	4.484.998	8.140.218	7.566.654
Aplicações financeiras (nota 5.2)	147.048	147.829	255.959	242.168
Subtotal	16.452.381	8.379.701	36.991.843	23.867.825
Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras (nota 5.2)	-	10.924	1.170.496	277.164
Derivativos usados para hedge (nota 29.2)	-	-	1.218.587	379.722
Subtotal	-	10.924	2.389.083	656.886
Total dos ativos	16.452.381	8.390.625	39.380.926	24.524.711
Passivos				
Custo amortizado				
Contas a pagar (nota 12)	44.229.741	35.918.517	25.551.228	23.502.401
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	1.824.066	1.915.448	3.452.728	3.501.066
Outros passivos	1.723.845	1.376.160	3.044.314	2.129.624
Subtotal	47.777.652	39.210.125	32.048.270	29.133.091
Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Opção de venda concedida sobre participação em controlada ⁽ⁱ⁾	1.184.177	2.791.088	1.184.177	2.791.088
Derivativos usados para hedge (nota 29.2)	-	-	211.441	763.005
Outros passivos	-	-	300.519	272.647
Subtotal	1.184.177	2.791.088	1.696.137	3.826.740
Total dos passivos	48.961.829	42.001.213	33.744.407	32.959.831

(i) Opção de venda concedida sobre participação em controlada: a Companhia constituiu um passivo relacionado à aquisição de participação minoritária nas operações da República Dominicana. Este instrumento financeiro era denominado em Dólar para a Tranche A, exercida em janeiro de 2024, e permanece denominado em Pesos Dominicanos para a Tranche B e está registrado na empresa cuja moeda funcional é o Real. A Companhia denominou este instrumento financeiro como instrumento de *hedge* para parte de seus ativos líquidos localizados em subsidiárias cuja moeda funcional é o Dólar Americano e o Peso Dominicano, de maneira que o resultado de variação cambial deste instrumento financeiro seja registrado no grupo do resultado abrangente, assim como resultado do objeto do *hedge*.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

29.2 Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia segue estritamente as determinações da Política de Gestão de Riscos Financeiros ["Política"] aprovada pelo Conselho de Administração. Os instrumentos utilizados pela Companhia são contratos futuros negociados em bolsa, *full deliverable forwards*, *non deliverable forwards*, *swaps* e opções. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam nenhuma operação de *target forward*, *swaps* com verificação ou quaisquer outras operações de derivativos que impliquem em alavancagem além do valor nominal de seus contratos. As operações de derivativos são administradas de forma consolidada e são classificadas por estratégias de acordo com os seus objetivos, conforme demonstrado abaixo:

- i) Instrumentos derivativos de *hedge* de fluxo de caixa;
- ii) Instrumentos derivativos de *hedge* de valor justo; e
- iii) Instrumentos derivativos de *hedge* de investimento líquido.

Em conformidade com o *hedge accounting*, a parte efetiva do *hedge* é alocada no patrimônio líquido e, ocorrendo inefetividade, este resultado é contabilizado diretamente no resultado



financeiro do período em que a inefetividade é identificada, para os casos de *hedge* de fluxo de caixa e investimento líquido.

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos calculando o seu valor presente por meio da utilização das curvas de mercado que impactam o instrumento nas datas de apuração. No caso de *swaps*, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimadas de forma independente e trazidas a valor presente, no qual a diferença do resultado entre as pontas gera o valor de mercado do *swap*. Para os instrumentos financeiros negociados em bolsa, o valor justo é calculado de acordo com os preços divulgados por elas. As tabelas a seguir sumarizam as exposições que foram identificadas e protegidas em conformidade com a Política da Companhia.



Transações protegidas por instrumentos financeiros derivativos em conformidade com a Política de Gestão de Riscos Financeiros

Consolidado							
2024							
Posição de <i>hedge</i>	Risco	Nocional	Valor Justo		Ganhos/(Perdas) reconhecidos no:		
			Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido
					Elemento a termo	Elemento à vista	Efeito contabilidade <i>hedge</i>
Custo		16.309.171	1.202.356	(211.364)	(990.909)	952.538	1.535.396
	<i>Commodity</i>	5.026.998	127.867	(204.113)	(619.741)	167.322	346.864
	Dólar	11.282.173	1.074.489	(6.891)	(373.909)	784.108	1.188.279
	Euro	-	-	-	(206)	679	475
	Peso Mexicano	-	-	(360)	2.947	429	(222)
Importação de ativo fixo		207.906	10.121	(71)	(5.496)	11.492	20.584
	Dólar	207.906	10.121	(71)	(5.496)	11.492	20.584
Despesas		57.532	3.451	(6)	(1.702)	3.130	5.831
	Dólar	57.532	3.451	(6)	(1.702)	3.130	5.831
Ativos financeiros		-	2.659	-	(91.435)	-	-
	Dólar	-	2.659	-	(91.435)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		16.574.609	1.218.587	(211.441)	(1.089.542)	967.160	1.561.811



Consolidado							
2023							
Posição de <i>hedge</i>	Risco	Nocional	Valor Justo		Ganhos/(Perdas) reconhecidos no:		
			Ativo	Passivo	Resultado financeiro	Resultado da operação	Patrimônio líquido
					Elemento a termo	Elemento à vista	Efeito contabilidade <i>hedge</i>
Custo		17.374.318	379.571	(741.901)	(1.639.610)	34.683	(285.218)
	<i>Commodity</i>	4.025.739	198.319	(219.325)	(388.329)	(336.181)	(105.404)
	Dólar	13.200.032	164.916	(522.348)	(1.250.663)	364.031	(182.141)
	Euro	37.424	143	(228)	(543)	2.580	481
	Peso Mexicano	111.123	16.193	-	(75)	4.253	1.846
Importação de ativo fixo		249.716	62	(14.637)	11.007	3.369	5.012
	Dólar	249.716	62	(14.637)	11.007	3.369	5.012
Despesas		64.675	89	(4.212)	(25.610)	(98)	1.123
	Dólar	64.675	89	(4.212)	(25.610)	(98)	1.123
Ativos financeiros		(59.306)	-	(2.255)	13.686	-	-
	Dólar	(59.306)	-	(2.255)	13.686	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		17.629.403	379.722	(763.005)	(1.640.527)	37.954	(279.083)

Conforme divulgado na política contábil, o elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de *hedge*, é reconhecido no resultado financeiro, de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - *Instrumentos Financeiros*.



29.2.1 Vencimento dos instrumentos

Os instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de valor nominal e valor justo por instrumento:

Posição de <i>hedge</i>	Risco	Consolidado		
		Valor Nominal		Total
		2025	2026	
Custo		16.218.993	90.178	16.309.171
	<i>Commodity</i>	4.936.820	90.178	5.026.998
	Dólar	11.282.173	-	11.282.173
Importação de ativo fixo		207.906	-	207.906
	Dólar	207.906	-	207.906
Despesas		57.532	-	57.532
	Dólar	57.532	-	57.532
		16.484.431	90.178	16.574.609

Posição de <i>hedge</i>	Risco	Consolidado		
		Valor Justo		Total
		2025	2026	
Custo		997.686	(6.694)	990.992
	<i>Commodity</i>	(69.552)	(6.694)	(76.246)
	Dólar	1.067.598	-	1.067.598
	Peso Mexicano	(360)	-	(360)
Importação de ativo fixo		10.050	-	10.050
	Dólar	10.050	-	10.050
Despesas		3.445	-	3.445
	Dólar	3.445	-	3.445
Ativos financeiros		2.659	-	2.659
	Dólar	2.659	-	2.659
		1.013.840	(6.694)	1.007.146

29.2.2 Margens dadas em garantia

Para atender às garantias exigidas pelas bolsas de derivativos e/ou contrapartes contratadas em determinadas operações de instrumentos financeiros derivativos, a Companhia mantinha em 31 de dezembro de 2024 um montante de R\$165.736 no Consolidado em aplicações financeiras de liquidez imediata ou em espécie, classificado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (R\$197.736 em 31 de dezembro de 2023).



29.3 Hierarquia do valor justo

	Controladora							
	2024				2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	-	-	-	-	-	10.924	-	10.924
	-	-	-	-	-	10.924	-	10.924
Passivos Financeiros								
Opção de venda concedida sobre participação em controlada	-	-	1.184.177	1.184.177	-	-	2.791.088	2.791.088
	-	-	1.184.177	1.184.177	-	-	2.791.088	2.791.088
	Consolidado							
	2024				2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Aplicações financeiras	1.170.496	-	-	1.170.496	277.164	-	-	277.164
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	2.659	-	-	2.659	-	-	-	-
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	21.274	1.194.654	-	1.215.928	53.372	326.350	-	379.722
	1.194.429	1.194.654	-	2.389.083	330.536	326.350	-	656.886
Passivos Financeiros								
Opção de venda concedida sobre participação em controlada	-	-	1.184.177	1.184.177	-	-	2.791.088	2.791.088
Outros passivos	-	-	300.519	300.519	-	-	272.647	272.647
Derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado	-	-	-	-	2.255	-	-	2.255
Derivativos - <i>Hedge</i> operacional	52.232	159.209	-	211.441	70.007	690.743	-	760.750
	52.232	159.209	1.484.696	1.696.137	72.262	690.743	3.063.735	3.826.740

Não ocorreram transferências de ativos e passivos entre os níveis 1, 2 e 3 de hierarquia do valor justo durante os exercícios apresentados.

29.3.1 Instrumentos financeiros Nível 3

PUT CND

Em linha com o Acordo de Acionistas da Tenedora CND, celebrado entre a Companhia e a ELJ (Nota 1 - *Informações Gerais*), até dezembro de 2023 a ELJ era detentora de 15% das ações da Tenedora e sua opção de venda estava dividida em duas tranches: (i) Tranche A, correspondente a aproximadamente 12,11% das ações, que foi exercida em 31 de janeiro de 2024; e (ii) Tranche B, correspondente a aproximadamente 2,89% das ações, exercível pela ELJ a partir de 2026 [ou antes dessa data na hipótese de alteração de controle da Tenedora ou venda de todos ou substancialmente todos os seus ativos]. A Companhia, por sua vez, possui opção de compra das ações Tranche B, exercível a partir de 2029. Em 31 de dezembro de 2024 a Tranche B, detida pela ELJ, está valorizada em R\$1.184.177 (R\$2.791.088 em 31 de dezembro de 2023, considerando a soma das duas tranches até então existentes).

O valor justo da (i) Tranche A era calculado levando em consideração os juros determinados em contrato, acrescido da variação cambial, reduzido dos dividendos pagos entre a assinatura do aditivo até o exercício da opção. O valor justo da (ii) Tranche B é calculado pelo múltiplo de EBITDA definido em contrato, descontado da dívida líquida da operação, trazido ao valor presente utilizando-se de técnicas usuais de modelagem financeira (valor presente do principal e juros futuros, descontados pela taxa WACC em moeda local na data base do cálculo). Os critérios utilizados são baseados em informações de mercado, provenientes de fontes confiáveis e, por isso, estão categorizadas como "Nível 3".



Contraprestações contingentes nas aquisições da G&W e Banded Peak

Em janeiro de 2020 a subsidiária da Companhia no Canadá, Labatt Brewing Company Limited, adquiriu a G&W Distilling Inc., empresa com portfólio de bebidas alcoólicas prontas para consumo [*ready-to-drink*]. No mesmo mês, a Labatt comprou também as ações da Banded Peak Brewing Ltd., cervejaria artesanal canadense.

Uma parte dos preços de compra de ambas as transações incluiu contraprestações contingentes baseadas nos desempenhos futuros da G&W e da Banded Peak após a aquisição. Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo somado das contraprestações contingentes da G&W e da Banded Peak era de R\$300.519 em 31 de dezembro de 2024 (R\$272.647 em 31 de dezembro de 2023). A expectativa da Administração é de que ambas as contraprestações sejam liquidadas durante o exercício de 2025.

29.3.2 Reconciliação da movimentação da categorização do Nível 3

	Controladora	Consolidado
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2023	2.791.088	3.063.735
Aquisição de investimento – Exercício de opção	(2.040.107)	(2.083.116)
Total de ganhos e perdas no exercício	433.196	504.077
Despesa/(receita) reconhecida no resultado do exercício	217.867	217.867
Despesa/(receita) reconhecida no patrimônio líquido	215.329	286.210
Saldo do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2024	1.184.177	1.484.696

29.4 Gestão de riscos

Exposição em moeda estrangeira, taxa de juros, preços de *commodities*, liquidez e risco de crédito surgem no curso normal dos negócios. A Companhia analisa cada um desses riscos tanto individualmente como em uma base interconectada, e define estratégias para gerenciar o impacto econômico sobre o desempenho do risco em consonância com sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

O objetivo dessa Política é fornecer diretrizes para a gestão de riscos de natureza financeira inerentes ao mercado em que a Ambev executa suas operações. A Política abrange quatro pontos principais, relacionados à gestão de riscos financeiros: (i) riscos transacionais relacionados ao negócio, (ii) riscos de crédito de contrapartes, (iii) liquidez, financiamentos e estrutura de capital e (iv) riscos de conversão de balanços.

29.4.1 Riscos de mercado

29.4.1.1 Risco de taxa de juros: consiste na possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, o que pode aumentar as despesas financeiras dos passivos financeiros, e/ou diminuir a receita financeira dos ativos financeiros, como também impactar negativamente o valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo. Para mitigar este risco, a Companhia aplica uma abordagem dinâmica de *hedge* de taxa de juros segundo a qual a composição de destino entre a dívida de taxa fixa e flutuante é revista periodicamente com o objetivo de alcançar um equilíbrio entre o custo de captação e a volatilidade dos resultados financeiros. Para isso, leva-se em conta as condições do mercado, bem como a estratégia de negócios. Periodicamente essa estratégia é revisada.



A tabela abaixo demonstra o total de dívida da Companhia e suas subsidiárias e respectivas taxas de juros ponderadas. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas subsidiárias não possuíam posições de *hedge* para as exposições demonstradas abaixo:

	Consolidado			
	2024		2023	
	Risco		Risco	
	Taxa de juros	Montante em reais	Taxa de juros	Montante em reais
Dívida em Real Brasileiro	10,2%	2.245.099	10,1%	2.372.010
Dívidas em outras moedas	13,0%	510.194	11,5%	405.613
Dívida em Dólar Americano	8,0%	3.786	14,0%	24
Dívida em Dólar Canadense	5,8%	439.367	5,6%	480.255
Taxa de juros pré-fixado		3.198.446		3.257.902
Dívida em Real Brasileiro	7,8%	254.282	8,1%	243.164
Taxa de juros pós-fixado		254.282		243.164

Análise de sensibilidade

A Companhia mitiga seus riscos em ativos e passivos financeiros não derivativos, substancialmente, por intermédio de contratação de instrumentos financeiros derivativos. Neste contexto, a Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros derivativos e, com isso, desenvolveu uma análise de sensibilidade com base em três cenários que poderão gerar impactos nos resultados e/ou no fluxo de caixa futuros da Companhia, conforme descrito abaixo:

1 - Cenário provável: expectativa da Administração de deterioração de cada fator de risco principal de cada transação. Para estimar os possíveis efeitos nos resultados das operações de derivativos, a Companhia utiliza o cálculo do *Value at Risk - VaR* paramétrico. O *VaR* é uma medida estatística desenvolvida por meio de estimativas de desvio padrão e de correlações entre os retornos dos diversos fatores de risco. Este modelo tem como resultado a perda limite esperada para um ativo, em um determinado exercício de tempo e intervalo de confiança. De acordo com esta metodologia, utilizamos como parâmetros para o cálculo, a exposição potencial de cada instrumento financeiro, um intervalo de confiança de 95% e um horizonte de 21 dias a partir de 31 de dezembro de 2024, os quais estão apresentados em módulo.

2 - Cenário adverso: deterioração de 25% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2024.

3 - Cenário remoto: deterioração de 50% no fator de risco principal de cada transação em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2024.



Análise de sensibilidade de variações cambiais e variação de preços de *commodities*:

Transação	Risco	Consolidado			
		Valor justo	Cenário Provável	Cenário Adverso	Cenário Remoto
<i>Hedge commodities</i>	Valorização no preço das <i>commodities</i>	(76.246)	(37.153)	1.180.503	2.437.253
Compras de insumos		76.246	34.047	(1.247.486)	(2.571.217)
<i>Hedge cambial</i>	Valorização de moeda estrangeira	1.067.238	1.177.356	3.887.782	6.708.325
Compras de insumos		(1.067.238)	(1.203.490)	(4.983.072)	(8.898.906)
Efeito no custo		-	(29.240)	(1.162.273)	(2.324.545)
<i>Hedge cambial</i>	Valorização de moeda estrangeira	10.050	10.777	62.026	114.003
Compra de <i>capex</i>		(10.050)	(10.777)	(62.026)	(114.003)
Efeito na importação de ativo fixo		-	-	-	-
<i>Hedge cambial</i>	Valorização de moeda estrangeira	3.445	3.661	17.828	32.211
Despesas		(3.445)	(3.826)	(58.129)	(112.813)
Efeito em despesas		-	(165)	(40.301)	(80.602)
		-	(29.405)	(1.202.574)	(2.405.147)

29.4.1.2 Risco de commodities: parte significativa dos insumos da Companhia é composta de *commodities*, as quais apresentam, historicamente, oscilações relevantes de preços. A Política da Companhia estabelece que a contratação de hedge é a maneira adequada para proteger a Companhia contra imprevistos nos preços e moeda estrangeira. A Companhia, portanto, utiliza contratos de compra com preço fixo e a contratação de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição à volatilidade dos preços das *commodities* de alumínio, açúcar, trigo, milho e praxileno. Os instrumentos financeiros derivativos contratados para este fim foram designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Riscos existentes, mas ainda não registrados (por exemplo, aquisição futura de matérias-primas ou bens do imobilizado) devem ser protegidos com base em previsões pelo período necessário para a Companhia se adaptar ao novo cenário de custos, que pode variar de dez a quatorze meses, também com a utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Se as operações entre empresas do grupo criarem uma exposição econômica, hedges de moeda adicionais devem ser considerados para minimizar o impacto econômico na demonstração de resultado consolidada. A Companhia não adota práticas de hedges para eliminar flutuações da taxa de câmbio de investimentos em participações societárias em países que não tenham o Real como moeda, porém, pode utilizar hedges para futuros pagamentos de dividendo em outras moedas. As exceções à Política devem ser aprovadas pelo Comitê de Operações e Finanças ["COF"].

29.4.2 Risco de crédito

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seletivo grupo de contrapartes altamente qualificadas.



A definição das instituições financeiras autorizadas a operar como contraparte da Companhia está descrita em nossa Política de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito estabelece limites máximos de exposição a cada contraparte com base na classificação de risco e na capitalização de cada contraparte.

Depósitos ou posições de caixa, se houver, devem ser mantidos em contas com bancos de primeira linha ou com classificação de crédito (*rating*) alta de cada país. Qualquer posição de natureza de curto prazo (menos de 6 meses) deve ser considerada como depósito ou posição de caixa.

O risco de contraparte deve ser gerido pela Companhia de forma global, com limites por produto estabelecidos pela tesouraria, considerando: (i) classificação de crédito (*rating*) da contraparte (ii) duração (iii) valor (iv) divisão entre ativos e passivos, na ausência de cláusula de compensação nos respectivos contratos de derivativos.

Os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, excluindo pagamentos antecipados, impostos a recuperar e instrumentos financeiros derivativos estão apresentados líquidos de eventuais provisões de *impairment* reconhecidas e representam a exposição máxima de risco de crédito em 31 de dezembro de 2024. Não havia concentração de risco de crédito com quaisquer contrapartes em 31 de dezembro de 2024 além do limite estabelecido pela Política de Risco de Crédito da Companhia. O risco de crédito de contraparte é reavaliado trimestralmente.

Clientes

Parte substancial das vendas da Companhia é feita a distribuidores, supermercados e varejistas dentro de ampla rede de distribuição. O risco de crédito é reduzido em virtude da grande pulverização da carteira de clientes e dos procedimentos de controle que o monitoram. Historicamente, a Companhia não registra perdas significativas em contas a receber de clientes.

Investimentos

A fim de minimizar o risco de crédito de seus investimentos, a Companhia adotou políticas de alocação de caixa e investimentos, levando em consideração limites e avaliações de créditos de instituições financeiras, não permitindo concentração de crédito, ou seja, o risco de crédito é monitorado e minimizado, pois as negociações são realizadas apenas com um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

29.4.3 Risco de liquidez

A Companhia historicamente possui como fonte de seu caixa operacional o fluxo de caixa de suas atividades operacionais, emissão de dívida e empréstimos bancários. As suas principais demandas de caixa incluem: pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, investimento em bens de capitais, investimento em companhias, aumento de participação em subsidiárias ou em companhias em que é acionista, programas de recompra de ações, e pagamento de dívidas.

A Companhia acredita que os fluxos de caixa das atividades operacionais, de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo, em conjunto com os instrumentos financeiros derivativos e acesso a linhas de crédito são suficientes para financiar as despesas de capital, o passivo financeiro e o pagamento de dividendos no futuro.



Controladora							
2024							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	25.491.587	26.989.325	23.766.808	81.868	9.143	1.198.038	1.933.468
Empréstimos bancários com garantia	111.629	151.091	25.182	25.182	25.182	50.363	25.182
Outros empréstimos com garantia	372.239	502.103	160.474	147.555	125.822	14.404	53.848
Arrendamentos	1.340.198	1.606.634	657.363	435.433	300.691	145.132	68.015
	27.315.653	29.249.153	24.609.827	690.038	460.838	1.407.937	2.080.513

Controladora							
2023							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	24.537.795	25.870.441	23.173.520	79.722	59.360	807.398	1.750.441
Empréstimos bancários com garantia	126.235	177.470	26.380	25.182	25.182	50.363	50.363
Outros empréstimos com garantia	415.672	594.730	156.040	171.214	134.205	79.379	53.892
Arrendamentos	1.373.541	1.650.740	752.343	386.818	227.977	205.738	77.864
	26.453.243	28.293.381	24.108.283	662.936	446.724	1.142.878	1.932.560

Consolidado							
2024							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	41.771.683	43.322.074	40.229.728	101.188	[30.267]	1.200.759	1.820.666
Empréstimos bancários com garantia	115.421	154.869	28.961	25.181	25.182	50.364	25.181
Outros empréstimos com garantia	372.239	502.104	160.474	147.555	125.823	14.404	53.848
Arrendamentos	2.965.068	3.470.163	1.319.846	1.003.668	569.066	347.996	229.587
	45.224.411	47.449.210	41.739.009	1.277.592	689.804	1.613.523	2.129.282

Consolidado							
2023							
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	Menos de 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Contas a pagar e demais contas a pagar ⁽ⁱ⁾	36.817.788	38.453.664	35.522.500	439.912	10.606	808.553	1.672.093
Empréstimos bancários com garantia	126.566	177.794	26.704	25.182	25.181	50.364	50.363
Outros empréstimos com garantia	415.670	594.730	156.040	171.214	134.204	79.381	53.891
Arrendamentos	2.958.830	3.473.027	1.343.980	608.305	552.630	452.614	515.498
	40.318.854	42.699.215	37.049.224	1.244.613	722.621	1.390.912	2.291.845

(i) Contempla principalmente os saldos de fornecedores, impostos, taxas e contribuições a recolher, dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, salários e encargos, opção de venda concedida sobre participação em controlada e outros passivos, exceto transações com partes relacionadas.

29.4.4 Gestão de capital

A Companhia está constantemente avaliando e otimizando sua estrutura de capital visando maximizar o valor do investimento dos acionistas e mantendo a desejada flexibilidade financeira para executar os projetos estratégicos. Além dos requisitos legais mínimos de financiamento de capital próprio que se aplicam às subsidiárias nos diferentes países, a Companhia não está sujeita a quaisquer requerimentos externos de capital. Ao analisar sua estrutura de capital, a Companhia utiliza a mesma relação de dívida e classificações de capital aplicada nas suas demonstrações contábeis.



A Companhia avalia a dívida líquida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Detalhamento da dívida				
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	1.824.066	1.915.448	3.452.728	3.501.066
(-) Aplicações financeiras de curto prazo	(76.549)	(10.924)	(1.242.001)	(277.164)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.363.448)	(3.746.874)	(28.595.666)	(16.059.003)
Dívida/(caixa) líquida	(9.615.931)	(1.842.350)	(26.384.939)	(12.835.101)

29.4.5 Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos, investimentos, compras, dividendos e despesas/receitas com juros sempre que eles são denominados em moeda diferente da moeda funcional da entidade do Grupo. Os principais instrumentos financeiros derivativos utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de futuros, *swaps*, opções, *non deliverable forwards* e *full deliverable forwards*.

29.5 Compensação de ativos e passivos financeiros

Para os ativos e passivos financeiros sujeitos a acordos de liquidação pelo valor líquido ou acordos similares, cada acordo entre a Companhia e a contraparte permite esse tipo de liquidação quando ambas as partes fazem essa opção. Na ausência de tal eleição, os ativos e passivos financeiros serão liquidados pelos seus valores brutos, porém cada parte terá a opção de liquidá-los pelo valor líquido, no caso de inadimplência da parte contrária.

29.6 Gestão de riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Considerando a natureza das operações da Companhia, existe uma exposição inerente a certos riscos relacionados a mudanças climáticas e aspectos relevantes de sustentabilidade. Como os eventos mencionados nesta seção são muito incertos, a Companhia não pode determinar seu impacto financeiro neste momento. Quaisquer impactos podem resultar em efeito material adverso para os nossos negócios, liquidez, condição financeira e resultados de operações. A Companhia continua administrando com disciplina os recursos de liquidez e capital para arcar com os custos da eventual materialização de tais riscos, além de continuamente revisar sua matriz de riscos de Sustentabilidade e Climáticos e os seus controles de mitigação, adaptação e resiliência. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Administração considerou como principais riscos os destacados a seguir.

29.6.1 Adaptação e resiliência às mudanças climáticas

A Companhia está sujeita a riscos associados a eventos climáticos extremos como secas, inundações, tempestades e ondas de calor, entre outros, cuja frequência e severidade vêm aumentando nos últimos anos e que podem impactar diretamente nossas operações, cadeia de suprimentos e resultados financeiros.

Em 2024, desastres naturais como as enchentes na região sul do Brasil e os incêndios na costa leste dos Estados Unidos da América impactaram diversas indústrias, evidenciando a necessidade de estratégias robustas para a resiliência climática. Além dos danos físicos, a Companhia pode enfrentar mudanças regulatórias mais rigorosas, exigindo investimentos em tecnologias mais limpas, adaptação de instalações e processos produtivos bem como custos adicionais relacionados ao mercado de carbono.



A demanda por produtos sustentáveis também tem se intensificado, pressionando a Companhia a adaptar sua oferta para atender às expectativas do mercado e mitigar riscos de competitividade.

Diante deste cenário, a estratégia de adaptação da Companhia conta com investimento em infraestrutura resiliente, diversificação de fornecedores, desenvolvimento de produtos sustentáveis e planos de contingência para eventos climáticos extremos.

29.6.2 Preços das Commodities

Existe uma preocupação crescente de que o nível atual de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa na atmosfera tenham impactos adversos nas temperaturas globais, nos padrões climáticos e na frequência e gravidade de climas extremos e desastres naturais, como por exemplo, secas, alagamentos, chuvas não sazonais, ciclones tropicais, entre outros. Caso as mudanças climáticas tenham um efeito negativo sobre a produtividade agrícola, a Companhia poderá estar sujeita a uma menor disponibilidade ou preços menos favoráveis para certas *commodities* agrícolas que são necessárias para nossos produtos, como cevada, lúpulo, açúcar e milho. Além disso, as expectativas públicas de reduções nas emissões de gases de efeito estufa podem resultar em aumento dos custos de energia, transporte e matérias-primas e podem exigir que façamos investimentos adicionais em instalações e equipamentos devido ao aumento das pressões regulatórias. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas podem ter um impacto material adverso de longo prazo em nossos negócios e resultados operacionais.

29.6.3 Crise hídrica

A Companhia também enfrenta riscos de escassez e qualidade da água nas regiões onde opera. A disponibilidade de água potável é um recurso limitado em muitas partes do mundo, enfrentando desafios sem precedentes das mudanças climáticas e a resultante mudança nos padrões de precipitação e na frequência de climas extremos, superexploração, poluição crescente e má gestão da água. A Companhia implementou estratégia interna para reduzir consideravelmente o uso de água em suas plantas operacionais. No entanto, à medida que a demanda por água continua a aumentar em todo o mundo e à medida que a água se torna mais escassa e a qualidade da água disponível se deteriora, podemos ser afetados pelo aumento dos custos de produção ou restrições de capacidade, o que pode afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais.

As secas podem causar falhas nas colheitas de cevada para a maltagem, especialmente na América do Sul, onde a maior parte da cevada é alimentada pela chuva. As chamadas secas meteorológicas (secas de curto prazo e impactadas pela precipitação) podem afetar significativamente o rendimento das culturas de cevada. Como resultado, os efeitos das mudanças climáticas podem ter um impacto prejudicial substancial de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

29.6.4 Legislação ambiental

As operações da Companhia estão sujeitas a uma ampla gama de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais de segurança e meio ambiente relacionadas a licenças ou autorizações necessárias para nossos negócios, bem como uso de recursos hídricos e gestão de resíduos sólidos, além de obrigações de logística reversa, que impõem a diversos setores produtivos obrigações adicionais referentes à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado de resíduos sólidos.

As atividades da Companhia requerem a obtenção e renovação constantes de licenças ambientais, das quais dependem a instalação e operação das unidades produtivas. Dificuldades técnicas ou descumprimento dos prazos de renovação das licenças e das exigências dos órgãos ambientais podem ter efeitos adversos em nossos negócios, pois podemos estar sujeitos à (i) imposição de diversas sanções administrativas (tais como multas,



interrupção ou suspensão das atividades, revogação de licenças, entre outros); (ii) pagamento de custos para recuperação de áreas degradadas; e (iii) responsabilização nas esferas civil, administrativa e penal, conforme o caso.

Não há nenhuma garantia de que a Companhia, mesmo adotando práticas e processos adequados, não incorrerá em responsabilidade ambiental ou de que essas leis e regulamentos ambientais aplicáveis não mudarão ou tornar-se-ão mais rigorosos no futuro. Nesse sentido, o descumprimento da legislação aplicável e das condicionantes técnicas estabelecidas nas licenças e autorizações pode prejudicar a reputação, os resultados operacionais e a saúde financeira da Companhia.

29.6.5 Social

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao respeito aos direitos humanos de todos os *stakeholders*, que podem fazer com que a Companhia incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes a questões sociais. De forma geral, os riscos sociais decorrem dos potenciais e efetivos impactos adversos de suas atividades empresariais nos direitos humanos de todos os *stakeholders* envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios funcionários, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Companhia atua, sendo estes conectados direta ou indiretamente às suas atividades.

Se a Companhia não tomar iniciativas bem estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para fomentar a diversidade, equidade e inclusão na composição dos órgãos estatutários e da liderança, poderá sofrer questionamentos, inclusive em sede judicial, acerca da ausência de metas claras e ações efetivas nesse âmbito.

Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá realizar o gerenciamento adequado dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais o que, conseqüentemente, pode eventualmente prejudicar os resultados operacionais e a reputação da Companhia e expor a Companhia a riscos legais e regulatórios, os quais podem se materializar de diferentes maneiras.

Política contábil

Classificação e mensuração

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Ativos financeiros

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, a depender do modelo de negócio utilizado na gestão dos ativos financeiros e dos termos contratuais dos fluxos de caixa, sob as seguintes categorias de mensuração:

- i) Custo amortizado;
- ii) Valor justo por meio do resultado;
- iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA").

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.



Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa do ativo expiram ou são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos pela Companhia.

a) Custo amortizado

A Companhia classifica ativos financeiros como mensurados ao custo amortizado somente se dois critérios forem atendidos:

- i) O ativo financeiro é mantido dentro de modelo de negócio cujo objetivo seja receber os fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Valor justo por meio do resultado

Todos os ativos financeiros não classificados pela Companhia como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA e ativos financeiros em que seus fluxos de caixa não representem exclusivamente pagamentos de principal e juros, são classificados como valor justo por meio do resultado. Essa categoria inclui também os instrumentos de dívida cujas características de fluxo de caixa não são mantidas dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja coletar fluxos de caixa contratuais ou coletar fluxos de caixa contratuais e vender.

c) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos de dívida ao VJORA, com ganhos ou perdas revertidos para lucros ou perdas no desreconhecimento. Os ativos financeiros nesta categoria são os instrumentos de dívida cotados da Companhia que são mantidos dentro de um modelo de negócios para coletar fluxos de caixa e vender.

Instrumentos patrimoniais designados ao VJORA, sem remensuração de ganhos ou perdas no resultado no desreconhecimento. Esta categoria inclui apenas os instrumentos de capital próprio, que a Companhia pretende reter no futuro previsível e que a Companhia elegeu irrevogavelmente para classificar no reconhecimento inicial ou transição. Esses instrumentos não estão sujeitos a teste de *impairment*.

Passivos financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros, dependendo da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos, nas seguintes categorias:

- i) mensurados ao custo amortizado;
- ii) valor justo por meio do resultado.

A Companhia classifica a maior parte de seus passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, de forma que as despesas de juros, ganhos e perdas cambiais sejam reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado caso sejam um instrumento derivativo ou contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios. Tais passivos financeiros são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado do exercício.

Todos os passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos e são mensurados posteriormente ao custo amortizado e atualizados



pelo método da taxa de juros efetivos. Já os instrumentos derivativos permanecem classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção dos riscos relacionados a moedas estrangeiras, taxa de juros e preço de *commodities* e não são utilizados para fins especulativos. Os instrumentos financeiros derivativos que, embora contratados com objetivo de proteção, não atendem a todos os critérios para aplicação de contabilização de *hedge* são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos pode ser obtido a partir de cotações de mercado ou a partir de modelos de precificação que consideram as taxas correntes de mercado, e, também, a qualidade de crédito da contraparte.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros derivativos são remensurados pelo seu valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações no valor justo do instrumento financeiro derivativo são reconhecidas no resultado do exercício, exceto quando estes são instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido, em que as parcelas dos ganhos ou das perdas no instrumento de *hedge* que for determinado como *hedge* efetivo, são reconhecidas no resultado abrangente. O instrumento designado de *hedge* é o elemento efetivo à vista do contrato a termo, em que somente a alteração no valor do elemento à vista do contrato a termo é reconhecida no resultado abrangente. O elemento a termo, que pode ser separado e excluído da designação do instrumento financeiro como instrumento de *hedge*, é reconhecido no resultado financeiro, de acordo com o IFRS 9/CPC 48 - *Instrumentos Financeiros*.

A Companhia opera derivativos de *commodities* que possuem termos semelhantes ao item protegido e aplica *hedge* de componentes a suas *commodities*. O componente protegido é contratualmente especificado e coincide com aqueles definidos no contrato derivativo, portanto, a relação de *hedge* é de 1:1. No início da operação de *hedge* a Companhia elabora a documentação formal da operação contendo: (i) objetivo do *hedge*, (ii) tipo de *hedge*, (iii) estratégia de gerenciamento do risco, (iv) natureza do risco a ser coberto, (v) identificação do objeto de cobertura, (vi) identificação do instrumento de cobertura (*hedging instrument*), e (vii) a demonstração prospectiva da efetividade.

A efetividade do *hedge* é medida de forma qualitativa. Sempre que os termos não coincidem, a Companhia usa o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Deste modo, geralmente as fontes de ineficácia são mudanças no momento da transação prevista, mudanças na quantidade da mercadoria a ser protegida ou mudanças no risco de crédito de qualquer das partes do contrato derivativo.

a) *Hedge* de fluxo de caixa

O *hedge* de fluxo de caixa é utilizado para proteger a exposição dos fluxos de caixa de um ativo ou passivo registrado do risco de moeda estrangeira e de oscilações de preços em *commodities*, associados a uma transação de realização altamente provável. A parcela efetiva de qualquer resultado [ganho ou perda] com o instrumento financeiro derivativo é reconhecida diretamente no resultado abrangente [reservas de *hedge* de fluxo de caixa] e deve ser reclassificada da reserva de *hedge* de fluxo de caixa para a mesma rubrica e no mesmo período em que os fluxos de caixa futuros esperados protegidos impactaram o resultado. A parcela inefetiva de qualquer ganho ou perda é reconhecida imediatamente na demonstração de resultados do exercício, no resultado financeiro.

Quando um instrumento de *hedge* ou uma relação de *hedge* são extintos, mas ainda se espera que a transação protegida ocorra, os ganhos e perdas acumulados [até aquele ponto] permanecem no resultado abrangente, sendo reclassificados de acordo com a prática acima,



quando a transação protegida ocorrer. Não havendo mais probabilidade de ocorrência da transação de proteção, os ganhos ou perdas acumulados e reconhecidos no resultado abrangente são reclassificados imediatamente para a demonstração de resultados.

b) Hedge de valor justo

O *hedge* de valor justo é utilizado com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia contra as variações de câmbio e taxas de juros. As posições de caixa e dívida da Companhia em moeda estrangeira são constantemente acompanhadas para identificação de novas exposições.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege da exposição à variabilidade no valor justo de um ativo ou passivo registrado, ou de um compromisso firme, qualquer resultado [ganho ou perda] com o instrumento financeiro derivativo é reconhecido na demonstração de resultado. O valor contábil do item protegido também é reconhecido pelo valor justo em relação ao risco, com respectivos ganhos e perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

c) Hedge de investimento líquido

O *hedge* de investimento líquido é utilizado com o objetivo de minimizar a exposição das diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido, ou parte dele, nas subsidiárias da Companhia localizadas no exterior, por cota de conversão de balanço.

Quando um passivo em moeda estrangeira não derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do passivo para a moeda funcional são reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes [reservas de conversão], enquanto a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado.

Quando um instrumento financeiro derivativo protege um investimento líquido em uma operação no exterior, a parcela do ganho ou a perda no instrumento de *hedge* que é determinada como efetiva é reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes [reservas de conversão], enquanto a parcela ineficaz é reportada no lucro ou perda.

Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Certos instrumentos financeiros derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado do exercício.

Redução ao valor de recuperação (*impairment*) de ativos financeiros

A Administração avalia ao final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se existir algum indicativo, o valor de recuperação do ativo é estimado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são registradas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ["evento de perda"] e aquele evento [ou eventos] de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e pode ser estimado de maneira confiável.

Hierarquia do valor justo

O IFRS 13/CPC 46 - *Mensuração do Valor Justo* define valor justo como sendo o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A definição do valor justo de instrumentos financeiros se baseia principalmente em condições de mercado existentes na data de cada balanço. Ainda de acordo com o IFRS 13/CPC 46, os



instrumentos financeiros mensurados ao valor justo devem ser classificados entre as categorias abaixo:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares ou valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em um mercado ativo, utilizando outras técnicas de precificação com premissas que sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que abrangem dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado, que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

30 GARANTIAS, OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, ADIANTAMENTOS DE CLIENTES E OUTROS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Cauções	533.617	535.028	566.504	581.019
Outros compromissos	-	-	1.275.788	1.146.841
	533.617	535.028	1.842.292	1.727.860
Compromissos contratuais com fornecedores - Imobilizado/Intangível	556.539	732.655	691.745	1.000.817
Compromissos contratuais com fornecedores - Estoques	30.554.648	31.339.412	46.942.988	38.390.957
	31.111.187	32.072.067	47.634.733	39.391.774

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possuía R\$533.617 na Controladora e R\$540.126 no Consolidado em garantias em espécie (R\$535.028 na Controladora e R\$558.182 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

A maior parte do saldo de compromissos contratuais refere-se a obrigações com fornecedores de embalagens. Esses compromissos têm como principal objetivo conferir segurança no fornecimento de longo prazo para a Companhia com relação a insumos estratégicos, além de prover maior segurança aos fornecedores para investimentos de longo prazo. O vencimento dos compromissos contratuais está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Menos de 1 ano	9.491.704	6.785.284	21.354.771	9.619.224
Entre 1 e 2 anos	8.892.948	7.075.446	12.333.160	9.536.293
Mais de 2 anos	12.726.535	18.211.337	13.946.802	20.236.257
	31.111.187	32.072.067	47.634.733	39.391.774

Os depósitos em dinheiro para garantias são apresentados como parte do saldo de outros ativos. Imobilizados dados em garantia não são relevantes.

31 PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota práticas de governança corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável. Nos termos do estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração a aprovação de quaisquer negócios ou contratos entre a Companhia e/ou qualquer de suas controladas [exceto aquelas integralmente controladas], administradores e/ou acionistas [incluindo os sócios, diretos ou indiretos, dos acionistas da Companhia]. Ao Comitê de Governança da Companhia cabe assessorar o Conselho de Administração em assuntos relativos às transações com partes relacionadas, entre outros assuntos.



É vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante, ainda que em tese, com o da Companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar em ata de reunião do Conselho de Administração ou da Diretoria a sua não participação na deliberação.

31.1 Transações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração compreende a Diretoria Estatutária e o Conselho de Administração. Além dos benefícios de curto prazo, os administradores são elegíveis aos planos de remuneração baseada em ações, conforme mencionado na nota 28 - *Pagamento baseado em ações*.

O total das despesas com administradores da Companhia está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Benefícios de curto prazo ⁽ⁱ⁾	56.743	52.233
Pagamento baseado em ações ⁽ⁱⁱ⁾	99.651	80.739
Encargos sociais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	18.050	14.431
Total da remuneração do pessoal-chave da Administração	174.444	147.403

(i) Corresponde substancialmente a honorários de administradores e participação no resultado (incluindo bônus por desempenho).

(ii) Corresponde a despesas com opções, ações diferidas, ações restritas e ações com desempenho concedidas aos administradores. Nos valores totais acima não consta a remuneração do Conselho Fiscal e de Comitês.

(iii) Corresponde aos encargos de INSS incidentes sobre a remuneração da Administração.

Exceto pela remuneração descrita acima, a Companhia não possui nenhum tipo de transação com os administradores, tampouco saldos pendentes a receber ou a pagar em seu balanço patrimonial.

Adicionalmente, em 19 de outubro de 2023, a Companhia adotou uma política de *clawback*, que se aplica à remuneração variável concedida por desempenho a determinados executivos, restrita aos membros da Diretoria Estatutária. De acordo com essa política, a remuneração variável concedida por desempenho é definida de forma ampla e inclui qualquer remuneração variável concedida, percebida ou adquirida que seja atrelada, de forma parcial ou total, a números ou índices relacionados às demonstrações contábeis (por exemplo, participação nos lucros, bônus e remuneração baseada em ações).

A política prevê que, no caso de a Companhia ser obrigada a preparar uma reapresentação de suas demonstrações contábeis devido à não conformidade material em relação aos requisitos de apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia recuperará da Diretoria Estatutária qualquer remuneração variável concedida por desempenho (em valores anteriores à incidência tributária) que tenha sido concedida em ou após 2 de outubro de 2023 e dos três exercícios fiscais anteriores à data em que a reapresentação for requerida, que exceda o valor que seria devido caso a remuneração variável por desempenho tivesse sido determinada conforme os números reapresentados nas demonstrações contábeis, sujeita a exceções limitadas. A recuperação dessa remuneração pela Companhia é aplicável independentemente da ocorrência de qualquer má conduta individual por parte do executivo, ou de qualquer outro membro da Diretoria Estatutária, também desconsiderando se algum membro da Diretoria Estatutária causou ou contribuiu para a apresentação indevida das demonstrações contábeis.



31.2 Transações com acionistas da Companhia

31.2.1 Assistência médica, odontológica e outros benefícios

A Fundação Zerrenner é uma das acionistas da Ambev, com 10,2% de seu capital social. A Fundação é também uma entidade legalmente independente, cujo principal objetivo é proporcionar aos funcionários ativos e certos inativos, da Ambev no Brasil, assistência médica e odontológica, auxílio em cursos de formação técnica e superior e instalações para assistência e auxílio a idosos, por meio de iniciativas diretas ou acordos de assistência financeira com outras entidades. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as responsabilidades atuariais relativas aos benefícios proporcionados diretamente pela Fundação Zerrenner eram integralmente cobertas pelos ativos da Fundação Zerrenner mantidos para tal fim, os quais excedem em montante significativo o valor dos passivos atuariais em tais datas.

A Ambev reconhece os ativos [despesas antecipadas] desse plano na extensão do valor do benefício econômico disponível para a Companhia, proveniente de reembolsos ou reduções de contribuições futuras.

Em 31 de dezembro de 2024 as despesas incorridas e registradas pela Fundação Zerrenner com terceiros para fornecer os benefícios acima mencionados aos funcionários da Companhia no Brasil totalizaram R\$346.946 (R\$322.892 em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$312.481 e R\$34.465 relacionados aos funcionários ativos e inativos, respectivamente (R\$291.666 e R\$31.226 em 31 de dezembro de 2023, respectivamente).

31.2.2 Licenciamentos com a AB Inbev

A Companhia mantém contratos de licenciamento com a Anheuser-Busch Inc. S.A./N.V. ("AB Inbev") e algumas de suas subsidiárias, como Grupo Modelo e Spaten-Franziskaner-Bräu GmbH, para produzir, engarrafar, importar, promover, vender e/ou distribuir os seus principais produtos nos territórios em que o Grupo opera. Da mesma forma, a Companhia também concede licença à AB Inbev e algumas de suas subsidiárias para distribuir os seus principais produtos, como Brahma®, nos seus territórios.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou R\$46.291 (R\$35.406 em 31 de dezembro de 2023) e R\$1.103.382 (R\$888.638 em 31 de dezembro de 2023) como receitas e custo dos produtos vendidos, referentes a licenciamento, respectivamente, em seus resultados consolidados.



31.3 Transações com partes relacionadas reconhecidas no resultado

Empresa	2024						Controladora					
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Receita de royalties	Compra de produtos e outros	Despesa de royalties	Resultado financeiro	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Receita de royalties	Compra de produtos e outros	Despesa de royalties	Resultado financeiro
AB InBev	70.379	188.145	161	(124.823)	(50.589)	(753)	-	97.183	92	(178.220)	(12.276)	(6.196)
Ambev Luxemburgo	-	-	-	-	-	(595.409)	-	-	-	-	-	(356.991)
Arosuco	60.324	282.337	-	(2.000.197)	-	8.602	194.339	282.280	-	(2.826.600)	-	6.702
AB USA	-	-	-	(102.446)	(72.255)	(1.817)	-	-	-	(31.247)	(18.127)	359
Cervecería Modelo	-	-	-	-	(23.532)	687	773	-	-	-	(8.704)	(67)
Cervecería Paraguaya	113.271	-	-	-	-	7.286	49.491	-	-	(31.158)	-	(1.844)
CMQ	41	-	-	(528.190)	-	(2.192)	1.274	-	-	(319.439)	-	(5.098)
CND	740	-	-	-	-	78.210	-	-	-	-	-	5.528
CRBS	9.504.086	283.663	-	(3.300)	-	2.574	8.372.178	200.918	-	(2.241)	-	4.952
Cympay	-	-	-	(139.703)	-	(6.303)	-	-	-	(329.950)	-	2.838
Labatt Brewing	-	6	-	-	-	(1.504.157)	-	6	-	-	-	(1.349.734)
Maltería Pampa	-	-	-	(492.030)	-	1.060	-	-	-	(925.277)	-	1.522
Maltería Uruguay	-	-	-	(79.032)	-	(165)	-	-	-	(25.015)	-	993
Outras	234.287	55.441	-	(148.325)	(32.480)	39.233	238.211	4.073	-	(188.009)	(13.473)	3.242
	9.983.128	809.592	161	(3.618.046)	(178.856)	(1.973.144)	8.856.266	584.460	92	(4.857.156)	(52.580)	(1.693.794)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2024

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

ambev



Empresa	2024						Consolidado 2023					
	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Receita de royalties	Compra de produtos e outros	Despesa de royalties	Resultado financeiro	Venda de produtos e outros	Prestação de serviço / reembolso de despesa e outros	Receita de royalties	Compra de produtos e outros	Despesa de royalties	Resultado financeiro
AB InBev	-	188.145	161	(5.724)	(242.530)	70.379	-	97.183	92	(465)	(143.294)	64.037
AB Package	-	-	-	(284.566)	-	-	-	-	-	(235.488)	-	-
AB Procurement	-	-	-	(1.216)	-	-	-	-	-	-	-	(494)
AB Services	324	2.004	-	-	-	-	282	8.051	-	-	-	(3)
AB USA	-	-	46.130	(475.503)	(546.397)	-	-	-	35.314	(464.517)	(454.492)	(161)
Bavaria	317.851	-	-	(50.860)	-	-	72.345	-	-	(56.693)	-	-
Cerveceria Modelo	356	-	-	(894.520)	(280.176)	(13.501)	880	-	-	(959.161)	(275.757)	-
Inbev	-	-	-	(49.395)	-	-	-	-	-	(41.853)	-	-
ITW International	-	-	-	-	-	(2.123)	-	-	-	-	-	120.038
Outras	18.154	60.997	-	(74.722)	(34.279)	2.135	1.369	10.825	-	(28.640)	(15.095)	1.000
	336.685	251.146	46.291	(1.836.506)	(1.103.382)	56.890	74.876	116.059	35.406	(1.786.817)	(888.638)	184.417



31.4 Saldos em aberto com partes relacionadas

Empresa	31/12/2024				Controladora 31/12/2023			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a receber	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Mútuo a receber	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a receber	Dividendos a receber	Mútuo a receber
AB USA	6.348	-	-	-	735	-	-	-
AB InBev	114.169	-	12.851	-	136.707	-	-	-
AB Services	2.459	-	-	-	10.661	-	-	-
Ambev Luxemburgo	236	-	-	-	109	-	-	-
Arosuco	195.767	-	-	-	74.736	-	-	-
Cerveceria Chile	44.357	-	1.346	-	31.910	-	-	-
Cervejaria ZX	1.914	4.713	-	93.322	1.678	5.427	-	93.322
CMQ	25.547	-	5.028	-	4.320	-	-	-
CRBS	1.027.755	-	-	-	665.688	-	-	-
Incrível	290	-	-	-	783	-	-	-
Labatt Brewing	77	-	5.120	-	1.565	-	-	-
Maltería Pampa	144	-	-	-	2.966	-	-	-
Panamá Holding	-	-	-	-	25	-	5.987	-
Zé Soluções	19.362	-	-	-	7.005	-	-	-
Outras	167.127	-	-	-	87.659	-	-	-
	1.605.552	4.713	24.345	93.322	1.026.547	5.427	5.987	93.322

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2024

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

ambev



Empresa					Controladora			
					31/12/2024		31/12/2023	
	Circulante				Não Circulante	Circulante		Não Circulante
	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio	Outros passivos	Contas a pagar/ Mútuo a pagar	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Empréstimos/ Mútuo a pagar	Contas a pagar/ Mútuos pagar
AB USA	(24.871)	-	-	-	-	(8.691)	-	-
AB InBev	(17.883)	-	-	(1.287)	-	(2.596)	-	-
AB Services	(4.429)	-	-	-	-	(450)	-	-
Ambev Luxemburgo	-	(2.735.169)	-	-	(5.151.001)	(536)	(12.557)	(3.701.000)
Ambrew	-	-	(544.427)	-	-	-	-	-
Arosuco	(979.704)	-	-	-	(2.214.307)	(463.574)	-	(2.214.307)
Cervecería Chile	(56)	-	-	-	-	-	-	-
Cervejaria ZX	(9.567)	-	-	-	-	(9.306)	-	-
CMQ	(146.203)	-	-	-	-	(6.356)	-	-
CRBS	(34.518)	-	-	-	-	(77.812)	-	-
Cympay	(29.682)	-	-	-	-	(43.991)	-	-
Incrível	(97)	-	-	-	-	(115)	-	-
ITW International	-	-	(3.569.136)	-	-	-	-	-
Labatt Brewing	-	(265.479)	-	-	(18.286.965)	(459)	(238.792)	(15.524.644)
Maltería Pampa	437	-	-	-	-	443	-	-
Zé Soluções	-	-	-	-	-	(556)	-	-
Outras	(154.821)	(25.709)	-	-	-	(116.926)	(18.595)	(404)
	(1.401.394)	(3.026.357)	(4.113.563)	(1.287)	(25.652.273)	(730.925)	(269.944)	(21.440.355)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2024

[em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma]

ambev



Empresa	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante			Circulante		
	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Dividendos a receber	Contas a receber ⁽ⁱ⁾	Outras contas a receber ⁽ⁱ⁾	Dividendos a receber
AB Africa	3.353	-	-	3.707	-	-
AB InBev	121.574	12.851	-	139.223	-	-
AB Services	6.706	-	-	17.165	-	-
AB USA	24.869	-	-	27.065	-	-
Bavaria	374	-	-	10.373	-	-
Cerveceria Modelo	21.517	-	-	11.190	-	-
Cervecerias Peruanas	213	-	-	42	-	-
Inbev	2.649	24.723	-	1.388	19.023	-
Panamá Holding	9.103	-	1.319	3.960	-	1.031
Outras	47.559	35	-	22.552	29	-
	237.917	37.609	1.319	236.665	19.052	1.031

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.

Empresa	31/12/2024		31/12/2023		
	Circulante		Não Circulante	Circulante	Não Circulante
	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Dividendos a pagar e Juros sobre o capital próprio	Contas a pagar	Contas a pagar ⁽ⁱ⁾	Contas a pagar
AB InBev	[84.853]	-	-	[21.454]	-
AB Package	[130.983]	-	-	[110.225]	-
AB Services	[5.776]	-	-	[2.388]	-
AB USA	[254.130]	-	-	[209.572]	-
Bavaria	[8.755]	-	-	[30.164]	-
Cerveceria Modelo	[633.616]	-	-	[1.497.856]	-
Cervecerias Peruanas	[6.133]	-	-	[7.919]	-
Inbev	[9.801]	-	-	[8.728]	-
ITW International	-	[3.569.136]	[258.338]	-	[199.914]
Outras	[46.548]	[544.427]	-	[28.180]	-
	[1.180.595]	[4.113.563]	[258.338]	[1.916.486]	[199.914]

(i) O saldo contempla as operações comerciais (compra e venda) e reembolso de despesas entre as empresas do grupo.



Denominações utilizadas nos quadros acima:

AB InBev Procurement GmbH (“AB Procurement”)
Ambev Luxembourg S.A.R.L. (“Ambev Luxemburgo”)
Ambrew S.A.R.L. (“Ambrew”)
Anheuser-Busch Inbev Africa (Pty) Ltd. (“AB Africa”)
Anheuser-Busch InBev N.V. (“AB InBev”)
Anheuser-Busch Inbev Services LLC (“AB Services”)
Anheuser-Busch Inbev USA LLC (“AB USA”)
Anheuser-Busch Packaging Group Inc. (“AB Package”)
Arosuco Aromas e Sucos Ltda. (“Arosuco”)
Bavaria S.A. (“Bavaria”)
Cervecería Chile S.A. (“Cervecería Chile”)
Cervecería Modelo de Mexico S. de R.L. de C.V. (“Cervecería Modelo”)
Cervecería Nacional Dominicana (“CND”)
Cervecería Nacional S de RL (“Panamá Holding”)
Cervecería Paraguaya S.A. (“Cervecería Paraguaya”)
Cervecería y Maltería Payssandú S.A. (“Cympay”)
Cervecería y Maltería Quilmes S.A.I.C.A. y G. (“CMQ”)
Cervejaria ZX S.A. (“Cervejaria ZX”)
CRBS S.A. (“CRBS”)
Inbev Belgium N.V. (“Inbev”)
Incrível Comércio de Bebidas e Alimentos S.A. (“Incrível”)
Interbrew International B.V. (“ITW International”)
Labatt Brewing Company Limited (“Labatt Brewing”)
Maltería Pampa S.A. (“Maltería Pampa”)
Maltería Uruguay S.A. (“Maltería Uruguay”)
Unión de Cervecerías Peruanas Backus Y Johnston S.A.A. (“Cervecerías Peruanas”)
Zé Soluções Tecnológicas De Comércio De Bebidas Ltda. (“Zé Soluções”)

Política contábil

As operações entre as controladas, incluindo saldos, ganhos e perdas não realizados nessas operações, são eliminadas. As políticas contábeis das controladas são consistentes com as adotadas pela Controladora.

As despesas de royalties incorridas são registradas como custo dos produtos vendidos.

É regra da Companhia que as transações com partes relacionadas sigam condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, estejam claramente refletidas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e sejam formalizadas em contratos escritos.



32 EVENTOS SUBSEQUENTES

32.1 Glosa de créditos de impostos pagos no exterior

Em janeiro de 2025, a Companhia recebeu novas cobranças relativas ao ano-calendário de 2019, envolvendo a glosa de créditos de imposto de renda pago no exterior por suas empresas controladas. Por refutar que tais cobranças são ilegítimas, a Companhia apresentou defesas administrativas, as quais aguardam julgamento. Referida autuação é similar às glosas já contestadas pela Companhia, conforme divulgado nas demonstrações contábeis anuais individuais e consolidadas do exercício de 2024, na nota explicativa 17.2.1 - *Principais processos com probabilidade de perda possível*, "Glosa de créditos de impostos pagos no exterior".

O valor da autuação, avaliado pela Companhia, suportada pela opinião de seus advogados internos e externos, com probabilidade de perda possível, é de aproximadamente R\$2 bilhões. Em virtude de sua classificação de perda, a Companhia não constituirá provisão para esse fim. O referido tratamento fiscal incerto, conforme ICPC 22/IFRIC 23, quanto aos créditos de imposto de renda pago no exterior, continuou a ser aplicado pela Companhia e impactou os anos-calendários de 2018, e de 2020 a 2024. Caso ocorram novos questionamentos no futuro, nas mesmas bases e com os mesmos fundamentos dos autos de infração referidos, a Companhia estima que o desdobramento dessas eventuais novas discussões seja consistente com o período já autuado.

32.2 Distribuição de dividendos

Em reunião realizada no dia 25 de fevereiro de 2025 o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos à razão de R\$0,1276 por ação da Companhia, com base nos saldos disponíveis no balanço extraordinário levantado em 31 de janeiro de 2025, dos quais o montante correspondente ao lucro apurado no período de 1º de janeiro a 31 de janeiro de 2025 serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 e o restante será imputado a reserva de investimento constituída em exercícios anteriores, sem retenção de imposto e renda na fonte, na forma da legislação em vigor. O referido pagamento será efetuado em 04 de abril de 2025, com base na posição acionária de 14 de março de 2025 no que se refere à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") e 18 de março de 2025 no que se refere à New York Stock Exchange - NYSE, sem incidência de correção monetária. As ações e os ADRs passarão a ser negociados ex-dividendos a partir de 17 de março de 2025 [inclusive].

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Ambev S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ambev S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ambev S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas como “*IFRS Accounting Standards*”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Passivos contingentes tributários e tratamentos fiscais incertos (ICPC22/IFRIC23) (Nota Explicativa nº 17)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia e suas controladas possuem assuntos de natureza tributária relevantes cuja determinação do prognóstico de perda dos processos administrativos e judiciais, bem como a determinação dos respectivos prazos e valores de liquidação, dependem de julgamentos críticos da administração em conjunto com seus assessores jurídicos. Desta forma, para determinadas contingências e tratamentos fiscais incertos da Companhia não há provisão constituída, em virtude de sua respectiva avaliação de prognóstico ser considerada como de “perda possível”. Sendo assim, este assunto foi considerado na auditoria do exercício corrente como uma área de risco, e dessa forma, um principal assunto de auditoria, devido ao alto grau de julgamento e incertezas inerentes ao processo de determinação de estimativas, a relevância dos valores envolvidos e a subjetividade no processo de classificação de riscos de perda. Quaisquer eventuais mudanças nas estimativas ou premissas adotadas pela administração e/ou assessores jurídicos podem influenciar a determinação do prognóstico de perda e trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Reuniões com os representantes-chave do departamento jurídico interno da Companhia;
- Entendimento e a avaliação do processo e dos controles internos estabelecidos pela administração para identificação, mensuração, reconhecimento e divulgação dos processos tributários nas demonstrações contábeis;
- Obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os processos tributários (bem como suas respectivas quantificações) para cada perspectiva de risco de perda envolvida;
- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas tributários, das estimativas e critérios utilizados pela administração para os principais processos tributários em andamento, com o objetivo de avaliarmos a razoabilidade de prognósticos determinados pelos assessores jurídicos da Companhia, bem como os argumentos e jurisprudências por eles mencionados;
- Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro (posições fiscais incertas), nos reunimos com a administração para discutir e avaliar as circunstâncias relevantes perante os requisitos da Interpretação das normas ICPC22 / IFRIC23; e
- Revisamos as divulgações realizadas pela Companhia em suas demonstrações contábeis.

Consideramos que os critérios adotados pela administração e seus assessores jurídicos para a determinação dos passivos contingentes tributários e tratamentos fiscais incertos, bem como as consequentes divulgações em notas explicativas da Companhia e suas controladas, estão consistentes no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Aderência ao cronograma de implementação do ERP (Nota Explicativa nº 12)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Ao longo do exercício de 2024, a Companhia deu prosseguimento ao cronograma de implementação da nova versão de seu principal sistema *Enterprise Resource Planning* (ERP) – S/4 HANA. Neste sentido, dada a necessidade de adequação do ERP ao complexo ambiente operacional da Companhia, diversas avaliações foram realizadas pela administração para mitigar potenciais riscos associados à implementação e migração. Dessa forma, a implementação foi foco de nossos trabalhos e, portanto, considerada como um principal assunto de auditoria, dada a complexidade na avaliação do processo de implementação do referido ERP, que inclui um alto volume de conversão e migração de dados, além da definição e implementação de processos de controles internos por parte da administração. Eventual falta de efetividade dos controles gerais de tecnologia da informação, bem como dos seus controles dependentes, poderia ocasionar processamento incorreto de informações e, conseqüentemente, impactar as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, avaliamos os resultados obtidos ao longo do processo de migração do sistema, visando identificar se ele foi conduzido de forma a mitigar eventuais falhas ou perda de dados para o ERP S/4 HANA;
- Realizamos testes sobre a migração dos dados, considerando, entre outros aspectos relevantes, a aplicação de procedimentos para verificação da totalidade dos dados extraídos e avaliação da integridade dos dados migrados;
- Aplicamos procedimentos com o objetivo de testar a efetividade dos controles gerais de tecnologia da informação (ITGC) que suportaram o processo de migração, dentre eles, o gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças, interface entre os sistemas, avaliação dos riscos de acesso críticos e segregação de funções;
- Os procedimentos executados também envolveram a realização de testes de controles automatizados considerados relevantes diante dos controles críticos que sustentam os principais processos no ERP S/4 HANA, com ênfase naqueles sistemas que suportaram as transações relevantes no contexto de nossa auditoria, visando a obtenção de segurança sobre se os controles configurados no novo sistema estavam operando conforme projetado; e
- Efetuamos teste de efetividade dos controles automatizados relevantes que suportam os processos significativos e respectivos registros contábeis de determinadas operações da Companhia.

Com base nas evidências obtidas e nos procedimentos acima descritos, consideramos que os sistemas, o ambiente de tecnologia da informação e seus respectivos controles, operaram de forma adequada e nos forneceram uma base suficiente para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão dos procedimentos substantivos planejados de auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2023, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 28 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

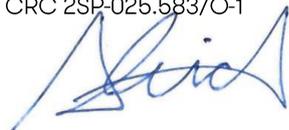
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Alcides Afonso Louro Neto
Contador CRC 1SP-289.078/O-2

Comentários sobre o comportamento das projeções empresariais

Ambev S.A. (“Companhia”) comunica que, conforme divulgado no Fato Relevante de 29 de fevereiro de 2024, havia a expectativa que o CPV [custo dos produtos vendidos] por hectolitro, excluindo depreciação e amortização, para seu negócio de cervejas no Brasil [excluindo a venda de produtos de *marketplace* não Ambev] tivesse uma redução entre 0,5% e 3,0% no ano de 2024.

Em 2024, o CPV por hectolitro excluindo depreciação e amortização [excluindo a venda de produtos de *marketplace* não Ambev] diminuiu 2,5% comparado ao mesmo período de 2023, em linha com a projeção contida no referido Fato Relevante. Informações adicionais podem ser obtidas em nossas demonstrações contábeis e respectivo *press-release* de resultados, ambos disponíveis nos sites da Comissão de Valores Mobiliários e de relações com investidores da Companhia.

AMBEV S.A.

CNPJ nº 07.526.557/0001-00

NIRE 35.300.368.941

Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Ambev S.A. ["Companhia"], em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, examinou: (i) o relatório do auditor independente da Companhia para fins regulatórios, emitido sem ressalvas pela Grant Thornton Auditores Independentes; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, os membros titulares do Conselho Fiscal, abaixo assinados, opinaram pela aprovação em Assembleia Geral do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e da destinação do lucro líquido do referido exercício e distribuição de juros sobre capital próprio e dividendos na forma constante das Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025.

José Ronaldo Vilela Rezende

Elidie Palma Bifano

Fabio de Oliveira Moser

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM 80/22, o Diretor Presidente Executivo e os demais Diretores Vice Presidentes da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa - Diretor Presidente Executivo

Lucas Machado Lira - Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados

Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - Diretor Vice-Presidente Comercial

João Coelho Rua Derbli de Carvalho - Diretor Vice-Presidente de Vendas

Daniel Wakswaser Cordeiro - Diretor Vice-Presidente de Marketing

Ricardo Morais Pereira de Melo - Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão

Valdecir Duarte - Diretor Vice-Presidente Industrial

Paulo André Zagman - Diretor Vice-Presidente de Logística

Letícia Rudge Barbosa Kina - Diretora Vice-Presidente Jurídica e de Compliance

Carla Smith de Vasconcellos Crippa Prado - Diretora Vice-Presidente de Relações Corporativas

Felipe Moreira Haddad Baruque - Diretor Vice-Presidente de Suprimentos

Eduardo Eiji Horai - Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Daniela Gavranic Cachich- Diretora Vice-Presidente de Beyond Beer

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM 80/22, o Diretor Presidente Executivo e os demais Diretores Vice Presidentes da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis e com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes.

Composição da Diretoria:

Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa - Diretor Presidente Executivo

Lucas Machado Lira - Diretor Vice-Presidente Financeiro, de Relações com Investidores e de Serviços Compartilhados

Eduardo Braga Cavalcanti de Lacerda - Diretor Vice-Presidente Comercial

João Coelho Rua Derbli de Carvalho - Diretor Vice-Presidente de Vendas

Daniel Wakswaser Cordeiro - Diretor Vice-Presidente de Marketing

Ricardo Moraes Pereira de Melo - Diretor Vice-Presidente de Gente e Gestão

Valdecir Duarte - Diretor Vice-Presidente Industrial

Paulo André Zagman - Diretor Vice-Presidente de Logística

Letícia Rudge Barbosa Kina - Diretora Vice-Presidente Jurídica e de Compliance

Carla Smith de Vasconcellos Crippa Prado - Diretora Vice-Presidente de Relações Corporativas

Felipe Moreira Haddad Baruque - Diretor Vice-Presidente de Suprimentos

Eduardo Eiji Horai - Diretor Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

Daniela Gavranic Cachich- Diretora Vice-Presidente de Beyond Beer